



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

THAYSE CAROLINA FERREIRA PARAISO

**USO E ATITUDES LINGUÍSTICAS SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE
NÚMERO NA VARIEDADE GUINEENSE DO PORTUGUÊS: REPERCUSSÕES DO
CONTATO LINGUÍSTICO E IMPLICAÇÕES NA IDENTIDADE
SOCIOLINGUÍSTICA**

RECIFE

2023

THAYSE CAROLINA FERREIRA PARAISO

**USO E ATITUDES LINGUÍSTICAS SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE
NÚMERO NA VARIEDADE GUINEENSE DO PORTUGUÊS: REPERCUSSÕES DO
CONTATO LINGUÍSTICO E IMPLICAÇÕES NA IDENTIDADE
SOCIOLINGUÍSTICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Descrição e Análise Estrutural e Histórica de Línguas

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Paraiso, Thayse Carolina Ferreira.

Uso e atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número na variedade guineense do português: repercussões do contato linguístico e implicações na identidade sociolinguística / Thayse Carolina Ferreira Paraiso. - Recife, 2023.

182 p. : il., tab.

Orientador(a): Cláudia Roberta Tavares Silva

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Concordância nominal. 2. Português guineense. 3. Contato linguístico. 4. Atitudes linguísticas. 5. Identidade sociolinguística. I. Silva, Cláudia Roberta Tavares. (Orientação). II. Título.

800 CDD (22.ed.)

THAYSE CAROLINA FERREIRA PARAISO

**USO E ATITUDES LINGUÍSTICAS SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL
DE NÚMERO NA VARIEDADE GUINEENSE DO PORTUGUÊS: REPERCUSSÕES
DO CONTATO LINGUÍSTICO E IMPLICAÇÕES NA IDENTIDADE
SOCIOLINGUÍSTICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Avaliação em: 29/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Roberta Tavares Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Adeilson Pinheiro Sedrins (Examinador Externo)
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)

Prof. Dr. Alexandre António Timbane (Examinador Externo)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr^ª. Silvana Silva de Farias Araújo (Examinadora Externa)
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Prof^ª. Dr^ª. Stella Virgínia Telles de Araújo Pereira Lima (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Ao meu amado filho, Thales Augusto, meu farol, que enche meus dias de amor e desafios, e que é o dono da minha mais doce devoção.

À minha sobrinha-filha, Maria Liz, cuja existência, tão adorável quanto intensa, me atinge como uma explosão de amor.

Aos meus queridos afilhados, Rayssa, João e Glorinha, que me presenteiam com a alegria de ser Dinda.

À minha amada esposa e à minha amada mãe, Andreza e Marluce, meu sustento, meu porto e minha fonte inesgotável de amor diário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, “inteligência suprema, causa primária de todas as coisas”¹, pelo dom da vida atual e pelo consolo da existência infinita; a Maria, minha mãezinha do céu, pelo colo espiritual e pelas intercessões junto a Jesus; a Jesus, pelo exemplo de amor e de bondade deixado para a humanidade; ao Espírito Santo, pelo fluido vital que nos concede.

A minha amada mãe, Marluce, que, além de toda importância que sempre teve durante a minha vida, sendo a melhor mãe que eu poderia ter, exemplo de amor, de força, de resiliência e de abnegação, ainda é, hoje, rede de apoio para mim, aconchego e cuidado de vó para o meu filho, meu sonho realizado.

Ao meu amor, Andreza, minha esposa, mãe do meu filho nascido e dos que ainda nascerão; ela que é porto, parceria e cuidado, paixão e cumplicidade; com quem eu divido as dores e as delícias da vida, todos os dias, e rezo a Deus para que seja assim para sempre.

Ao meu painho, Denys, pelo amor que me dedica independentemente das circunstâncias; por todas as valiosas orientações acerca e ao longo da vida; e por ser colo e carinho de vó para o meu filho. Estendo essa gratidão a Ana, sua esposa, por ser alguém que é acesso e doçura, uma pessoa por quem eu tenho muito carinho e afeição.

À minha querida orientadora, Cláudia Roberta, pela inspiração constante, pela valiosa orientação, por toda compreensão e encorajamento nesse processo tão longo quanto breve, tão gratificante quanto desafiador que é a caminhada rumo ao Doutorado. Sigo com a certeza de que eu não poderia ter orientadora melhor.

Aos estimados professores Adeilson Sedrins e Silvana Araújo, que acompanharam e que contribuíram significativamente com este trabalho desde a qualificação; agradeço, também, por terem aceitado fazer parte da banca avaliadora na defesa.

Aos estimados professores Stella Telles e Alexandre Timbane, pela valiosa contribuição na produção de conhecimento científico na área das línguas indígenas e africanas, respectivamente, e por terem aceitado participar da banca avaliadora da defesa desta tese.

Aos estimados professores Marcelo Sibaldo e Sílvia Vieira, por terem aceitado fazer parte da banca avaliadora na defesa desta tese, como membros suplentes.

Às queridas amigas que o Programa de Pós-Graduação em Letras me presenteou, Bhatt e Gaby, pela parceria duradoura em todos esses anos de PPGL-UFPE e para a posteridade. Dedico essa gratidão, também, aos seus maridos-parceiros Max e Lucas, e à Malu, recém-chegada em nossa família.

Ao querido amigo Déreck, pela amizade e parceria ao longo da nossa jornada no PPGL-UFPE, e por dividir comigo o que sabia sobre o programa *JASP* e suas ferramentas, estando sempre disponível para ajudar com os estudos em Sociolinguística.

Ao querido amigo Midana Cá, guineense que doa sua generosidade, empatia, disciplina e inteligência, pela ajuda de valor inestimável na busca pelos colaboradores deste estudo, aqui no Brasil e na Guiné-Bissau, presencial e virtualmente; ao amigo Benedito, pela parceria, junto a Midana, durante minha estada na UNILAB; e a todos os cidadãos guineenses colaboradores desta pesquisa, 70 homens e mulheres que doaram seu tempo para que este trabalho fosse realizado. Sem cada uma dessas pessoas, esta tese não existiria.

À UNILAB-CE, que agradeço na pessoa da Pró-reitora de Graduação, a professora Geranilde Silva, por ter dado anuência para que eu pudesse estar nos *campi* da Universidade em busca dos colaboradores que tanto contribuíram com esta pesquisa.

Ao presidente Lula, responsável pela implementação da UNILAB no Brasil, por toda força e resiliência demonstradas no período sombrio em que estive preso injustamente. Felizmente, hoje, o amor e a verdade venceram! Nossa luta de agora é contra o Marco Temporal.

¹ Extraído da Pergunta 1 de “O livro dos Espíritos”, de Allan Kardec.

Os Indígenas, assim como os Africanos que foram escravizados, representam a injusta negação histórica de direitos originários, incluindo o direito à terra e os direitos linguísticos.

Às minhas queridas primas Luciana, Thainan, Thuany, Dani, Rayane, Nina, Áurea (*in memorian*), Priscila (*in memorian*); à minha prima-Vera, ao meu primo Sandro e à sua esposa, Karla; eles que são a minha geração, os meus pés no chão e a minha essência de família. Às minhas priminhas Laryssa, Adriele, Bruna, Thainara, Thaylla, Brenda, e aos meus priminhos Paulo, Lucas, Francisco, Victor e Miguel, por serem energia, alegria e esperança de um futuro melhor para nossa família. Às minhas tias Dora, Tonha, Rita, Lourdes, Maria (de Dani), tia Lena e tio Laércio, Tio Deca e tia Maria, tio Gabriel (*in memorian*), pelo amor de toda a vida. Aos meus primos Matheus e Diana, por serem ponte.

À minha amada sogra, Dona Zeza, e à minha sobrinha Zayne, por serem exemplo de cuidado, sabedoria, força e resiliência. À minha cunhada Amanda, por emprestar sua leveza e sua nobreza aos nossos dias. Às tias Neide e Jarlene, pelas portas sempre abertas da casa e do coração. À prima Ivani (personificação da força) e ao primo Marquinhos (personificação do cuidado) pelo acesso sempre fácil ao mar no seu quintal. Aos meus sobrinhos Lelê, Luiz, Valen, Malu, Nicolas e Sarah, por agregarem mais amor à minha vida.

Ao meu compadre, amigo e alma-gêmea, Alex, pelo amor de irmão que me dedica, pela escuta cuidadosa seguida de conselhos valiosos; por ser entrega na presença e saudade na ausência; por ser Dindo do meu filho; por ser o melhor tio-pai que o meu sobrinho Thalyson poderia ter.

Às minhas comadres e amigas tão queridas, Jéssica e Diva, por me ajudarem a entender que o tempo é rei; por serem Dindas do meu filho; por continuarem sendo, para nós, portas abertas da casa e do coração, agora, com Maya, fruto desse amor e dona desse tempo.

À minha comadre, amiga e irmã, Ana Luiza, por ser exemplo de força, coragem, resiliência e inspiração; por me emprestar momentos de leveza e alegria em família, com João e Glorinha.

Aos amigos da CLIP-IFPE, por serem companheiros de luta por justiça social e pela valorização da educação pública, gratuita e de qualidade; pela amizade externa ao ambiente de trabalho; pela parceria profissional, sobretudo durante o período em que estive afastada de minhas atividades docentes em razão deste estudo de Pós-Graduação; e ao IFPE, pelo investimento em minha formação continuada.

Aos amigos Herbertt, Hérica e Ewerton, pelas parcerias de trabalho, pela torcida e pelo exemplo de inteligência e de disciplina. Ao amigo Jambo, pelos diálogos francos, objetivos e descomplicados durante esses anos de doutorado. Aos amigos Eduardo, Flávio, Glauber e Luiz, pela torcida e contribuição com a leveza de comemorar dias e noites de alegria e emoção.

A todos os professores do PPGL-UFPE, pelo importante trabalho que desenvolvem tanto na produção de conhecimento científico, nas mais diversas áreas, quanto no excelente trabalho de orientação que dedicam aos estudantes pós-graduandos, trabalho esse tão essencial para que aprendamos a caminhar por essa trilha da pesquisa acadêmica. Em especial, agradeço às professoras-gestoras Evandra Grigoletto e Fernanda Galli, pela atuação na coordenação do PPGL-UFPE; e à professora-amiga Medianeira Souza, por ter sido estrada para o meu retorno à UFPE, antes ainda do meu mestrado, quando paguei a sua disciplina como aluna especial. Por fim, mas não menos importante, agradeço aos servidores da secretaria do PPGL, em especial Jozaiás e Adriel, sempre solícitos para resolver nossas questões e, também, grandes incentivadores nessa jornada.

A todos vocês, pessoas ou não, **MUITO OBRIGADA!**

O linguista não é apenas aquele que tenta explicar o que todo mundo, intuitivamente, já sabe: como a língua funciona. Ele pode também explicar o que nem ele mesmo sabe, quando descreve línguas ou estruturas linguísticas que não fazem parte de sua própria competência enquanto falante, o que não é tão infrequente assim (LAGARES, 2018)

RESUMO

Este estudo objetivou investigar o uso e as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número no Português da Guiné-Bissau (PGB), com foco nas repercussões do contato linguístico do português com o guineense, bem como verificar as implicações desse cenário na identidade sociolinguística dos cidadãos guineenses falantes dessa variedade do português. A hipótese desta pesquisa é que, em relação ao uso da concordância nominal de número, considerando que se constitui uma regra variável na língua escrita de sujeitos com um menor nível de escolarização (sem o Ensino Superior completo) - com base nos dados de Paraiso (2019), devido, entre outros fatores, à influência da morfossintaxe do guineense no PGB -, é possível que os dados de fala indiquem a manutenção dessa tipologia de regra linguística e que os dados de percepção apontem para a consciência dos falantes frente a essa variação, sendo caracterizada pela demonstração de avaliações subjetivas predominantemente positivas em relação ao uso da concordância nominal de número no PGB. A justificativa desta investigação baseia-se em Labov ([1972] 2008: 150), o qual defende que, além das análises quantitativas, mostra-se importante, para os estudos sociolinguísticos, verificar outras formas de comportamento social sobre dada variante linguística, o que inclui características que podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito, que associamos às atitudes linguísticas. Os objetivos específicos deste trabalho buscam compreender: 1) como se dá a coexistência do guineense com o PGB; 2) que contrastes são possíveis entre a morfologia flexional de número no guineense e no PGB encontrada nos dados em análise; 3) quais são os padrões de concordância nominal de número encontrados na língua falada do PGB; e 4) que comparações são possíveis entre os dados de produção (fala) e os dados de percepção (atitudes linguísticas), tendo em mente a identidade sociolinguística dos falantes do PGB. Para tanto, embasamos a investigação na teoria da Sociolinguística Variacionista (LABOV [1972] 2008), uma vez que esse aporte teórico contempla a avaliação social dos falantes sobre os usos linguísticos, domínio que analisamos pelo campo das atitudes linguísticas sob o enfoque da Psicologia Social de Lambert; Lambert ([1966] 1981). Metodologicamente, realizamos entrevistas com 70 colaboradores guineenses falantes do PGB - estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, localizada no Ceará (UNILAB-CE); bem como aplicamos um questionário sociolinguístico, ambos baseados em Pissurno (2017); como também aplicamos um teste de percepção linguística, baseado em Cardoso (2015). Os resultados obtidos indicam que: 1) com base nos dados de fala coletados, o PGB é utilizado majoritariamente no ambiente escolar, onde seu uso é obrigatório, enquanto o guineense é amplamente utilizado no país, inclusive na escola, como língua que media o processo de ensino-aprendizagem, ainda que isso não seja explicitamente permitido; 2) a morfologia flexional do guineense difere da do PGB no sentido de que, naquele, nem todos os elementos do sintagma precisam receber marca morfológica de plural, enquanto neste, todos os elementos necessários devem receber o morfema de plural; 3) o tipo de regra associado à concordância nominal de número na língua falada do PGB, com base nos dados deste estudo, é variável, com um percentual de 92% para a forma com concordância padrão e de 8% para a forma não padrão; 4) apesar dos dados de fala terem apontado para uma construção identitária baseada, predominantemente, na relação dos participantes com o guineense, suas avaliações subjetivas frente ao PGB foram majoritariamente positivas, indicando que eles conseguem reconhecer que o PGB é mais uma variedade do português e que possui características próprias advindas do contato linguístico existente no país.

Palavras-chaves: Concordância nominal. Português Guineense. Contato linguístico. Atitudes linguísticas. Identidade sociolinguística.

ABSTRACT

This study aims to investigate the use and linguistic attitudes about nominal number agreement in Guinea-Bissau Portuguese (GBP), focusing on the repercussions of linguistic contact between Portuguese and Guinean, as well as verifying the implications of this scenario on the sociolinguistic identity of Guinean citizens who speaks this variety of Portuguese. The hypothesis of this research is that, concerning the use of nominal number agreement, considering that it constitutes a variable rule in the written language of people with a low level of education (without complete University Education) - based on data from Paraiso (2019), due, among other factors, to the influence of Guinean morphosyntax in the GBP -, it is possible that the speech data indicate the maintenance of this typology of linguistic rule and that the perception data point to the speakers' awareness of this variation, being characterized by the demonstration of predominantly positive subjective evaluations regarding the use of nominal number agreement in GBP. We justify this investigation based on Labov ([1972] 2008: 150), who argues that, in addition to quantitative analyses, it is important for sociolinguistic studies to verify other forms of social behavior on a linguistic variant, including features that can be observed in types of explicit evaluative behavior, which we associate with linguistic attitudes. The specific objectives of this work seek to understand: 1) how does Guinean coexist with the GBP?; 2) what contrasts are possible between the inflectional morphology of number in Guinean and PGB found in the data under analysis; 3) what are the patterns of noun number agreement found in the spoken language of PGB; and 4) what comparisons are possible between production data (speech) and perception data (linguistic attitudes), bearing in mind the sociolinguistic identity of GBP speakers. To do so, we based the investigation on the theory of Variationist Sociolinguistics (LABOV [1972] 2008), since this theoretical contribution includes the social evaluation of speakers about linguistic uses, a domain that we analyze in the field of linguistic attitudes from the perspective of Social Psychology by Lambert; Lambert ([1966] 1981). Methodologically, we conducted interviews with 70 GBP-speaking Guinean collaborators - students at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony, located in Ceará (UNILAB-CE); as well as applying a sociolinguistic questionnaire, both based on Pissurno (2017); as also applying a linguistic perception test, based on Cardoso (2015). The results obtained indicate that: 1) based on the collected speech data, GBP is mostly used in the school environment, where its use is mandatory, while Guinean is widely used in the country, including at school, as a language that mediates the process of teaching-learning, even if this is not explicitly allowed; 2) the inflectional morphology of Guinean differs from that of GBP in the sense that, in the former, not all elements of the phrase need to receive the morphological plural mark, while in the latter, all the necessary elements must receive the plural morpheme; 3) the type of rule associated with nominal number agreement in the spoken language of GBP, based on the data from this study, is variable, with a percentage of 92% for the form with standard agreement and 8% for the non-standard form; 4) although the speech data pointed to an identity construction based predominantly on the participants' relationship with Guinean, their subjective evaluations regarding GBP were mostly positive, indicating that they are able to recognize that GBP is another variety of Portuguese and which has its own characteristics arising from the existing linguistic contact in the country.

Keywords: Nominal agreement. Guinean Portuguese. Linguistic contact. Linguistic attitudes. Sociolinguistic identity.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo investigar el uso y las actitudes lingüísticas sobre la concordancia numérica nominal en el portugués de Guinea-Bissau (PGB), centrándose en las repercusiones del contacto lingüístico entre el portugués y el guineano, así como verificar las implicaciones de este escenario en la identidad sociolingüística del guineano, ciudadanos que hablan esta variedad del portugués. La hipótesis de esta investigación es que, en relación al uso del número nominal concordancia, considerando que constituye una regla variable en el lenguaje escrito de sujetos con menor nivel de escolaridad (sin Educación Superior completa) - con base en datos de Paraíso (2019), debido, entre otros factores, a la influencia de la morfosintaxis guineana en el PGB-, es posible que los datos del habla indiquen el mantenimiento de esta tipología de regla lingüística y que los datos de percepción apunten a la conciencia de los hablantes sobre esta variación, caracterizándose por la demostración de valoraciones subjetivas predominantemente positivas en relación al uso de concordancia de número nominal en PGB. La justificación de esta investigación se basa en Labov ([1972] 2008: 150), quien sostiene que, además de los análisis cuantitativos, es importante que los estudios sociolingüísticos verifiquen otras formas de comportamiento social acerca de una determinada variante lingüística, la cual incluye rasgos que pueden observarse en tipos de comportamiento evaluativo explícito, que asociamos con actitudes lingüísticas. Los objetivos específicos de este trabajo buscan comprender: 1) cómo convive el guineano con el PGB; 2) qué contrastes son posibles entre la morfología flexiva del número en guineano y PGB encontrada en los datos bajo análisis; 3) ¿cuáles son los patrones de concordancia de número de sustantivo que se encuentran en el lenguaje hablado de PGB; y 4) qué comparaciones son posibles entre datos de producción (habla) y datos de percepción (actitudes lingüísticas), teniendo en cuenta la identidad sociolingüística de los hablantes de PGB. Para ello, basamos la investigación en la teoría de la Sociolingüística Variacionista (LABOV [1972] 2008), ya que este aporte teórico incluye la evaluación social de los hablantes sobre los usos lingüísticos, dominio que analizamos en el campo de las actitudes lingüísticas desde la perspectiva de Psicología Social de Lambert; Lambert ([1966] 1981). Además, metodológicamente, realizamos entrevistas con 70 colaboradores guineanos hablantes de PGB - estudiantes de la Universidad de Integración Internacional de la Lusofonia Afrobrasileña, situada en Ceará (UNILAB-CE); así como aplicamos un cuestionario sociolingüístico, ambos basados en Pissurno (2017); como también aplicamos un cuestionario de percepción lingüística, basado en Cardoso (2015). Los resultados obtenidos indican que: 1) con base en los datos del habla recopilados, el PGB se usa principalmente en el entorno escolar, donde su uso es obligatorio, mientras que el guineano se usa ampliamente en el país, incluso en la escuela, como un idioma que media el proceso de enseñanza-aprendizaje, aunque esto no sea expresamente permitido; 2) la morfología flexiva del guineano difiere de la del PGB en el sentido de que, en el primero, no todos los elementos de la frase necesitan recibir la marca morfológica de plural, mientras que en el segundo, todos los elementos necesarios deben recibir el morfema de plural; 3) el tipo de regla asociada a la concordancia de número nominal en el lenguaje hablado de PGB, según los datos de este estudio, es variable, con un porcentaje del 92% para la forma con concordancia estándar y del 8% para la forma no estándar; 4) aunque los datos del habla señalaron una construcción identitaria basada predominantemente en la relación de los participantes con el guineano, sus evaluaciones subjetivas con respecto al PGB fueron en su mayoría positivas, lo que indica que son capaces de reconocer que el PGB es otra variedad del portugués y que tiene sus propias características derivadas del contacto lingüístico existente en el país.

Palabras clave: Concordancia nominal. Portugués Guineano. Contacto lingüístico. Actitudes lingüísticas. Identidad sociolingüística.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - continuum das línguas em Guiné-Bissau	33
Figura 2 - Mapa político da Guiné-Bissau	45
Figura 3 - Distribuição dos grupos étnicos na Guiné-Bissau (1)	46
Figura 4 - Distribuição dos grupos étnicos na Guiné-Bissau (2)	47
Figura 5 - O melhor português falado é o que se fala na minha cidade.....	84
Figura 6 - O melhor português falado é o do brasileiro	85
Figura 7 - O melhor português falado é o do português	85
Figura 8 - O melhor português falado é o que se fala na minha cidade.....	87
Figura 9 - O melhor português falado é o do brasileiro	88
Figura 10 - O melhor português falado é o do português	89
Figura 11 - O melhor português falado é o que se fala na minha cidade.....	89
Figura 12 - O melhor português falado é o do brasileiro	90
Figura 13 - O melhor português falado é o do português	91
Figura 14 - percepção para o sintagma “outras religião”	95
Figura 15 - percepção para o sintagma “minha famílias”	96
Figura 16 – percepção para a sentença “começou as aulas presencial” pela localização	111
Figura 17 - percepção para o sintagma: “as aulas presencial” pelo status do português	112
Figura 18 - percepção para o sintagma: “minha famílias” pela localização	113
Figura 19 - percepção para o sintagma: “minha famílias” pelo status do português	114
Figura 20 - percepção para o sintagma: “sala da aulas” pela localização	114
Figura 21 - percepção para o sintagma “sala da aulas” pelo status do português.....	115
Figura 22 - percepção para o sintagma “as suas línguas maternas”	118
Figura 23 - percepção para o sintagma “ as línguas locais”	120
Figura 24 - percepção para o sintagma “ alguns parte negativo”	121
Figura 25 - percepção para o sintagma “ dos grupos étnicos”	122
Figura 26 - percepção para o sintagma “os pontos negativo ”	123
Figura 27 - percepção para o sintagma “esses setores”	124
Figura 28 - percepção para o sintagma “nossos próprios dirigentes”	125
Figura 29 - percepção para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pelo sexo.....	127
Figura 30 - percepção para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pela localização ...	128

Figura 31 - percepção para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pelo status do português	128
Figura 32 - percepção para a sentença “A2” pelo status e pela localização	129
Figura 33 - percepção para a sentença “A3” pelo status do português	130
Figura 34 - percepção para a sentença “B5” pelo status do português	134
Figura 35 - percepção para a sentença “B6” pelo status do português	135
Figura 36 - percepção para a sentença “B6” pela localização	136
Figura 37 - percepção para a sentença “B7” pela localização	137
Figura 38 - percepção para a sentença “B8” pela localização	139
Figura 39: percepção para a sentença “B8” pelo status do português.....	139
Figura 40 - percepção para a sentença B11 pelo status e pela localização	141
Figura 41 - percepção para a sentença B12.....	142
Figura 42 - percepção para a sentença B13.....	143
Figura 43 - percepção para a sentença “B15” pela localização	145
Figura 44 - percepção para a sentença “C1a” pelo “status do português”	149
Figura 45 - percepção para a sentença “C1a” pela “localização”	149
Figura 46 - percepção para a sentença “C1b” pelo “status do português”	150
Figura 47 - percepção para a sentença “C1b” pelo “status do português”	151
Figura 48 - percepção para a sentença “C1c” pelo “status do português”	152
Figura 49 - percepção para a sentença “C1c” pela “localização”	152
Figura 50 - percepção para a sentença “D4” pelo “status do português”	155
Figura 51 percepção para a sentença “D4” pela “localização”	155
Figura 52 - percepção para a sentença “D7” pelo “status do português”	158
Figura 53 - percepção para a sentença “D7” pela “localização”	158
Figura 54 - percepção para a sentença “D8” pelo “status do português”	159
Figura 55 - percepção para a sentença “D8” pela “localização”	160
Figura 56 - percepção para a sentença “E1” pelo “status do português”	161
Figura 57 - percepção para a sentença “E1” pela “localização”	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos participantes pela idade em que aprendeu o português.....	93
Gráfico 2 - Distribuição dos participantes pela escolaridade.....	94
Gráfico 3 - Distribuição dos participantes pelo status do português	96
Gráfico 4 - Distribuição dos participantes pela localização.....	97
Gráfico 5 - distribuição dos participantes pela etnia.....	98
Gráfico 6 - Percentual de +CN e de -CN nos dados de fala	103
Gráfico 7 - Quantitativo de +CN e -CN tomando por base a localização.....	103
Gráfico 8 - percentual de +CN e -CN nos dados de Guiné-Bissau, tomando por.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição de falantes em cinco etnias da Guiné-Bissau.....	32
Quadro 2 - Distribuição geral dos participantes.....	72
Quadro 3 - Itens de testagem e parâmetros da escala linear	77
Quadro 4 - Gradação de avaliações na escala linear.....	78
Quadro 5 - Sentenças dos itens de testagem para julgamento	78
Quadro 6 - Distribuição dos participantes por sexo, localização e status do português	82
Quadro 7 - Distribuição dos participantes pelo status do português versus a localização.....	82
Quadro 8 - Distribuição dos participantes pelo sexo versus a localização	93
Quadro 9 - breve comparação da pluralização com possessivo em guineense e em PGB	113
Quadro 10 - breve comparação da pluralização com quantificador em guineense e em PGB	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação A1.....	126
Tabela 2 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação A2.....	128
Tabela 3 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação A3.....	130
Tabela 4 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B1	131
Tabela 5 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B2	132
Tabela 6 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B3	132
Tabela 7 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B4.....	133
Tabela 8 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B5	133
Tabela 9 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B6.....	135
Tabela 10 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B7	136
Tabela 11 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B8.....	138
Tabela 12 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B9.....	140
Tabela 13 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B10.....	140
Tabela 14 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B11	141
Tabela 15 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B12.....	142
Tabela 16 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B13.....	143
Tabela 17 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B14.....	145
Tabela 18 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B15.....	145
Tabela 19 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B16.....	146
Tabela 20 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B17	146
Tabela 21 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B18.....	147
Tabela 22 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B19.....	147
Tabela 23 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B20.....	147
Tabela 24 - Resultado da Análise de Variância para a sentença C1a	148
Tabela 25 - Resultado da Análise de Variância para a sentença C1b.....	150
Tabela 26 - Resultado da Análise de Variância para a sentença C1c	151
Tabela 27 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D1.....	153
Tabela 28 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D2.....	154
Tabela 29 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D3.....	154
Tabela 30 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D4.....	154
Tabela 31 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D5.....	156
Tabela 32 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D6.....	156

Tabela 33 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D7.....	157
Tabela 34 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D8.....	159
Tabela 35 - Resultado da Análise de Variância para a sentença E1	161
Tabela 36 - Resultado da Análise de Variância para a sentença E2	163
Tabela 37 - Resultado da Análise de Variância para a sentença E3	163
Tabela 38 -Resultado da Análise de Variância para a sentença E4	163
Tabela 39 - Resultado da Análise de Variância para a sentença E5	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO	24
1.1 ETNICIDADE E O CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU	24
1.2 A IDENTIDADE SOCIOLINGUÍSTICA NA GUINÉ-BISSAU	28
1.3 RELAÇÃO ENTRE A IDENTIDADE SOCIOLINGUÍSTICA GUINEENSES, O USO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO E A AVALIAÇÃO SOCIAL DESSE USO: BREVES INCURSÕES	31
CAPÍTULO 2: ALICERCES TEÓRICOS DO ESTUDO	38
2.1 APONTAMENTOS SOBRE A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA.....	38
2.2 APONTAMENTOS SOBRE A PSICOLOGIA SOCIAL.....	43
2.2.1 A percepção (observação e impressões)	49
2.2.2 As atitudes (comportamento manifesto)	53
2.2.3 Incursões nas atitudes linguísticas	57
2.2.4 Uma psicologia social do bilinguismo/multilinguismo	64
CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	70
3.1 DA AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVER A PESQUISA	70
3.2 DA CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES E DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO NA AMOSTRA	71
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	73
3.3.1 A coleta dos dados de produção linguística	73
3.3.2 A coleta dos dados de percepção linguística	75
3.3.3 O entendimento sobre a identidade sociolinguística	80
CAPÍTULO 4: A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOLINGUÍSTICA GUINEENSE SOB O ENFOQUE DO MULTILINGUISMO E DA AVALIAÇÃO SOCIAL DOS USOS LINGUÍSTICOS	82
.....	
4.1 OS DADOS DE PERCEPÇÃO: ENFOCANDO O SEXO, A LOCALIDADE, A ESCOLARIDADE E O STATUS DO PORTUGUÊS	84

4.2 OS DADOS DE FALA: EVIDÊNCIAS DA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DO INDIVÍDUO GUINEENSE.....	100
CAPÍTULO 5: Proposta de análise e de discussão: as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número	110
5.1 A ANÁLISE DESCRITIVA.....	111
5.1.1 A percepção dos guineenses com referência à sua localização geográfica e ao status do português	117
5.2 A ANÁLISE ESTATÍSTICA	125
5.2.1 O item de testagem “estética da variante”	126
5.2.2 O item de testagem “correção gramatical”	131
5.2.3 O item de testagem “sonoridade”	148
5.2.4 O item de testagem “valoração”	153
5.2.5 O item de testagem “relações interpessoais”	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS.....	170
APÊNDICE A – Contato com a pesquisadora	173
APÊNDICE B – Guia de entrevista.....	174
APÊNDICE C – Questionário Sociolinguístico	176
APÊNDICE B – Guia de entrevista.....	174
APÊNDICE C – Questionário Sociolinguístico	176

INTRODUÇÃO

O português do Brasil (PB) é uma variedade do português já bastante consolidada no que diz respeito ao desenvolvimento de gramáticas de usos, por exemplo (NEVES, 2000; CASTILHO, 2016). Em um caminho semelhante, outras variedades não europeias do português também têm sido estudadas a fim de que se conheça melhor sua realidade linguística. Como exemplos desses estudos, podemos citar Nascimento *et al.* (2008), em que os autores discutem as cinco variedades africanas do português, a saber: a de Angola, a de Cabo Verde, a de Guiné-Bissau, a de Moçambique e a de São Tomé e Príncipe; Petter (2009), em que a autora analisa aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano; Jon-And (2010), que discute variação, contato e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde; Timbane (2013), com seus estudos sobre o português de Moçambique; Brandão (2011), cujo trabalho trata do português de São Tomé.

No Brasil, o português é língua oficial a exemplo do que ocorre nos cinco países da África onde o português é falado (Moçambique, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e no país asiático de Timor-Leste, embora uma distinção se observe entre o Brasil e esses países: naquele, o português é a língua materna da maioria dos falantes, ao passo que nesses, é, em geral, uma segunda língua, convivendo com as línguas maternas dos falantes, o que caracteriza, assim, um intenso multilinguismo.

Em relação ao *status* que o português ocupa em alguns países africanos, destacamos o caso de São Tomé, onde tem ocupado o lugar de língua materna, uma vez que passou a ser a primeira língua adquirida pelas novas gerações lá nascidas, ainda que com algumas reestruturações provocadas pelo contato linguístico com outras línguas nativas africanas, conforme verificado em Hagemeijer (2009: 18). Dados do Censo de 2001, apresentados pelo mesmo autor, levando em conta a população maior que cinco anos de idade, demonstraram que 98,9% falam português, enquanto outras línguas nativas, como o Santome e o Lung'ie, por exemplo, são falados por 72,4% e 2,4%, respectivamente. O autor afirma que

face à situação linguística de S. Tomé e Príncipe, este será o único país da África de língua portuguesa onde a maioria da população tem actualmente o Português como primeira língua, havendo, assim, condições para a emergência de uma nova variedade. (HAGEMEIJER, 2009, p. 20).

A situação de São Tomé é bastante diferente do que acontece em Guiné-Bissau, país no qual centramos o foco desta investigação, pois, como vimos, naquele, o português recebe o *status* de língua materna e é falada pela maioria absoluta da população do país, enquanto neste o número de falantes não ultrapassa os 13% (COUTO; EMBALÓ, 2010).

A depender do tipo de aquisição, podemos perceber até que ponto outras línguas podem interferir em sua morfosintaxe, por exemplo, provocando variação linguística. Quando falamos em variação, referimo-nos à característica inerente (LABOV, [1972], 2008) a todas as línguas naturais, as quais são, essencialmente, dinâmicas e heterogêneas. Nos estudos sociolinguísticos, esse aspecto pode ser observado e descrito, considerando-se diversos fatores, o que implica dizer que existem diversas maneiras (variantes) de dizermos um mesmo enunciado em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade (TARALLO, 1990). Essas variantes são escolhidas pelos usuários a partir de motivações diversas tanto na língua falada quanto na língua escrita.

Além de aspectos relacionados à frequência e aos fatores que contribuem para que a variação linguística ocorra, outro aspecto que nos propomos a abordar nesta pesquisa diz respeito às atitudes linguísticas. Sobre tais conceitos, entendemos, com Silva e Aguilera (2014), que elementos da variação linguística podem atuar decisivamente na competência dos falantes e isso está relacionado à consciência linguística. Assumimos, com as autoras, que a associação variação-consciência-competência linguística permite que o pesquisador, ao se aproximar, possa conhecer as reações subjetivas diante da língua e/ou línguas que os falantes usam, aspecto que influencia, inclusive, na aquisição de segundas línguas. Utilizaremos esse conceito para verificar tais reações dos guineenses frente ao português de Guiné-Bissau (doravante PGB).

Sobre o domínio da concordância nominal de número no PGB, Paraiso (2019), verificou, nos dados de escrita de falantes com um menor nível de escolarização (sem o Ensino Superior completo), que o tipo de regra é variável. Os dados de escrita analisados naquele estudo foram oriundos de redações de vestibular produzidas em português por estudantes guineenses que almejavam obter uma vaga na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Nesta pesquisa atual, analisamos dados de fala de estudantes da referida Universidade com a finalidade de verificarmos tanto o uso quanto as atitudes linguísticas acerca do mesmo fenômeno: a concordância de número no sintagma nominal. No que tange a desse assunto, Jon-And (2011, p.16) afirma o seguinte:

Qualquer estudo sobre concordância de número no SN no português falado no Brasil (PB) ou nos países africanos (...) confirma que há concordância variável. Sobre a

origem da concordância variável de número em variedades africanas e brasileiras do português há, no entanto, muito menos consenso. Há diversas hipóteses que procuram explicar a concordância variável no português em África e no Brasil, que em certos aspetos se contradizem. As hipóteses apelam para fatores como reestruturação causada por contato linguístico, influência de línguas africanas e processos internos da língua.

Diante desse cenário, assumimos, com a autora que “as hipóteses que procuram explicar a concordância variável de número no português são divididas em explicações externas, ou seja, baseadas em contato linguístico, e explicações internas. Esta é a divisão que tradicionalmente é feita no debate sobre a origem da concordância variável no português” (JON-AND, 2011, p.16). Na pesquisa que aqui se apresenta, consideraremos a hipótese das explicações externas, baseadas em contato linguístico, especificamente do PGB com a língua guineense.

Outro aspecto que podemos levantar é que tanto o guineense quanto o PGB possuem o seu domínio e a sua função social na Guiné-Bissau, e, até onde temos verificado, não há uma quantidade significativa de estudos que suscitem reflexões acerca de questões linguísticas próprias desse país, tendo em mente que essa variedade do português mantém contato com o guineense. Esses aspectos motivaram a formulação dos questionamentos adotados nesta investigação, cuja questão central, que corresponde ao objetivo geral deste trabalho, é a seguinte: como se caracterizam o uso e as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número na variedade guineense do português, tendo em mente as repercussões do contato linguístico e suas implicações na identidade sociolinguística na Guiné-Bissau?

Outras questões, as quais representam os objetivos específicos desta pesquisa, são, ainda, elencadas a seguir:

- (a) Como se dá a coexistência do guineense com o PGB, em particular, no âmbito da concordância nominal de número, tendo em mente a aquisição do português como L2 ou L3?
- (b) Que contrastes são possíveis entre a morfologia flexional de número no guineense e a do PGB encontrada nos dados em análise, tendo em mente possíveis interferências de uma língua em outra?
- (c) Quais são os padrões de concordância nominal de número encontrados na língua falada do PGB?
- (d) Quais comparações são possíveis entre os dados de produção (fala) e os dados de percepção (atitudes linguísticas), tendo em mente a identidade sociolinguística dos falantes do PGB?

Acerca da principal questão elencada, levantamos a seguinte hipótese: em relação às atitudes linguísticas, considerando o fato de que o uso da concordância nominal de número no PGB constitui uma regra variável na língua escrita de sujeitos com um menor nível de escolarização (sem o Ensino Superior completo), segundo Paraiso (2019), devido, entre outros fatores, à influência da morfossintaxe do guineense no PGB, é possível que os dados de percepção apontem para a consciência dos participantes frente a essa variação, caracterizando uma identidade sociolinguística afeita a essa regra de variação no PGB.

Frente a esses aspectos introdutórios, dividimos este trabalho em 5 (cinco) capítulos e mais as considerações finais. No capítulo primeiro, como veremos, propomo-nos contextualizar a investigação, centrando a atenção no panorama da situação sociolinguística da Guiné-Bissau, perpassada por questões históricas, étnicas e sociais. Em adição, buscamos delimitar o objeto de estudo e realizar algumas incursões na identidade sociolinguística na Guiné-Bissau.

No segundo capítulo, discorreremos sobre os alicerces teóricos desta investigação, os quais incluem a sociolinguística variacionista (LABOV [1972], 2008) e a psicologia social (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981). O estudo da língua em contextos de uso e as atitudes linguísticas para com a realização da concordância de número no sintagma nominal permitiram que verificássemos as repercussões do contato linguístico na Guiné-Bissau e as implicações desse contato no uso do português e na identidade sociolinguística do falante guineense.

O terceiro capítulo da pesquisa consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos adotados nesta investigação. Nessa parte do trabalho, retomaremos as propostas metodológicas utilizadas pelos autores que integram os alicerces teóricos que embasam esta pesquisa, a saber, as análises da língua em contextos de uso (LABOV [1972], 2008) e as abordagens da psicologia social para pesquisas em atitudes linguísticas (LAMBERT, 1967). Com base nas proposições desses autores, traçamos o arcabouço da metodologia desta pesquisa.

A partir do quarto capítulo, iniciamos as etapas de exposição e de análise de dados, com a discussão sobre o uso da concordância nominal de número em dados de fala de cidadãos guineenses. Neste capítulo, apresentamos as características desse uso, com percentuais de concordância padrão (+CN) e não padrão (-CN), bem como discorreremos, de maneira qualitativa, sobre a construção identitária a partir da fala dos guineenses.

O quinto capítulo consistirá na discussão acerca das atitudes linguísticas dos guineenses sobre o uso da concordância de número no sintagma nominal. Para a investigação sobre atitudes, tomamos por base os questionários aplicados por Cardoso (2015). Neste capítulo, também discutiremos as repercussões que o contato linguístico do PGB com o guineense na

Guiné-Bissau provoca no uso da concordância nominal de número, tomando por base os dados de fala analisados, bem como as implicações tanto desse contato quanto desse uso na identidade sociolinguística do cidadão guineense, considerando as atitudes linguísticas para com o fenômeno da concordância no sintagma nominal do PGB.

Por fim, nas considerações finais, sintetizaremos os resultados que obtivemos nesta investigação, com a retomada das questões e das hipóteses elencadas no início deste estudo. Em adição, oferecemos sugestões para pesquisas futuras, tomando por base algumas questões que deixamos em aberto e a possibilidade da ampliação de alguns aspectos que estudamos.

CAPÍTULO 1: DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO

1.1 ETNICIDADE E O CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU

Diversos aspectos constituem a organização de um país, o que inclui questões político-econômicas, educacionais, históricas, socioculturais, linguísticas, entre outras. Dito isso, com a intenção de discutirmos os elementos nucleares que intitulam esta seção, a saber, o entendimento sobre a etnicidade e sobre o contexto sociolinguístico da Guiné-Bissau, discutiremos alguns aspectos históricos pré e pós-independência da Guiné-Bissau, o arranjo sociocultural e algumas questões linguísticas do país.

Inicialmente, é importante destacarmos que o país sobre o qual discorreremos possui uma independência recente, datada de 24 de setembro de 1973 (apesar dessa independência só ter sido reconhecida por Portugal quase um ano depois, em 10 de setembro de 1974). No contexto colonial, segundo Djau (2015, p. 112), “a Guiné-Bissau contava com diversidade sociolinguística, cultural e étnica bastante acentuada e complexa”, o que teria, inclusive, dificultado “a efetiva unidade nacional e a emancipação imediata da nação guineense sob o julgo[*sic*] colonial” (DJAU, 2015, p. 112). Apesar disso, o autor também defende que

a situação sociolinguística, cultural e étnica da Guiné-Bissau envolve pessoas e grupos falantes divergentes entre si que buscam afirmação de suas identidades particulares e ao mesmo tempo se encontram engajados numa mesma luta – a da unificação em prol da identidade nacional. (DJAU, 2015, p.113).

Quando falamos em diversidade sociolinguística, referimo-nos a uma realidade que engloba mais de 20 grupos étnicos com suas respectivas línguas, as quais convivem com o guineense e com o PGB - esta última, única língua oficial do país - numa problemática dicotômica entre o particular de cada etnia e a unidade da nação (DJAU, 2015, p. 113). Sobre a presença da Língua Portuguesa na Guiné-Bissau, Djau (2015, p. 113) afirma o seguinte:

no período imediatamente pós-independência, na tentativa de abrir horizonte comunicacional mais amplo e aproximar a língua dos guineenses com o universo científico, tomando em conta a participação do país no cenário internacional (facilidade de sua relação com o mundo exterior), os dirigentes políticos (...) não só decidiram abertamente pela adoção/imposição do Português como língua oficial da Guiné-Bissau, mas também advogaram (...) que o crioulo serve apenas como ponte ou meio para se aprender língua portuguesa e não poderia expressar os saberes cientificamente construídos.

O processo histórico de independência da Guiné-Bissau ajuda-nos a compreender a hierarquia do prestígio das línguas no país. Isso porque, durante o processo de libertação

nacional, cidadãos guineenses independentistas perceberam que a língua (portuguesa) estava vigorando como mais um elemento de dominação dos colonizadores sobre a população e que, entre outras diferenças, a diversidade linguística das etnias dificultava a organização de uma mobilização nacional em prol de sua emancipação. Assim, considerando que

as oposições entre os grupos étnicos se apresentam de forma expressiva e acentuada não apenas em questões linguísticas, mas principalmente nos costumes e/ou tradições baseadas em princípios religiosos, passando pelas questões políticas, colocando obstáculos nos domínios sociais ou na representação social (...) dos guineenses (DJAU, 2015, p.118),

a disseminação do guineense pelas zonas rurais da Guiné-Bissau foi estratégia essencial para que o movimento emancipatório obtivesse êxito. A despeito da integração que a disseminação do guineense provocou no país, após a obtenção da independência, a língua portuguesa foi estabelecida como língua oficial, numa suposta tentativa de dirimir os possíveis problemas futuros que as divergências linguísticas pudessem causar.

Acerca dos grupos étnicos aos quais nos referimos, assumimos com Oliveira (1976, p. 2-3) que se tratam de organizações constituídas por indivíduos que, em linhas gerais, partilham de uma cultura comum e que, para além disso, permanecem demonstrando identificação com a etnia ainda que não mais possam ser observados, de forma manifesta, os traços culturais que o caracterizariam como tal. Em outras palavras, ainda que a pessoa estivesse, por exemplo, geograficamente distante do local onde os costumes culturais (ritos religiosos, práticas sociais, uso de determinada língua etc.) são praticados pelo grupo de sua etnia, a identidade étnica seria irreduzível (OLIVEIRA, 1976, p. 3). Ainda sobre esse assunto, o autor afirma o seguinte:

para o deslindamento da identidade social, em sua expressão étnica, a apreensão dos mecanismos de identificação nos parece fundamental. Fundamental porque eles refletem a identidade *em processo*². Como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas. A investigação desse processo nos levará a diferentes formas de identificação, empiricamente dadas, de modo a permitir o conhecimento da emergência da identidade étnica. (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

No que diz respeito à identificação étnica enquanto processo, o autor elabora a noção de identidade contrastiva, uma vez que a existência de uma variedade de grupos étnicos frequentemente promove relações interétnicas, as quais tendem “a se exprimir como um sistema

² Grifo do autor.

de ‘oposições’ ou contrastes”, isto é, “implica a afirmação do *nós*³ diante dos *outros*⁴” (OLIVEIRA, 1976, p. 5). Assim, segundo o autor,

quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma “negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada. (OLIVEIRA, 1976, p. 5-6)

No cenário interétnico da Guiné-Bissau, em que, nos termos de Oliveira (1976: 21), emerge uma “cultura do contato”⁵, parece surgir a oportunidade de buscar direcionamentos para questões que envolvem a população guineense de forma geral, de modo a sistematizar e a verificar o quanto alguns valores estão integrados, bem como apurar a consistência dos costumes que coabitam o mesmo espaço no país, o que possibilitaria compreender justamente como se comportam os mecanismos de identificação étnica. Dentre as questões gerais que permeiam o dia a dia do cidadão guineense, encontra-se, justamente, a circunstância multilíngue, assunto cuja problemática é abordada nesta pesquisa junto a outros tópicos que envolvem o uso e as atitudes linguísticas para com o PGB, uma vez que há, além do contexto multiétnico - o qual, por sua vez, promove a conjuntura multilíngue do país – a competência também multilíngue dos indivíduos desse país. Acerca da já referida “cultura do contato”, Oliveira (1976: 23) pontua:

A “cultura do contato”, entendida principalmente como um sistema de valores altamente dinâmico (...), pode ser mais do que um sistema de valores, sendo o *conjunto de representações*⁶ (em que se incluem também os valores) que um grupo étnico faz da situação de contato em que está inserido e nos termos da qual classifica (identifica) a si próprio e aos outros. (OLIVEIRA, 1976, p. 23)

Dessa forma, relacionamos o entendimento a respeito da identificação étnica ao assunto principal desta investigação, que é a identidade sociolinguística do cidadão guineense, constituída em um ambiente de intenso contato entre línguas. Assim, a fim de trazermos para este ponto da discussão o tópico linguístico pertinente à questão dos grupos étnicos e da identidade étnica, apresentamos, em adição à definição proposta por Oliveira (1976) sobre

³ Grifo do autor.

⁴ Grifo do autor.

⁵ O autor afirma preferir esta expressão em vez de “sistema intercultural”, justificando que esta parece amalgamar, de forma pouco cuidadosa, características diversas, o que resulta, muitas vezes, em perdas e ganhos entre as culturas coexistentes; enquanto aquela compreende o contato sem que haja, necessariamente, sobreposição de uma cultura em detrimento de outra/s. (OLIVEIRA, 1976, p. 21).

⁶ Grifo do autor.

grupo étnico, a proposição de Bagno (2017, p. 125), o qual produz um verbete - contido em seu Dicionário crítico de Sociolinguística – em que conceitua etnia da seguinte forma:

Termo de origem grega (*ethnos*) que significa “povo; nação”. Tem sido utilizado para classificar as populações humanas a partir dos elementos culturais e, sobretudo, da língua. Este termo, com pretensões de objetividade, veio substituir o termo “raça” em seguida à II Guerra Mundial. Enfatiza os aspectos sociais e culturais (“étnicos”) por cima dos traços puramente biológicos (“raciais”) na definição das **comunidades**⁷ humanas.

O autor acrescenta:

Também se costuma usar outros termos, principalmente na literatura de língua inglesa: *grupo étnico*⁸ e **etnicidade**⁹. Em ambos se acentua o fato de que o conjunto de pessoas descrito tem consciência de pertencer a um grupo, consciência baseada na significação atribuída a um traço cultural concreto, como a religião, a língua etc. (BAGNO, 2017: 125)¹⁰

No que diz respeito à noção de etnicidade, Bagno (2017: 126) diz se tratar do

conjunto de comportamentos, valores e crenças próprios de um povo ou de uma nação em particular. É a continuidade cultural e coletiva intergeracional, e pode se fundamentar em fatores (e combinações de fatores) como a religião, o *status*¹¹ social e a língua. A etnicidade pode também ser definida como um sentimento de pertencimento, de consciência do “nós outros”, um sentimento subjetivo de lealdade da parte de uma pessoa a um grupo, sentimento baseado em características grupais reais ou percebidas. A língua é frequentemente uma característica fundamental dos grupos minoritários. A relação entre língua e identidade étnica é sem dúvida inextricável. (BAGNO, 2017, p. 126).

Como vimos, a conceituação de Bagno (2017), além de aludir ao que afirma Oliveira (1976, p. 5) quando fala do “nós outros”, acrescenta e enfatiza o aspecto linguístico como sendo parte inerente e de reconhecida relevância na caracterização das populações que compõem os grupos étnicos. Para o autor, o compartilhamento da mesma língua por pessoas da mesma etnia caracteriza uma unidade que não está, necessariamente, ligada a uma origem genética ou de consanguinidade (BAGNO, 2017, p. 125-126). Defendemos que essa afirmação de Bagno relaciona-se com o que Oliveira pontuou sobre a manutenção da identificação para com a etnia, ainda que alguns fatores estivessem presentes, como uma possível distância geográfica do local

⁷ Grifo do autor.

⁸ Grifo do autor.

⁹ Grifo do autor.

¹⁰ Nesta pesquisa, consideraremos “etnia” e “grupo étnico” como expressões em relação de sinonímia.

¹¹ Grifo do autor.

onde os costumes da etnia são praticados e onde se espera que a língua étnica¹² seja falada. No caso do que afirma Bagno, não seria a genética que determinaria uma identidade etnolinguística, por exemplo, mas um processo consciente de pertencimento a uma comunidade linguística, expressão que o autor, inclusive, estabelece como sendo sinônima de *etnia linguística*¹³.

Esse entendimento auxilia-nos a compreender a identidade do cidadão guineense, a qual, inclusive, tem fortes raízes históricas, como vimos anteriormente. Para tanto, assumimos, com Bagno (2017, p. 126), esse ponto de vista sobre identidade como sendo algo individual, porém, definido e transmitido socialmente, além de ser constituído pelas questões étnicas e por outras variáveis sociais, como idade, sexo etc. O autor afirma, ainda, que

o estudo da identidade étnica não tem somente um interesse acadêmico, já que a identidade se relaciona com a prática linguística. Neste sentido, tem se afirmado, com razão, que a língua e a identidade étnica se relacionam reciprocamente, ou seja, que o **uso linguístico**¹⁴ influencia na formação da identidade étnica e que a identidade étnica também influencia o uso linguístico. Mais especificamente, tem se sugerido que a identidade étnica é relevante para interações a curto prazo no **âmbito**¹⁵ individual, assim como para tendências grupais a longo prazo de manutenção e/ou erosão da língua (BAGNO, 2017, p. 126).

A etnicidade, nesse contexto, surge como resultado das interações sociais tão intensas quanto complexas na Guiné-Bissau, o que nos permite relacionar a realidade social multiétnica da Guiné-Bissau à semelhante realidade multilíngue do país, considerando a existência e o uso de línguas diferentes para etnias distintas. Em outras palavras, a coexistência dos grupos étnicos no território do país é a grande responsável pelo contato linguístico presente no dia a dia da população dessa nação.

1.2 A IDENTIDADE SOCIOLINGUÍSTICA NA GUINÉ-BISSAU

Talvez tão complexa quanto a situação sociolinguística da Guiné-Bissau seja a constituição de uma identidade sociolinguística entre os falantes desse país. A convivência de diversas línguas étnicas, junto ao guineense e ao PGB, ocasiona o já mencionado multilinguismo, o que, por sua vez, torna ainda mais diverso o olhar e a relação das pessoas para com as questões relacionadas à língua.

¹² A expressão língua étnica, em nossas pesquisas bibliográficas, mostrou-se amplamente utilizada por estudiosos guineenses e africanos de modo geral (COUTO; EMBALÓ, 2010; DJAU, 2015; SILVA; SAMPA, 2017; RÚBIO; CÁ, 2019).

¹³ Grifo do autor.

¹⁴ Grifo do autor.

¹⁵ Grifo do autor.

A despeito da ligação cultural dos guineenses com sua língua crioula, a ausência de uma ortografia oficial (para alguns nomes, por exemplo, há uma grafia oriunda de comunidades de fala católicas e, outra, originada de comunidades de fala protestantes; situações registradas nas traduções da Bíblia cristã) enfraquece a defesa de que essa língua seja alçada ao posto de língua oficial. Além disso, há o fato de que

todo crioulo que continua convivendo com a língua de superestrato tende a se aproximar dela. Esse é mais um argumento a reforçar o prognóstico favorável ao português na Guiné-Bissau. O crioulo falado hoje na capital é até certo ponto compreensível aos falantes de português, tal a quantidade de neologismos lusos de que lança mão. (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 58).

O cenário que se apresenta leva-nos a entender, por um lado, que o lugar do guineense acaba por ser o de língua nacional, porque, por não ser a língua própria de nenhuma etnia, é a língua de todos os guineenses. Por outro, o PGB, que é a língua do ensino desde o primeiro dia que a criança começa a se escolarizar formalmente, é falado no ritmo da língua guineense, que, por sua vez, deriva do ritmo das demais línguas africanas (COUTO; EMBALÓ, 2010).

O PGB possui características próprias decorrentes do contato linguístico, o que concede a essa língua certas peculiaridades as quais são enunciadas por Couto e Embaló (2010, p. 52) nos seguintes termos:

Pelo fato de ainda não ser uma língua vernácula, materna, de parte significativa da população, o português acrioulado apresenta várias especificidades morfossintáticas. Todas elas são típicas de língua dominada apenas em nível veicular. Assim sendo, ocorrem vários erros de concordância, tanto nominal quanto verbal. No nível da concordância nominal, registramos, entre outras, frases como “o minha irmã”, “meu mãe”, “ele tem três filho fêmia” etc.

O uso de variantes não-padrão do PGB leva-o, muitas vezes, a um caminho de estigmatização em comparação com o PE. Em contrapartida, o guineense, como língua nacional, parece gozar de certo prestígio encoberto pela noção de identidade social, orgulho linguístico e pertencimento a uma dada comunidade de fala (CORBARI, 2014). Isso acontece porque não se consegue facilmente separar um indivíduo de sua língua e da sociedade em que está inserido. Da mesma forma, não se dissocia o tripé língua-sociedade-identidade.

Sobre identidade, na perspectiva da sociolinguística variacionista, que embasa a análise dos dados nesta tese, defendemos que ela se estabelece na população nativa guineense com base, entre outros fatores, no domínio que se tem de determinada língua. Esse domínio faz com que o indivíduo se integre, de forma ativa, a determinado sistema social e constitua, portanto,

sua identidade sociocultural e, também, linguística. À noção de identidade, associamos posicionamentos (de aceitação/afetividade ou rejeição/estigmatização) diante de determinadas línguas ou de variedades linguísticas, pois, para tais comportamentos, o falante precisa se apoiar em características identitárias que o diferenciem de outro grupo ou etnia, por exemplo. Revestido dessa consciência linguística, o indivíduo demonstra conhecer a carga social que as línguas, em especial aquela com a qual mais se identifica, carregam.

Em relação ao comportamento linguístico que reflete processos sociais de formação de identidade sociolinguística, Labov ([1972] 2008, p. 150) nos diz que

uma vez determinada a significação social de dada variedade linguística [...], esta variável pode então servir de indicador para medir outras formas de comportamento social: aspirações à ascensão social, mobilidade e insegurança social, mudanças na estratificação e segregação social.

Verificamos com Labov ([1972] 2008, p. 150), portanto, que há “algumas variáveis linguísticas correlacionadas com uma medida abstrata de posição de classe social”, e que “se levamos a sério o conceito de língua como uma forma de comportamento social, [...] qualquer avanço teórico na análise do mecanismo da evolução linguística contribuirá diretamente para a teoria geral da evolução social.”

Do nosso ponto de vista, esses aspectos influenciam diretamente em uma identidade sociolinguística própria dos falantes guineenses no que se refere ao PGB, por exemplo, considerando o fato de que se trata de uma variedade que pode se diferenciar do PE, considerando a sua própria realidade sociolinguística: permeada por um intenso contato com o guineense, além de outras línguas étnicas.

Reiteramos, em outras palavras, que se trata de uma variedade do português com a qual os falantes guineenses podem demonstrar grande identificação, por ter, como já visto nos resultados do estudo de Paraiso (2019), padrões morfossintáticos que lhes são peculiares. O que intentamos, portanto, não é colocarmos o PGB (tampouco o PE) acima do guineense, mas verificarmos como essas línguas coexistem na Guiné-Bissau em uma situação de contato linguístico frequente e contribuirmos, de certa forma, para que haja condições de respeito linguístico, defendendo, entre outras questões, um ensino bilíngue PGB-Crioulo.

1.3 RELAÇÃO ENTRE A IDENTIDADE SOCIOLINGUÍSTICA GUINEENSES, O USO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO E A AVALIAÇÃO SOCIAL DESSE USO: BREVES INCURSÕES

Diante dos aspectos introdutórios expostos, esta pesquisa teve, como objetivo geral, analisar o uso e as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número no Português da Guiné-Bissau (PGB), com foco nas repercussões do contato linguístico do português com o guineense e nas implicações desse cenário na identidade sociolinguística dos cidadãos guineenses falantes dessa variedade do português. Consideramos, neste estudo, que há, desde o período de aquisição da linguagem, uma situação de intenso contato linguístico entre o guineense (que figura como língua nacional), as diversas línguas étnicas (as quais contribuem para a identificação cultural de grupos sociais nativos) e o PGB¹⁶. Para esse objetivo geral, apresentamos a seguinte hipótese geral: em relação ao uso da concordância nominal de número, considerando que se constitui uma regra variável na língua escrita de sujeitos com um menor nível de escolarização (sem o Ensino Superior completo) - com base nos dados de Paraiso (2019), devido, entre outros fatores, à influência da morfossintaxe do guineense no PGB -, é possível que os dados de fala indiquem a manutenção dessa tipologia de regra linguística e que os dados de percepção apontem para a consciência dos falantes frente a essa variação, sendo caracterizada pela demonstração de avaliações subjetivas predominantemente positivas em relação ao uso da concordância nominal de número no PGB.

Como objetivos específicos, elegamos, como primeiro, analisar a coexistência do guineense com o PGB, em particular, no âmbito da concordância nominal de número, tendo em mente a aquisição do português como L2 ou L3; para esse objetivo, aventamos a hipótese de que o guineense é muito mais utilizado em relação ao PGB, visto que se trata da língua nacional, falada por aproximadamente 80% da população, enquanto o PGB, apesar de ser língua oficial, é falado por cerca de 13% dos cidadãos guineenses (COUTO; EMBALÓ, 2010). O segundo objetivo foi investigar os possíveis contrastes entre a morfologia flexional de número no guineense e a do PGB encontrada nos dados em análise, tendo em mente possíveis interferências de uma língua em outra; e, para esse objetivo, sugerimos a hipótese de que o fato de, no guineense, o plural acontecer de forma diferente, conforme veremos adiante, é possível que, no PGB, haja essa interferência morfossintática na marcação de plural. O terceiro objetivo foi verificar os padrões de concordância nominal de número encontrados na língua falada do

¹⁶ Veremos, adiante, que, segundo Couto e Embaló (2010), o PGB também se confunde, no *continuum* sociolinguístico da Guiné-Bissau, com uma espécie de “português acrioulado” ou, ainda, de “crioulo aporluguesado”.

PGB; para o qual levantamos a hipótese de que o tipo de regra é variável, como mostrado nos dados de Paraiso (2019) e como afirmou Jon-And (2011) sobre os estudos em concordância de número no sintagma nominal no português falado no Brasil (PB) ou nos países africanos geralmente apontarem para essa tipologia de regra. O quarto objetivo foi comparar os dados de produção (fala) e os dados de percepção (atitudes linguísticas), tendo em mente a identidade sociolinguística dos falantes do PGB; e para esse objetivo, aventamos a hipótese de que sua construção identitária será baseada no guineense, enquanto o PGB constituirá a língua da escola e da ascensão social.

A contribuição deste trabalho está, entre outros aspectos, na produção de conhecimento acerca da variedade guineense do português, do contato linguístico dessa variedade com a língua guineense e de como isso repercute nas atitudes linguísticas e na identidade sociolinguística dos cidadãos. Além disso, buscamos, com esta pesquisa, lançar um olhar metodológico a outras questões sociolinguísticas da Guiné-Bissau, as quais podem auxiliar do entendimento do comportamento linguístico dos indivíduos dessa nação, uma vez que aspectos sociolinguísticos de uma localidade muito refletem as características sociais da região. Isso pode ser visto, por exemplo, na identificação de grupos sociais ou, no caso da Guiné-Bissau, na diferenciação dos grupos étnicos, os quais convivem em uma extensão territorial de 36.125 km², o que propicia um intenso contato entre os seus falantes e caracteriza a situação multilíngue do país. Para tratarmos desse intenso contato linguístico, utilizamos parte do levantamento realizado por Couto e Embaló (2010) em relação à distribuição da população em algumas das etnias da Guiné-Bissau:

Quadro 1 - Distribuição de falantes em cinco etnias da Guiné-Bissau

Etnia/língua étnica	Porcentagem da população	Quantitativo de falantes
Balanta	30,5%	367.000
Fula	20,4%	245.130
manjaco	14,1%	170.230
mandinga	12,9%	154.200
Pepel	10,4%	125.550

Fonte: adaptado de Couto e Embaló (2010, p. 29).

O Quadro 1, ao mostrar a distribuição de falantes de algumas etnias, mostra o contato linguístico mencionado e nos aproxima da realidade sociolinguística da Guiné-Bissau. Outra questão interessante é que, a despeito da existência de diversas etnias (muitas mais além das cinco apresentadas), suas respectivas línguas geralmente não são utilizadas de forma abrangente

no país, reduzindo-se, muitas vezes, à utilização no interior dos grupos, servindo como estratégia de manutenção da identidade étnica. Nesse cenário diverso, o guineense é sobejamente usado e, conforme afirma Malta (2019, p. 56),

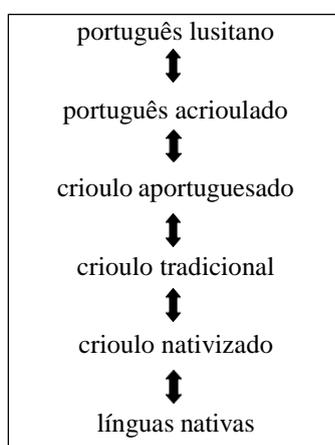
os guineenses acreditam que mudar de língua é também mudar de etnia. Aliás, mudar de língua resulta na mudança da identidade. Por isso, o crioulo surgiu como elemento mediador entre as outras línguas étnicas, porém, é considerado “língua de ninguém” porque pertence a todos os guineenses; além de resolver de forma mais amena possível os primeiros conflitos oriundos no período de formação do Estado.

Se, por um lado, temos as diversas línguas étnicas que mantêm a identidade dos grupos étnicos da Guiné-Bissau, por outro, temos o guineense, espécie de língua franca, falada por um número de 75% a 80% da população, e o português, a única língua oficial do país, que é ensinada nas escolas, utilizada nos meios de comunicação, nas documentações oficiais, em atos oficiais do governo e, na contramão dessa larga “utilização”, conhecida por cerca de apenas 13% da população (COUTO; EMBALÓ, 2010). O resultado disso gera o *continuum* que vai do português lusitano às línguas nativas, promovendo um contexto sociolinguístico bastante complexo. Para Couto e Embaló (2010, p. 31),

a comunidade de fala guineense é um continuum, que vai desde as línguas nativas até o português lusitano, passando pelo crioulo nativizado, o crioulo aportuguesado e o português acrioulado, que é o português guineense propriamente dito. Só as extremidades do continuum são inteiramente estranhas uma à outra. Mas, como o todo faz parte de uma comunidade de fala em que a interação entre falantes de diversas línguas sempre se dá de algum modo, temos que reconhecer estágios intermediários entre as duas. Três desses estágios são variedades do crioulo (aportuguesado, tradicional, nativizado). Os extremos são, de um lado, o português; do outro, as línguas étnicas africanas.

Para uma melhor visualização do *continuum* supracitado, observemos a Figura 1 a seguir:

Figura 1 - continuum das línguas em Guiné-Bissau



Fonte: adaptado de Couto e Embaló (2010, p. 35).

Sobre isso, concordamos com Couto e Embaló (2010) de que a tendência é seguirmos no sentido das setas que ascendem, uma vez que existe, segundo os autores, grande probabilidade de as línguas étnicas, cada vez mais, aproximarem-se do crioulo, o qual, por sua vez, tende a se aproximar do Português, num processo de “descrioulização”, devido à convivência desse crioulo com a língua de superestrato.

No sentido de buscarmos entender o que Couto e Embaló (2010) denominam de português acrioulado, apontamos o estudo desenvolvido por Lucchesi; Baxter (2009) sobre a transmissão linguística irregular, cujo conceito é “tomado para designar os processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas”. Segundo os autores, esse processo aconteceu devido à ação do colonialismo Europeu tanto na África quanto em outros continentes, entre os séculos XVI e XIX. Para Lucchesi e Baxter (2009, p. 101),

as variedades de segunda língua que se formam nessas condições, mais ou menos defectivas consoante às especificidades de cada contexto histórico, acabam por fornecer os modelos para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas.

A situação descrita é defendida pelos autores como uma possibilidade para o surgimento de uma “língua historicamente nova” (uma língua crioula) ou, ainda, para a formação de uma nova variedade histórica de uma língua de superestrato. Tanto uma situação quanto outra podem ocorrer, segundo Lucchesi; Baxter (2009: 101) devido ao processo de “nativização da língua dominante, em que os dados linguísticos primários oferecidos às crianças nascidas nesses contextos provêm de versões de segunda língua que apresentam (...) reanálises em seus mecanismos gramaticais”:

desenvolvimentos recentes na pesquisa sobre aquisição de segunda língua (ASL) têm demonstrado que, em situações adversas, os falantes adultos tendem a desenvolver estágios aproximativos da LA¹⁷, denominados interlíngua (...) ou desenvolvimento de um meio básico de comunicação verbal, no qual ocorrem transferências de dispositivos funcionais das línguas nativas dos adquirentes, bem como processos de reanálise dos mecanismos gramaticais da LA. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 103-104).

Entendemos, por língua “dominante”, aquelas assim “consideradas em razão do prestígio de que gozam na sociedade, muitas vezes, assegurado pela superioridade socioeconômica de seus falantes”, como é o caso de algumas línguas ex-coloniais (PETTER,

¹⁷ Língua-alvo.

2015: 200¹⁸). Consideramos a superioridade socioeconômica dos falantes do PGB com base na mesma autora, a qual afirma que, frequentemente, a língua que ocupa esse lugar “é o meio mais usado em situações de alto nível, como relações internacionais, diplomacia, negócios governamentais, justiça e domínios técnicos, como educação superior, ciência e tecnologia. Normalmente é designado com *H* (*high*-alto), o mais prestigioso código” (PETTER, 2015, p. 199).

A autora acrescenta que

a língua do nível médio é amplamente usada como língua franca e serve para a comunicação interétnica. Ela é usada extensivamente como um meio público de comunicação em domínios como comícios políticos, serviços sociais, negócio/troca local e comércio, administração local e meios de comunicação populares. Essa língua é normalmente considerada como *L* (*low*-baixo), em relação à *H* acima, mas por outro lado é olhada como *H*, em relação à língua abaixo dela. A língua no nível mais baixo é a língua de comunicação limitada, frequentemente não codificada, que serve para comunicação intraétnica: interação familiar e expressão popular. Pode ser também usada em atividades da aldeia ou na educação pré-escolar. Essa língua é normalmente conhecida como língua minoritária, é considerada *L* em relação à língua de nível médio acima, pois tem poucos falantes e é marginalizada socioeconomicamente. (PETTER, 2015: 199)

Neste estudo, a língua dominante (socioeconomicamente) seria o PGB, língua ex-colonial; a língua do nível médio seria o guineense, língua franca e interétnica; e as línguas no nível mais baixo seriam as línguas étnicas, que possibilitam interações majoritariamente intraétnicas e no ambiente familiar.

Dando continuidade à discussão iniciada com o estudo de Lucchesi; Baxter (2009), para exemplificar os mecanismos mencionados, trazemos o fenômeno morfossintático utilizado nesta investigação, a saber, a concordância nominal de número. Considerando a característica variável desse fenômeno no PGB, resultado apresentado por Paraiso (2019, p. 121), cujo percentual para a forma “+CN”, caracterizado pelo uso padrão da concordância de número no sintagma nominal, foi de 93,6%; e considerando, ainda, o fato dessa regra ser categórica no português europeu (PE), com um percentual superior a 99% em localidades analisadas por Vieira e Brandão (2014, p. 101), temos uma mudança na tipologia da regra (de categórica para variável), o que representa uma reanálise do mecanismo, nas palavras de Lucchesi e Baxter (2009).

¹⁸ A autora também menciona a superioridade demográfica dos falantes, mas, no caso do PGB, essa noção não se aplica, visto que o número de usuários do PGB na Guiné-Bissau é muito baixo em relação ao quantitativo de pessoas que falam guineense.

No cenário sociolinguisticamente diverso e de intenso contato linguístico do português com línguas étnicas na Guiné-Bissau, podemos considerar a língua guineense (ou guineense), que possui base lexical portuguesa, como uma evidência dessa hipótese (da criação de uma “língua historicamente nova”). Podemos, ainda, entender, com base nos autores, que, sendo o português uma segunda língua (L2) em Guiné-Bissau, o PGB, ao apresentar dados de variação linguística próprios de sua situação de contato e, por isso, diferenciar-se relevantemente do PE, caracteriza-se como uma variedade deste, que se ajusta à concepção da transmissão linguística.

No trabalho de Paraiso (2019), a autora coletou dados de escrita de estudantes que se submeteram ao vestibular da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada no Ceará. Nessa coleta, uma das variáveis extralinguísticas utilizadas foi a “situação no vestibular”, podendo ser “aprovado” ou “reprovado”. Tanto a coleta de dados de escrita de candidatos ao vestibular quanto o grupo de fatores “situação no vestibular” permitem-nos inferir os seguintes aspectos: 1) os escreventes dessas redações eram, na ocasião da escrita dos textos, estudantes que já haviam concluído o Ensino Médio guineense; e 2) com base nos resultados da referida autora, o percentual de uso não-padrão da concordância nominal de número (-CN) foi maior entre os candidatos reprovados no vestibular (aprovados 3,5% (-CN); reprovados 9% de (-CN)).

No trabalho que aqui delineamos, por sua vez, os sujeitos participantes têm um perfil diferente, uma vez que são constituídos por homens e mulheres que obtiveram sucesso no vestibular da referida universidade (tendo sido aprovados). Para constituição dos corpora desta investigação, coletamos dados de percepção (atitudes linguísticas) acerca dos usos padrão e não padrão do fenômeno da concordância nominal de número. Essa ampliação de nosso espectro, bem como a investigação pelo viés das atitudes linguísticas somadas às questões variacionistas, nos direcionou a um possível entendimento da identidade sociolinguística do falante guineense, isto é, como ele percebe o fenômeno da concordância no sintagma nominal frente à sua visão de como deve ser uso do português, em especial, o PGB.

Para o desenvolvimento do estudo, empreendemos uma verificação dos percentuais de uso padrão e não padrão da concordância de número no sintagma nominal do PGB e as atitudes linguísticas frente a esse uso por cidadãos guineenses. Para tanto, abordamos a aquisição da linguagem na perspectiva da Sociolinguística, entendendo que a variação inerente aos sistemas linguísticos permite que, durante o período de aquisição, sejam adquiridas estruturas morfossintáticas que se distanciem da variedade europeia do português cuja tipologia da regra de concordância nominal de número é categórica nos termos de Labov (2003), segundo

verificado por Brandão e Vieira (2012). Atribuímos essa aquisição de formas não padrão ao processo de transmissão linguística irregular (LUCCHESI; BAXTER, 2009).

Em relação à variação linguística verificada no PGB, estabelecemos uma relação das características da morfologia flexional do guineense, uma vez que, nessa língua, geralmente, a marca de pluralidade ocorre no primeiros elementos do sintagma (exemplos (2) e (3)), conforme veremos adiante, assim como observamos nos dados do português guineense verificados por Paraiso (2019, p. 102) e apresentados nos exemplos de (4) a (8).

- (1) mininu **djiru_**
 ‘menino inteligente’
 ‘um menino inteligente’
- (2) mininu-s **djiru_** menino-
 PL¹⁹ inteligente: SG²⁰
 ‘meninos inteligentes’²¹
 ‘uns meninos inteligentes’
- (3) dus mininu (-s) **djiru_**
 dois menino (-PL) inteligente (-PL)
 ‘dois meninos inteligentes’

(INTUMBO, 2007, p. 36).

- (4) as suas línguas **materna**
 (5) nos seus próprios **país**
 (6) nos mercados **guineense**
 (7) nos países **africano**
 (8) os países **colonizado**

(PARAISO, 2019, p. 102).

No que diz respeito aos aspectos relativos à concordância nominal, é relevante destacar que a situação de contato do PGB com a língua nacional em Guiné-Bissau pode exercer grande influência nos mecanismos de concordância no interior do sintagma nominal. Isso pode ser visto nos dados de Paraiso (2019, p. 102), os quais evidenciam que a marca de pluralidade frequentemente ocorre nos primeiros elementos do sintagma, indo na direção da estrutura da língua guineense. Esse fato pode influenciar no uso e, conseqüentemente, na avaliação (atitudes linguísticas) para com esse uso, refletindo na identidade sociolinguística dos falantes.

¹⁹ PL = plural.

²⁰ SG = singular.

²¹ Tradução alternativa (nossa).

CAPÍTULO 2: ALICERCES TEÓRICOS DO ESTUDO

Neste capítulo, propomo-nos, como já dito, a discutir os pressupostos teóricos de duas correntes teóricas que subsidiaram este estudo, a saber: a Sociolinguística Variacionista (LABOV [1972] 2008) e a Psicologia Social (LAMBERT; LAMBERT [1966] 1981).

2.1 APONTAMENTOS SOBRE A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

O estudo da língua, em seu contexto real de uso, tomando por base a variação que lhe é inerente, constitui uma das áreas da linguística denominada Sociolinguística, ou, mais especificamente, Sociolinguística Variacionista:

Essa área também atende por outros nomes: (i) Sociolinguística Laboviana, porque seu principal expoente é o linguista norte-americano William Labov; (ii) Sociolinguística Quantitativa, porque, a princípio, os pesquisadores dessa área costumam lidar com uma grande quantidade de dados de usos da língua, o que requer normalmente uma análise estatística; e (iii) Teoria da Variação e Mudança Linguística, por conta de suas principais preocupações: a variação e a mudança na língua (COELHO *et al.*, 2015, p. 14).

Investigações linguísticas pelo viés da sociolinguística variacionista justificam-se pelo fato de as línguas serem essencialmente dinâmicas e heterogêneas, o que favorece a variação que, por sua vez, pode ser observada e descrita, considerando-se diversos fatores. A heterogeneidade das línguas naturais, nesse cenário, constitui-se de duas ou mais formas linguísticas que se alternam em um mesmo contexto comunicativo e com o mesmo valor de verdade (TARALLO, 1990) denominadas, portanto, de variantes linguísticas - que são escolhidas a partir de motivações diversas e podem ser usadas tanto na língua falada quanto na língua escrita. Por exemplo, as formas variáveis a seguir (produzidas na variedade guineense do português e na modalidade escrita da língua), voltadas à concordância nominal (CN) de número, extraídas de Paraiso (2019), apresentam as duas variantes submetidas à análise, a saber: a variante padrão (aplicação da regra de CN) (cf. (9)) e a variante não-padrão (não-aplicação dessa regra) (cf. (10)), sobre as quais atuam variáveis independentes (linguísticas e extralinguísticas):

(9) dos países africanos (PARAISO, 2019, p. 70)

(10) Nos seus próprios país (PARAISO, 2019, p. 68)

Ao conjunto de variantes linguísticas, dá-se o nome de variável linguística. Nesse sentido, a variação linguística é estruturada e regulada, tendo em mente que é regida por aspectos internos (linguísticos) e externos (extralinguísticos), os quais são chamados de condicionadores (variáveis).

De acordo com Mollica (2013) e Silva (2013), variáveis internas de natureza fonomorfo sintática, semântica, discursiva e lexical, bem como os diversos subsistemas de uma língua; e variáveis externas, ou seja, fatores inerentes ao indivíduo (como etnia, sexo e faixa etária), propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e contextuais (grau de formalidade e tensão discursiva) podem favorecer o uso de formas linguísticas variáveis. Acerca desses aspectos, Labov ([1972] 2008, p.150) nos diz que

os indicadores linguísticos oferecem um grande volume de dados quantitativos que refletem a influência de diversas variáveis independentes. Uma vez determinada a significação social de dada variante linguística, [...], esta variável pode então servir de indicador para medir outras formas de comportamento social: aspirações à ascensão social, mobilidade e insegurança social, mudanças na estratificação e segregação social.

Ademais, para Labov ([1972] 2008, p. 140), “muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos”. Nessa acepção, um dos objetivos da Sociolinguística Variacionista é investigar fenômenos de variação e de mudança linguística (esta decorrente daquela) dentro de uma mesma língua ou variedade dela, de modo que seja possível perceber que fatores linguísticos e/ou extralinguísticos favorecem a escolha de uma determinada variante linguística. Por variedade, entenda-se “a fala característica de determinado grupo” (COELHO *et al.*, 2015, p. 14), o que coloca, por exemplo, o português brasileiro (PB), o europeu (PE) e o de Guiné Bissau (PGB) como variedades distintas.

Com base na proposta de Labov (2003, p. 243) para a classificação de três tipos de regras: a) categórica, b) semicategórica e c) variável, obedecendo aos seguintes critérios de frequência na produtividade: “100% para regras categóricas, não havendo violações na fala natural; de 95 a 99% para semicategóricas, com violações raras, mas possíveis de serem relatadas; e, de 5 a 95%, para regras variáveis”, Brandão e Vieira (2012) verificam que um dos contextos que evidencia distinção entre o PB e o PE, por exemplo, tem a ver com o tipo de regra linguística associado à concordância nominal de número: enquanto, na primeira variedade, a regra é variável; na segunda, é categórica.

Um trabalho precursor sobre o fenômeno variável da concordância nominal de número no PB é o de Scherre (1988). Em sua pesquisa, a autora desenvolve a análise dos dados sob duas perspectivas: uma que considera cada elemento do sintagma nominal como um dado de análise (análise atomística), e uma que considera o sintagma nominal inteiro como unidade única de análise (análise não-atomística). Segundo a autora,

as duas perspectivas de análise a serem apresentadas têm como objetivo mostrar que (1) algumas variáveis atuam especificamente sobre cada elemento do SN; (2) outras atuam principalmente sobre o SN como um todo e (3) um terceiro tipo atua tanto sobre os elementos do SN quanto sobre o SN inteiro (SCHERRE, 1988, p. 61).

Assumimos nesta pesquisa, com Scherre (1988), que princípios ou motivações externas e internas também atuam sobre o uso da língua, no sentido de que certas motivações podem ser mais “fortes” que outras e contribuem para o uso da variante padrão ou não-padrão.

Neste trabalho, apesar de não nos propormos a analisar de forma atomística os elementos do sintagma nominal para verificar os fatores que influenciam no uso da concordância nominal de número no PGB, como realizado por Paraíso (2019), verificaremos não só os percentuais de uso da variante padrão e não padrão nos dados de fala de cidadãos guineenses participantes desta pesquisa, como também suas atitudes linguísticas sobre esse uso.

Ademais, considerando que a variação é inerente a todas as línguas naturais, devemos saber que quando dois ou mais países compartilham da “mesma” língua oficial, trata-se, na verdade, de uma variedade dessa língua. Um cenário bastante comum e amplamente aceito pelas pessoas, de modo geral, é o entendimento de que há um “inglês britânico” e um “inglês americano”, os quais podem divergir em aspectos fonético/fonológicos, morfossintáticos, lexicais, semânticos, entre outros. Geralmente, uma ou outra dessas duas variedades da língua inglesa são oferecidas pelas escolas de idiomas no Brasil e utilizadas por futuros aprendizes de uma língua estrangeira como critério de escolha por uma instituição ou por outra.

No que diz respeito ao português, por existir um Acordo Ortográfico dessa língua (aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, e assinado no mesmo local, em 16 de dezembro de 1990), existe, equivocadamente, uma tendência no pensamento social, motivada pelo próprio texto do Acordo, de que os países signatários do referido documento, integrantes da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) - a saber: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, mais tarde, Timor-Leste -, estabeleceram um padrão para o idioma, como “um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional” (BRASIL, 2014),

desconsiderando, nesse caso, as comunidades de fala e as particularidades sociolinguísticas e culturais de cada país. Entre outros aspectos, o instrumento mencionado informa que

os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1º de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas (BRASIL, 2014, p. 12).

Ao contrário do que preconiza o Acordo, diversos estudos sobre as línguas em contextos de uso, de abordagem sociolinguística, entre eles o ensaio de Weinreich, Labov e Herzog ([2006] 2016), que propõe uma teoria para os processos de mudança linguística, defendem a natureza variável das línguas naturais, uma vez que, obrigatoriamente, a variação linguística antecede a mudança.

Em seu texto, os autores defendem que toda língua é dotada do que eles chamam de heterogeneidade (linguística) ordenada, isto é, sugerem “um modelo de língua que acomode os fatos do uso variável e seus determinantes sociais e estilísticos”, uma vez que essa concepção “não só leva a descrições mais adequadas da competência linguística, mas também suscita naturalmente uma teoria da mudança linguística (...)” (WEINREICH, LABOV, HERZOH, [2006] 2016, p. 34). Com base nesse entendimento, defendemos, por nossa vez, o reconhecimento da heterogeneidade ordenada inclusive, entre as/dentro das variedades de uma “mesma” língua, como é o caso do Português, e que isso não significa dizer que, assim, a língua não possui uma estrutura passível de ser descrita e que atende ao propósito da interação entre os falantes:

A solução (...) se encontra no rompimento da identificação de estruturalidade [*structuredness*] com homogeneidade. A chave para uma concepção racional da mudança linguística – e mais, da própria língua – é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa língua que serve a uma comunidade. (...) Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade linguística complexa (...), a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional (WEINREICH, LABOV, HERZOH, [2006] 2016, p. 36)²².

²² Admitimos que os autores tratam, em parte suprimida do trecho citado, do domínio das estruturas heterogêneas por um falante nativo (*nativelike command*); e de que essa concepção defendida não teria “a ver com multidialetalismo ou com o ‘mero’ desempenho”, mas, sim, que seriam “parte da competência linguística monolíngue”. Apesar da menção a expressões como “falante nativo” e “monolíngue”, entendemos que o trecho atende à proposta de explicação da heterogeneidade ordenada no PGB, uma vez que esse conceito atende mesmo em comunidades sociolinguisticamente complexas, como é o caso da Guiné-Bissau, país multilíngue e com raros ou ausentes falantes nativos do português, segundo cidadãos guineenses entrevistados nesta investigação.

Sob essa ótica, a tentativa de analisar o uso e as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número no PGB perpassa pela aceitação de que se trata de uma variedade do Português e de que, observado de forma sincrônica, apresenta estruturas heterogêneas, de natureza variável e com características próprias em decorrência do contato com o guineense e com as demais línguas locais. Contato esse que se dá em toda extensão territorial do país, seja em zonas urbanas, seja em zonas rurais. Inclusive, entender as características geográficas, demográficas e étnicas da Guiné-Bissau pode contribuir para a caracterização desses locais como isoglossas de variação linguística, bem como, segundo Weinreich, Labov e Herzog ([2006] 2016, p. 90), para compreender a relação de tais localidades com as comunidades de fala que ali vivem e com suas histórias socioculturais. Podemos, ainda, com base nessas questões geográficas, demográficas e étnicas, explicar as possíveis diferenças na percepção e nas atitudes linguísticas diante de casos de variação, por quem é oriundo de zonas urbanas ou de zonas rurais da Guiné-Bissau, uma vez que isso influencia, também, na aquisição/aprendizagem do Português como segunda ou como terceira língua.

Outra explicação contida no texto de Weinreich, Labov e Herzog ([2006] 2016, p. 90) sobre ocorrências de mudança também pode ser associada a situações de variação linguística no PGB. Trata-se da noção de “incompatibilidade linguística: onde a mudança em progresso representa um aspecto que não pode simplesmente ser acrescido ou subtraído do sistema do dialeto vizinho” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, [2006] 2016, p. 91). Para os autores, “em cada caso, há um contato entre falantes com sistemas diferentes” e, no caso do PGB, com línguas diferentes. De toda forma,

é possível verificar que em todos esses casos estamos lidando com itens transportados por falantes individuais que se movem ao longo de linhas de comércio e de trânsito, mais do que com uma difusão firme do traço linguístico de uma comunidade de fala vizinha para outra por padrões de comunicação mais frequentes e previsíveis (WEINREICH, LABOV, HERZOG, [2006] 2016, p. 92).

Nesse sentido, concernente ao contato linguístico e à variação na Guiné-Bissau, entendemos que isso vai além de escolhas ou de alternâncias estilísticas: são, na verdade, aspectos da transferência de formas ou de regras linguísticas de um falante B para um falante A, sobretudo porque B e A podem ter línguas diferentes correspondendo à sua L1, o que, na Guiné-Bissau, implica dizer que podem ter características identitárias (sociais, culturais/étnicas, geográficas) também distintas. Como exemplo dessa situação, podemos pensar a interação docente-discente numa escola da Guiné-Bissau, em que, a depender da L1 do professor (falante B), seu uso do português pode ter determinadas características que influenciem no ensino da

língua e provoquem fenômenos diversos de variação no PGB aprendido/falado pelo estudante (falante A). Nas palavras de Weinreich, Labov e Herzog ([2006] 2016, p. 94):

Quando o falante A aprende pela primeira vez uma regra, *q*, de B, não é de esperar que ele a aprenda perfeitamente. Influenciado por seu próprio sistema, *P*, e sem a gama total de experiência de B que suporta o sistema *Q* de B, A adquire uma regra, *q'*, de um tipo algo diferente – uma regra fonológica com traços alterados, uma regra lexical com diferentes privilégios de distribuição, ou uma regra gramatical com algumas condições especiais perdidas (WEINREICH, LABOV, HERZOG, [2006] 2016, p. 94).

Em resumo, ao assumirmos a variação inerente ao PGB, precisamos levar em consideração as demais línguas faladas pelos falantes desse país, em sua maioria, multilíngues. Ou seja, não podemos, somente, isolar estruturas e nos voltar para questões puramente linguísticas.

Assim, considerando, junto a Weinreich, Labov e Herzog ([2006] 2016, p. 103), “o caráter heterogêneo dos sistemas linguísticos” como “o produto de combinações, alternâncias ou mosaicos de subsistemas distintos, conjuntamente disponíveis”, centraremos nossa atenção, na próxima subseção, no campo das atitudes linguísticas, tendo em mente que as avaliações subjetivas dos falantes acerca dessa heterogeneidade linguística são importantes para entendermos o valor social que imprimem aos diferentes usos da língua.

2.2 APONTAMENTOS SOBRE A PSICOLOGIA SOCIAL

No contexto desta investigação, que trata de aspectos relacionados à identidade sociolinguística, faz-se necessária a discussão acerca de componentes da psicologia social que nos deem respaldo para abordarmos questões²³ relacionadas à percepção e ao julgamento de acontecimentos sociais, à significação social das atitudes e, mesmo, à cultura de um indivíduo, o que, nesta pesquisa, significa analisar essa pessoa inserida em uma comunidade de fala específica: a de cidadãos guineenses falantes de PGB, de guineense e de línguas étnicas. Interessa-nos verificar, além do uso da concordância nominal de número na língua falada desses cidadãos, sua percepção e atitudes linguísticas acerca desse uso e, conseqüentemente, da variedade de português que falam - em contato com as línguas naturais do país e a língua nacional (o guineense) - e, com isso, verificar as implicações desses aspectos na identidade sociolinguística na Guiné-Bissau.

²³ A lista de questões apresentada foi extraída dos próprios capítulos da obra *Psicologia Social*, de Lambert; Lambert, [1966] 1975.

Sobre a psicologia social, por definição, verificamos, em Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 9), que se trata do “estudo de indivíduos em seus ambientes sociais e culturais”, conceito cuja associação com esta investigação reside no fato de que buscamos estudar a língua em contextos de uso, os quais são, essencialmente, sociais e culturais, uma vez que levamos em consideração as particularidades das comunidades de fala analisadas²⁴. Para isso, é importante que conheçamos os usuários dessa língua, bem como as características que sejam pertinentes ao estudo linguístico proposto, o que não significa, contudo, que nosso interesse é estudar um idioleto, mas, sim, descrever determinadas atitudes e usos linguísticos dessas comunidades de fala. No que diz respeito a conhecer um indivíduo, concordamos com Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 10-11) quando analisam, por exemplo, o processo de conhecimento de duas pessoas que se encontram pela primeira vez:

Conhecer é um processo muito mais complexo do que pensamos inicialmente. Uma das razões pelas quais é complexo e apresenta dificuldades para a observação é o fato de depender muito do que ocorre nas duas pessoas participantes – os desejos e motivos específicos, os traços de personalidade, as atitudes e as aprendizagens anteriores que trazem com elas, bem como a informação precisa e imprecisa que recebem uma da outra. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 10-11).

Dando continuidade, os autores mencionam que, inseridos nesse processo de conhecimento, estão os “estados interiores”, isto é, “os hábitos, as atitudes, as percepções, os juízos e as motivações” dos indivíduos, os quais, não podemos desconsiderar, são modificados pela interação social, mediada por regras e por estruturas sociais (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 16). Todos esses ângulos a serem considerados desenharam o hermetismo do estudo do comportamento social, cujo caráter desafiador está em consonância com uma escola de pensamento da Psicologia a qual defende que quem se propõe a tais descrições deve “lidar diretamente com essas complexidades - por exemplo, os motivos, as atitudes, os valores, o estilo perceptivo de indivíduos - e estudar como tais disposições se desenvolvem, como influem no comportamento social e como, por sua vez, são influenciados por contatos sociais” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 16).

Um dos focos dos teóricos acerca dos indivíduos é “o desenvolvimento da consciência moral (...) e do seu sentido de identidade” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 18), sendo

²⁴ Optamos por considerar “comunidades de fala”, no plural, assumindo que, cada grupo étnico, com sua língua étnica própria, constitui uma comunidade de fala. Para tanto, apoiamos-nos em Bagno (2017: 53), o qual nos diz que “uma comunidade de fala (ou, às vezes, *comunidade linguística*) inclui as pessoas que estão em contato habitual umas com as outras por meio da língua, seja por uma língua comum ou por modos compartilhados de interpretar o **comportamento** linguístico onde línguas diferentes são usadas numa mesma área” (grifos do autor).

o segundo ponto relacionado ao principal objetivo deste estudo: compreender o uso e as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número no PGB, considerando a repercussão do contato linguístico com outras línguas no país e as implicações desse contexto na identidade sociolinguística dos cidadãos guineenses.

Em outro capítulo da mesma obra, Lambert; Lambert ([1966] 1981) discutem, além de outras questões, as influências sociais que têm impacto na personalidade das pessoas. Entre essas influências, exercendo papel de grande importância, está a comunidade²⁵ da qual o indivíduo faz parte, uma vez que nela,

a partir da primeira infância, a criança aprende os nomes e algumas das propriedades de algumas pessoas, e começa a apreender a multiplicidade de papéis que tais pessoas representam. Com alguns indivíduos, e mesmo com alguns grupos, pode criar laços que influem na formação de seus hábitos de julgamento e ação. Tais laços são decisivos, tanto como influência direta em ações posteriores quanto como fonte de modelos para o comportamento. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 26-27)

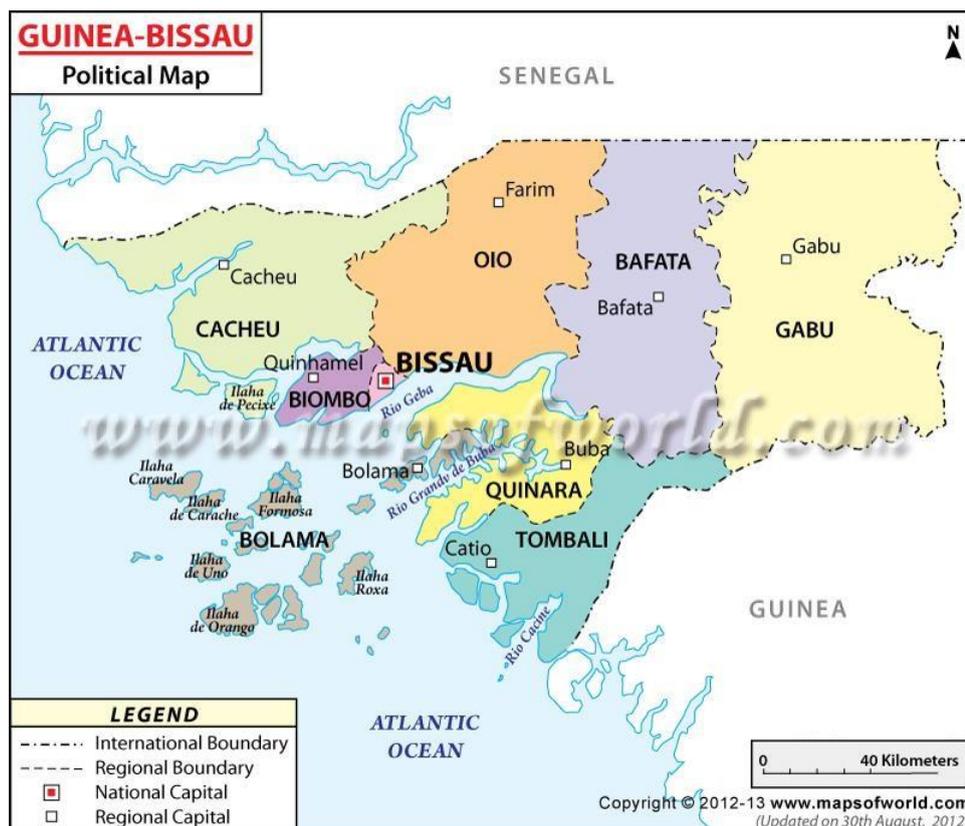
Concernente a isso, os autores dizem - ainda em relação à influência da comunidade e do ambiente na vida das pessoas - que, muitas vezes, é mais fácil aceitar problemas ligados a algumas localidades, como a segregação, por exemplo, do que promover algum tipo de modificação nesse ambiente. É por essa razão, talvez, que mudanças significativas de comportamento são observadas quando determinados indivíduos se mudam de zonas rurais para zonas urbanas, a título de exemplo.

A respeito do que interessa a este estudo, referimo-nos a mudanças relacionadas ao uso linguístico associado à determinada localidade e acrescentamos, com relação a esse assunto, o que nos diz Petter (2015, p. 50), ao abordar a classificação das línguas africanas: elas “podem ser agrupadas pela proximidade geográfica, que pode levar a um compartilhamento de traços linguísticos e não linguísticos, resultantes do contato entre os falantes” (PETTER, 2015, p. 50).

Para exemplificarmos a proximidade geográfica a qual nos referimos, iniciamos apresentando o mapa político abaixo, com a divisão das regiões e suas respectivas capitais na Guiné-Bissau:

Figura 2 - Mapa político da Guiné-Bissau

²⁵ Assumimos, aqui, que determinada comunidade (sobretudo, de fala) está inserida em um ambiente também caracterizado pela localização geográfica. Em outras palavras, propomos que, nesta seção, a leitura de “comunidade” congrege tanto o termo “ambiente” quanto a expressão “localização geográfica”.



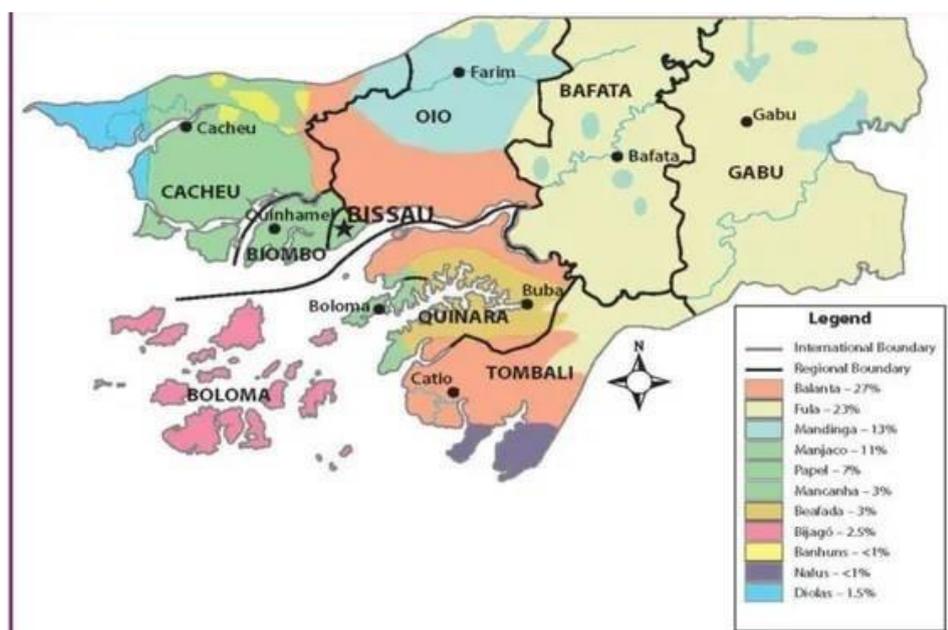
Fonte: mapsofworld.com/guinea-bissau/guinea-bissau-political-map.html.²⁶

No mapa mostrado, vemos a localização da capital do país, Bissau, e as regiões mais próximas com que ela faz fronteira, a saber, Biombo, cuja capital é Quinhamel; Oio, cuja capital é Farim; e Cacheu, cuja capital tem o mesmo nome. Além desses locais, vemos, ainda, a região Bafata, cuja capital recebe o mesmo nome; Gabu, de capital também homônima; Quinara, de capital chamada Buba; Tombali, cuja capital se chama Catio; e Bolama, cuja capital é homônima.

Dentro dessas regiões, é comum observarmos a coexistência de algumas línguas étnicas, mas não há alta incidência de todas elas em todas as regiões, como pode ser visto nos mapas apresentados adiante, os quais exibem a distribuição dos grupos étnicos na Guiné-Bissau, a que associamos, também, uma distribuição das línguas étnicas no país.

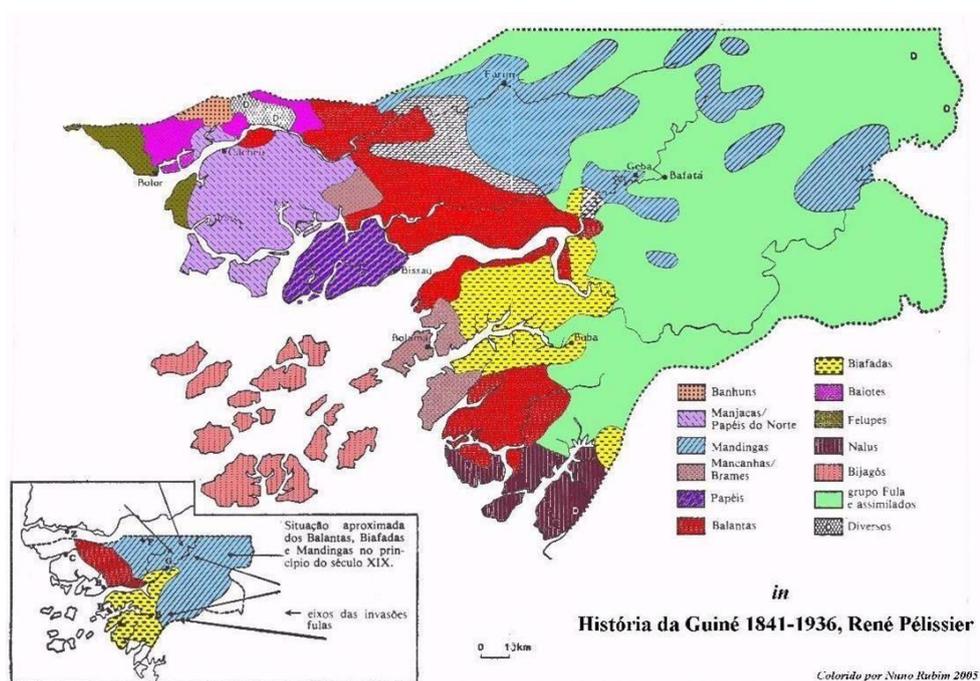
Figura 3 - Distribuição dos grupos étnicos na Guiné-Bissau (1)

²⁶ Guinea Bissau Political Map. Maps of world. Publicado em 30 ago. 2012. Disponível em: <https://www.mapsofworld.com/guinea-bissau/guinea-bissau-political-map.html>. Acesso em: 06 jun. 2023.



Fonte: Cá (2015, p. 67).

Figura 4 - Distribuição dos grupos étnicos na Guiné-Bissau (2)



Fonte: https://eportuguese.blogspot.com/2011/08/as-origens-e-evolucao-etnico-cultural_14.html.²⁷

²⁷ As origens e evolução étnico-cultural dos PALOP (2) Guiné-Bissau. Blog ePortuguês. Publicado em 15 ago. 2011. Disponível em: https://eportuguese.blogspot.com/2011/08/as-origens-e-evolucao-etnico-cultural_14.html. Acesso em: 06 jun. 2023.

Como vimos em ambos os mapas, a depender da região na Guiné-Bissau, teremos proximidade de línguas étnicas específicas, correspondentes à(s) etnia(s) que vive(m) naquela localidade. A partir da observação das Figuras 3 e 4, vemos, por exemplo, que a língua Fula ocupa um grande espaço territorial e convive, em determinados pontos do mapa, com a língua Mandinga; também vemos que a língua Balanta mantém contato direto com a língua Beafada; tem o fato dos Bijagós estarem mais isolados no mapa, na região de Bolama, fazendo com que, por essa razão, sua língua étnica também tenha menos contato com outras línguas, entre outras características observáveis em relação à questão geográfica e à proximidade entre línguas na Guiné-Bissau;

Portanto, considerando todas essas camadas de influência da comunidade (ambiente, geografia, características do uso linguístico) na formação da personalidade e no comportamento de um indivíduo, julgamos relevante correlacionar o fator língua-comunidade ao uso e às atitudes linguísticas, bem como suas implicações na identidade sociolinguística dos falantes, pontos que analisamos nesta pesquisa.

Em adição ao elemento “comunidade”, Lambert e Lambert ([1966] 1981, p. 29) dedicam atenção à influência da família na formação de um indivíduo, o que leva à discussão “as diferenças entre famílias e ambientes sociais gerais”, numa tentativa de “rastrear as principais formas pelas quais as pressões exercidas pela família numa criança diferem de família para família e de sociedade para sociedade” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 30). Ainda segundo os autores, “de modo geral parece que diferentes condições de socialização surgem de pressões cotidianas na vida de família e na vida da comunidade” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 32); afirmação que está, mais uma vez, intimamente ligada à relação com a língua, especialmente em um país com a diversidade linguística da Guiné-Bissau, porquanto, para além do uso do PGB e do guineense, existem as línguas étnicas, que remetem à ancestralidade, ao respeito pela descendência, à manutenção da cultura etc., constituindo uma herança linguística ligada à família e ao seu grupo étnico, constituídos por sujeitos que comumente impõem determinados comportamentos ao indivíduo ou, além disso, que são modelos a serem imitados, ainda que não se tenha certeza do porquê:

Por exemplo, suponha-se que uma criança esteja seguindo a mãe para andar em cima de pedras. A mãe evita pedras que provavelmente são escorregadias, pois estiveram cobertas pela água. No entanto, a criança aprende a usar as pedras cinzentas, mas a evitar as verdes (que também estão molhadas). Portanto, numa situação semelhante, pode comportar-se corretamente, mesmo na ausência do modelo, ao usar a indicação “verde” e não a empregada pela mãe – “escorregadia”. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 42).

(...) Através dessas indicações incidentais e sutis, a cultura pode às vezes ser transmitida de membros mais velhos para os mais jovens - através de maneiras, habilidades, jogos, hábitos de linguagem e estilo. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 43).

O que verificamos nessas citações exemplifica um processo de socialização (ou de aprendizagem) indireta, desencadeada pela imitação e pelo ato de pôr “indicações incidentais” em prática. Esse caminho conduz a um processo de identificação que, à primeira vista, parece elementar, pois nasce da simples decisão latente de uma pessoa (em geral, uma criança) imitar outra, no entanto, os resultados desse movimento são, na verdade, bastante significativos, dado que, do ponto inicial desse percurso subentendido até a manifestação de um comportamento inspirado no de outrem, há, segundo Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 43), “estações intermediárias para possibilidades ainda mais amplas de várias aprendizagens através de observação”, o que pressupõe a existência de “uma grande distância entre a prática implícita do papel da pessoa com quem a criança se identifica e a sua apresentação manifesta”.

Nessa trajetória, constituída pela identificação com determinado comportamento, pelo desejo de imitar esse comportamento e pela execução dessa atitude de imitação - que acaba por culminar em um processo de aprendizagem - é que se acomodam os valores de socialização e que se constitui a personalidade de um indivíduo, o qual aprende, nessa vereda, a avaliar subjetivamente alguns conceitos e a decidir por praticar ou não certas atitudes.

Ao relacionarmos esses aspectos com a interação mediada pelo uso da língua, verificamos que um roteiro semelhante é seguido nos processos de aquisição de uma língua estrangeira: o aprendiz observa a língua-alvo sendo usada, deseja imitar esse comportamento, avalia o que está contido nesse desejo (anseio por ascensão social ou interesse em fazer parte de determinado grupo) e, se for o caso, propõe-se a aprender o idioma. Nessa rota, o indivíduo toma atitudes que refletem a sua personalidade e que constituem a sua identidade, sendo este último bastante relevante à investigação que desenvolvemos.

2.2.1 A percepção (observação e impressões)

Também inserida no processo de identificação que desencadeia decisões as quais culminam em atitudes manifestas, está a percepção, fator igualmente relevante no processo descrito, cujo início apresenta-se nos acontecimentos sociais. Para Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 63), “nossas percepções são às vezes tratadas pelos pesquisadores como acontecimentos muito específicos e misteriosamente íntimos que se referem ao que *realmente* vemos, ouvimos, ou sentimos, mas diferente do que *fazemos* com as coisas que vemos, ouvimos

ou sentimos²⁸” Nesse contexto, assumimos, com os autores, “o termo *percepção* em sentido menos rigoroso, a fim de aí também incluir a cognição²⁹” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 63).

Na tentativa de elaborarmos uma compreensão lógica que vise à assimilação desse percurso, acrescentamos a percepção às fases já discutidas da observação (*percepção*), do desejo da imitação (decisão implícita) e da manifestação de um comportamento (atitude), alinhados à personalidade do indivíduo e, por conseguinte, ao que constitui a sua identidade. Contudo, ainda acerca da percepção, há entremeios até que uma atitude seja, de fato, tomada, conforme Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 70), pois não há garantias de que “a emoção *observada* seja a emoção sentida, ou que a emoção sentida seja aquela que é *representada*³⁰”

É a partir dessa noção de percepção e da espera por atitudes que diversas pesquisas em Psicologia Social se debruçam, investigando avaliações subjetivas que encerram atitudes, as quais, por sua vez, podem ser observadas e descritas sistematicamente, conforme critérios estabelecidos pelo pesquisador:

No processo experimental usual, um observador olha para um retrato e diz o que vê, ou apenas avalia a fotografia numa escala preestabelecida.

A escala mais conhecida é a de Robert Woodworth, que reduziu a expressão emocional a sete categorias comuns e construiu a seguinte escala:

- a) amor, felicidade e alegria
- b) surpresa
- c) medo e sofrimento
- d) cólera e decisão
- e) repugnância
- f) desprezo
- g) (categoria residual)

(LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 70).

Além disso, algumas generalizações podem ser aludidas, porquanto “Woodworth mostrou que os sujeitos raramente discordavam por mais de uma categoria ao avaliar o mesmo retrato” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 70), indicando caminhos possíveis de comportamento social. Dessa forma, a análise de dados semelhantes, com a finalidade de serem verificadas questões comuns, pode considerar aspectos extralinguísticos, como etnia, local onde reside, faixa etária, escolaridade, gênero etc., associados a questionamentos voltados às condições de aprendizagem dos julgamentos feitos pelos indivíduos: se são aprendidos através

²⁸ Grifos (em itálico) dos autores.

²⁹ Idem.

³⁰ Ibidem.

de experiências comuns; se dependem, apenas, de um estereótipo cultural, etc. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 70).

Somadas a essas definições, inserem-se, também, as impressões, as quais, “por sua vez, têm importância prática (...) pois as pessoas usam tais impressões para predizer o comportamento futuro de indivíduo e para decidir seu comportamento como resposta a isso” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 71). Isso significa dizer que, para fins de pesquisa científica, tanto podemos analisar atitudes resultantes quanto impressões prévias, guardadas, obviamente, as exceções de alguns contextos de pesquisa em que não se podem traçar essas generalizações.

Sobre isso, encontramos, em Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 72) o relato de uma pesquisa em que foi pedido “aos sujeitos que escrevessem as suas impressões (imaginárias) de uma pessoa descrita como ‘trabalhadora, habilidosa, inteligente, afetuosa, decidida, prática e cautelosa’. Simultaneamente, “outro grupo ouviu a mesma descrição, mas a palavra ‘afetuosa’ foi substituída por ‘fria’”. Nessa pesquisa, uma vez que as impressões dos grupos se apresentaram de maneira diferente, foi concluído que não se pode prever as impressões de alguém acerca de algo, tampouco derivá-la de partes separadas de informação (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 72).

Inserimos, por nosso interesse e seguindo outras linhas de investigação (GARRET, COUPLAND; WILLIAMS, 2003; DA HORA, 2012; FREITAG, 2016), a linguagem nessa rota da psicologia social, com o objetivo de analisarmos atitudes linguísticas, compreendendo que elas perfazem o mesmo caminho de outras atitudes sociais (partindo da observação/percepção; passando pela imitação implícita; chegando ao comportamento/atitude). Tais atitudes baseiam-se na avaliação de pessoas a partir de critérios linguísticos, entre eles: a qualificação (por meio de adjetivos, por exemplo) de usuários de uma língua com base nos seus usos linguísticos; a percepção acerca de fenômenos linguísticos, entre outros critérios.

Ao voltarmos nossa atenção para a caracterização das impressões/percepções que suscitam avaliações subjetivas e, por consequência, atitudes, verificamos, ainda em Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 73), que “cada item de informação contribui para a impressão, dentro do contexto que o sujeito está predisposto a julgar”. Em outras palavras, acreditamos que cada elemento apresentado para julgamento deve ser considerado em conjunto com outros elementos que constituem a análise.

É válido regressarmos, da mesma forma, à discussão que empreendemos sobre a interação/socialização ligada aos valores de uma comunidade, com características culturais que

exercem influência, entre outros âmbitos, no uso linguístico. Isso porque, tais valores socioculturais imprimem no indivíduo uma personalidade/identidade afeita a considerar determinadas características de forma estereotipada, ou seja, avaliam positiva ou negativamente situações que podem resultar em impressões empáticas ou não. A eliminação desses efeitos de estereótipos é dita por Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 74) como algo difícil de se proceder. Para além disso, os autores observam:

A capacidade para transmitir informação a respeito de empatia (...) pode estar subjacente aos triunfos de um político, um vendedor ou um terapeuta. Parte dessa capacidade pode decorrer de uma habilidade para agir de acordo com uma concepção aprendida do que é uma pessoa empática; parte dessa capacidade pode resultar de sinais sutis que traduzem empatia a *qualquer*³¹ ser humano. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 74).

Diante disso, é possível mencionarmos, inclusive, alguns problemas da coleta de dados em pesquisas dessa natureza, que investiguem atitudes linguísticas, uma vez que é possível extrairmos informações mais controladas do que espontâneas, posto que a noção de empatia é uma concepção aprendida, assim como outras formas de comportamento, que podem surgir com base no atendimento a expectativas e não a partir da espontaneidade.

A suposição, a seguir, de Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 75) dá início à discussão acerca de atitudes:

Suponha, por exemplo, que você seja *P* e deva julgar as intenções de *O*, quando este escolhe entre algumas ações alternativas. Por exemplo, *O* pode escolher entre uma ação que beneficiaria tanto a ele quanto a você (*P+ O+*) e uma ação que o beneficiaria, mas prejudicaria você (*P- O+*).

A situação descrita prevê decisões que acarretam consequências para ambos os envolvidos e o juiz dessa cena (*P*) precisaria decidir sobre o lugar em que basearia seu julgamento da atitude do outro (*O*), o qual poderia ou não ter um comportamento empático com ele. Nesse cenário, é possível que “as *suposições*³² usadas pelos juízes ao verificar se *O* é delicado ou cruel geralmente servem como um “código cultural” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 75-76), ou seja, a generosidade ou a maldade podem ser o reflexo de um comportamento que não é individual, mas, sim, social.

No que diz respeito aos elementos que interferem em nossos julgamentos, os autores elencam três itens que determinam o juízo que fazemos das coisas cotidianamente, são eles: “a) informação imediata, disponível para nós na situação; b) nossas suposições, ou hábitos, de

³¹ Grifo (em itálico) dos autores.

³² Grifo (em itálico) dos autores.

juízos; e c) nossos compromissos.” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 87). A defesa desses elementos residiria no fato de que

Estamos interessados pela relação entre percepção social e pensamento social. Pelo menos até certo ponto, este decorre da percepção, e nossa maneira de pensar a respeito de acontecimentos sociais é às vezes limitada por nossos hábitos de *atenção* à informação imediata. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 87).

A atenção a que os autores se referem deve ser posta sobre algo de forma direta e repetida, sendo, dessa forma, uma maneira de organizar conceitos e suposições de um indivíduo a respeito de acontecimentos sociais, apesar disso não significar que não aprendamos conceitos e estereótipos de forma indireta também (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 88). Inclusive, há estudos que indicam ser a aprendizagem indireta de papéis, inclusive, mais importante do que a instrução direta (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 89).

2.2.2 As atitudes (comportamento manifesto)

Na obra de LAMBERT; LAMBERT ([1966] 1981), um capítulo é dedicado ao desenvolvimento de atitudes como uma forma muito específica de ajustamento (comportamental). Nele, os autores discorrem sobre o fato de as atitudes serem muito caras à Psicologia Social, posto que são tão interessantes quanto complexas, dada a sua natureza, a sua função e a sua significação social ([1966] 1981: 100). Segundo eles, uma atitude é, por definição

uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente. Os componentes essenciais de atitudes são pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, bem como tendências para reagir. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 100).

Para um maior detalhamento desse conceito, verificam os autores:

Nossas atitudes se desenvolvem quando enfrentamos nossos ambientes sociais e nos ajustamos a eles. Uma vez criadas as atitudes, estas levam regularmente nossos modos de reagir e facilitam o ajustamento social. Nos estádios iniciais de desenvolvimento das atitudes, os componentes podem ser modificados por novas experiências. Depois, no entanto, sua organização pode tornar-se inflexível e estereotipada, usualmente porque fomos estimulados, por longos períodos de tempo, a reagir de modo padronizado a determinados acontecimentos ou a determinados grupos. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 101).

De mais a mais, verifica-se que nem sempre os indivíduos têm consciência de suas atitudes e nem de como elas influenciam no comportamento que manifestam. Por essa razão, o

terceiro componente elencado para atitudes é o das “tendências para reagir” e, não, a “reação” propriamente dita. Isso porque não é raro que, com as limitações de nossas vivências, seja pela nossa personalidade (tímida, receosa, insegura, discreta, entre outras características que fazem com que alguns comportamentos sejam reprimidos), seja pela ausência de determinadas experiências sociais, aprendemos a omitir algumas de nossas atitudes.

Para evidenciar o ajustamento das atitudes com base nas experiências que vivenciamos, os autores voltam sua atenção para comunidades vistas como inferiores pelos grupos majoritários, como, por exemplo, os judeus ou os negros. É possível que, nesse contexto, os primeiros acabem por aceitar crenças antissemitas e, os segundos, aceitem atitudes negativas relacionadas à cor da pele negra, na expectativa de melhorarem o modo como são vistos pelos grupos de poder, como se isso, de alguma forma, aumentasse o seu sentimento de valor (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 109). Em outras palavras,

os membros dos grupos minoritários aparentemente se identificam com as atitudes estereotipadas ou preconceituosas dos que têm poder, ou involuntariamente acabam por interiorizá-la. Usualmente, mudanças culturais e linguísticas ocorrem em linhas sensíveis de inferioridade. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 109).

Apegados a essas explicações e associando tais características à investigação que realizamos, destacamos que essa compreensão acerca das atitudes sociais pode ser utilizada para a interpretação de dados em atitudes linguísticas, considerando que, pela idade dos participantes da pesquisa (a maioria na faixa etária dos 18 aos 35 anos de idade), esperamos que esses traços de personalidade já tenham se acomodado e já constituam parte de sua identidade sociolinguística. A justificativa para considerarmos esse fator “idade” em nossa associação com o ajustamento das atitudes baseia-se, mais uma vez, em Lambert; Lambert ([1966] 1981), quando eles se indagam sobre a idade em que as atitudes começam a manifestar-se. Para responder a essa indagação, os teóricos citam o estudo de Birks (1957, p. 13)³³ sobre discriminação entre crianças judias e protestantes, cuja conclusão foi que, no grupo de crianças protestantes, as que expressavam preconceito cresceram de 0% aos cinco anos de idade e de 5% aos seis anos, para 23% aos nove e 27% aos dez anos. Esse resultado mostra que “por volta dos dez anos de idade, as crianças mostravam claramente sua discriminação, ao excluir crianças judias de seus grupos de amigos” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 99-100).

Sobre a função das atitudes, vimos, em Lambert; Lambert, que elas

³³ Do original: “*The percentage of Protestant children who expressed discrimination increased from 0% at 5 years and 5% at 6 years, to 23% at 9 years and 27% at 10 years*” (BIRKS, 1957: 13). Tradução nossa.

desempenham papéis importantes na determinação de nosso comportamento. Por exemplo, influem em nossos juízos e percepções de outros; influem na rapidez e eficiência de nossa aprendizagem, ajudam a determinar os grupos a que nos ligamos, as profissões que finalmente escolhemos e até a filosofia que aceitamos.” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 107).

A respeito das diferenças sociais entre grupos minoritários e majoritários (ou estigmatizados e prestigiados), podemos verificar ações resultantes desse tipo de organização social que beneficia um grupo em detrimento de outro. Como exemplo, mencionamos o movimento separatista franco-canadense, ocorrido quando o sentimento de inferioridade deles tornou-se intolerável. Com esse tipo de movimento,

pode-se prever, também, a ocorrência de mudanças linguísticas. Atualmente, existe um forte movimento para “melhorar” o franco-canadense, juntamente com um movimento contrário, menos intenso, para aumentar o orgulho pelas características da língua franco-canadense. No entanto, tais sentimentos de inferioridade são muito resistentes à mudança considerável na autoimagem dos franco-cadadenses. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 109-110)

Para promover tais mudanças, grupos propõem-se a “proteger seus valores e atitudes ao defendê-los com bons argumentos e ao ampliar o absurdo dos pontos de vista opostos” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 112), o que só é possível reconhecendo, também, o quão determinantes são as atitudes no processo de aprendizagem. Essas atitudes - dentre as coisas que aprendemos ao longo da vida – apresentam-se de forma interrelacionada e parecem obedecer a um padrão. Em outras palavras, “surtem *redes*³⁴ de atitudes, e essas redes dão forma e estrutura a personalidades” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 116).

No tocante à aprendizagem de uma língua estrangeira, fator determinante do sucesso desse processo está ligado a diversas questões, entre elas, as

atitudes do aprendiz com relação ao povo que usa essa língua, bem como de seus motivos para aprendê-la. Com atitudes favoráveis com relação ao outro grupo e com um motivo ‘integrador’ para aprender sua língua (isto é, desejar seriamente conhecer esse povo e sua cultura), há mais probabilidade de um aprendiz conseguir bons resultados, independentemente de seu talento para línguas, do que no caso de sua atitude ser de desconfiança ou inamistosidade, e se seus motivos forem ‘instrumentais’ (por ex., precisar saber a língua para fazer negócios com o outro grupo). (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 113)

³⁴ Grifo (em itálico) dos autores.

Assim como uma língua, aspectos como tolerância e preconceito também são atitudes aprendidas e constituem formas de reação a acontecimentos que envolvem pessoas em geral, não somente grupos específicos, minoritários. De maneira geral, essas reações, pelo que já discutimos, podem ser o resultado da percepção de um acontecimento social, que gera uma avaliação subjetiva (positiva ou negativa) seguida por um desejo latente de manifestar um comportamento e constituir, com isso, uma atitude acerca desse acontecimento. Lambert; Lambert ([1966] 1981: 116) dizem que “as formas generalizadas de reagir a pessoas constituem o que denominamos *traços de personalidade*³⁵” Em outras palavras, “há provas claras de que as atitudes que desenvolvemos formam padrões coerentes e que tais redes de atitudes contribuem para a estrutura de nossas personalidades” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 117).

Após a discussão a respeito da interferência das atitudes no processo de aprendizagem e de como elas nascem de ajustamentos e se manifestam em nosso comportamento, os autores propõem que se tratam de

formas organizadas, coerentes e habitais de pensar, sentir e reagir a acontecimentos e pessoas. Usamos esses adjetivos para indicar que as atitudes são modos aprendidos de ajustamento, ou, em outras palavras, hábitos complexos. Portanto, seu desenvolvimento deve seguir princípios padronizados de aprendizagem. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 118).

Lambert; Lambert objetivam, com essa explanação, “introduzir três princípios interrelacionados que ajudam a explicar como as atitudes são aprendidas: *associação, transferência e satisfação de necessidades*³⁶” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 118). Para falarmos sobre esses elementos, faz-se necessário retomarmos os componentes essenciais de atitudes, já mencionados anteriormente, os quais são: 1) pensamentos e crenças; 2) sentimentos e emoções; e 3) tendências para reagir. O segundo e o terceiro componentes têm sua origem na associação e na satisfação de necessidades, enquanto o primeiro é adquirido por transferência. Nas palavras de Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 120),

Na realidade, nos estádios iniciais de seu desenvolvimento, as atitudes aprendidas por associação e satisfação de necessidade são muitas vezes caracterizadas pela incapacidade do aprendiz para compreender por que sente e reage como o faz. (...) Nosso objetivo aqui é apresentar o princípio de *transferência*, pois este nos ajuda a explicar como aprendemos os componentes de pensamento-crença de atitudes de outras pessoas.

³⁵ Grifo (em itálico) dos autores.

³⁶ Grifos (em itálico) dos autores.

Desse modo, “aparentemente, aprendemos atitudes através de transferência, fundamentalmente da mesma maneira que aprendemos os sentidos de conceitos através de instrução” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 120).

2.2.3 Incursões nas atitudes linguísticas

Ao falarmos em atitudes linguísticas, referimo-nos a um comportamento que costuma ser reflexo da identidade linguística dos falantes diante de usos linguísticos diversos. Segundo Labov (2008, p. 215), a língua é “uma forma de comportamento social, (...) usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros.”. Nessa mesma linha de raciocínio, Corbari (2014, p. 02) observa que

as atitudes linguísticas representam um componente fundamental da identidade linguística do falante e ajudam a compreender o próprio comportamento linguístico. [...] A atitude linguística de um indivíduo resultaria da soma de suas crenças, seus conhecimentos, seus afetos (sentimentos ou emoções) e sua tendência a se comportar de determinada forma diante da língua ou de uma situação sociolinguística.

De certas atitudes linguísticas, podem resultar condutas que tendem à estereotipação de indivíduos ou de grupos, com base em características como entonação e sotaque, por exemplo, as quais acabam justificando determinadas apreciações sobre línguas que salientem dicotomias de uso “certo”/“errado”, de língua “bonita”/“feia”, o que contribui para o prestígio e a consequente estigmatização de algumas variedades linguísticas. Isso está relacionado a possíveis avaliações que todos os falantes realizam e que acabam por promover julgamentos a quem fala “diferente”, os quais, segundo Corbari (2014), refletem os sentimentos que são manifestados a partir da identificação ou da não identificação com o seu falar e com o falar do outro. Em um pensamento convergente, Aguilera (2008) nos diz que essas reações, por sua vez, não acontecem para com um indivíduo, mas, sim, para com a variedade linguística utilizada pelo grupo do qual ele faz parte, a qual contribui para a definição de sua identidade.

A maioria das atitudes tomadas pelas pessoas tem por base as ideologias que as constituem, isto é, todo um sistema de crenças, princípios, tradições, entre outros aspectos, que são sustentados pelo seu grupo social e racionalizados em favor dos seus interesses. Com as atitudes linguísticas, a situação é bastante semelhante, adicionando-se o fato de que são desencadeadas por crenças linguísticas absorvidas pela comunidade de fala ao longo do tempo

e que a fazem prestigiar ou rejeitar, aceitar ou corrigir determinados usos em determinadas variedades linguísticas.

No caso da Guiné-Bissau, colocamo-nos diante de uma situação em que, como já mencionado, a língua oficial é o Português, que, não por acaso, trata-se da língua do colonizador. Diante disso, surgiu o interesse de saber quais atitudes linguísticas falantes guineenses têm sobre os usos do PGB em relação ao PE no que se refere à concordância nominal de número.

Silva e Aguilera (2014) ainda classificam as atitudes linguísticas em dois tipos, a saber: comportamentalista e mentalista. A primeira é interpretada como uma conduta propriamente, que acontece, em geral, após determinados estímulos, ou seja, seriam reações ao uso feito por outrem de determinada língua ou variedade linguística. A segunda definição, por seu turno, é entendida como algo mais interno ao indivíduo, isto é, uma sensação ou sentimento que não é externado, como se fosse um estágio intermediário entre determinado estímulo e uma possível reação. Ambas as definições são ancoradas, ainda conforme Silva e Aguilera (2014, p. 708), em “três elementos fundamentais: o cognoscitivo (saber ou crença), o afetivo (sentimento/valorização) e o conativo (conduta sociolinguística)”.

Em Guiné-Bissau, podemos dizer que as atitudes linguísticas são determinantes, inclusive, para a adoção do português como língua de ascensão social não somente individual, mas nacional. Isso porque o português goza de prestígio e é considerado como a única possibilidade para o progresso. Somam-se a esse prestígio alguns outros aspectos relacionados ao multilinguismo da Guiné-Bissau. Couto e Embaló (2010, p. 42) observam que

Existem questões técnicas que impedem o uso pleno do crioulo e até de outras línguas étnicas majoritárias [...]. Para as línguas étnicas, é difícil ter-se uma classe homogeneamente composta de alunos de uma mesma etnia. O normal é as classes serem heterogêneas. Mesmo que se conseguissem classes homogêneas, não haveria professor qualificado capaz de ministrar aulas na língua em questão. Mesmo que houvesse o professor, não haveria material didático em cada uma das diversas línguas.

Concluimos, portanto, que atitudes linguísticas representam ações individuais - mas não desconectadas dos valores de uma comunidade de fala - frente a determinados usos linguísticos, e que tais ações variam, por exemplo, da aceitação/absorção à rejeição/estigmatização.

Para iniciarmos a explanação de alguns estudos sobre atitudes linguísticas já desenvolvidos abordaremos a investigação de atitudes linguísticas desenvolvida por Garret, Coupland e Williams (2003). Os autores iniciam a discussão abordando atitude enquanto um conceito geral, sem considerar sua relação com questões que envolvam linguagem, processos e

comportamentos. A revisão bibliográfica realizada por eles permitem-lhes apontar que: a. atitudes não podem ser observadas diretamente, mas, inferidas, uma vez que compõem a natureza humana; b. o termo “atitude” relaciona-se com afeto, sentimentos, valores, crenças e comportamentos; c. o aspecto comportamental da atitude pode ser representado por estereótipos, demonstrações verbais que revelem reações, ideias e opiniões, bem como sentimentos de raiva ou satisfação; d. atitude constitui uma (pré-) disposição a reagir de maneira favorável ou não a determinado assunto ou situação.

Outro aspecto considerado pelos autores é o de que atitudes têm uma estrutura tripartida, com componentes cognitivos, afetivos e comportamentais:

they are cognitive in that they involve feelings about the world (...). They are affective in that they involve feelings about an attitude object (...). And they are systematically linked to behavior, because they predispose us to act in a certain way³⁷ (GARRET, COUPLAND; WILLIAMS, 2003, p. 3).

Sobre tais componentes, os teóricos defendem que o elemento afetivo pode se sobrepor ao cognitivo, ao passo que é raro o contrário acontecer. Em adição, a análise desses componentes pode nos fornecer informações sobre um falante, sobre o grupo ao qual ele pertence e, ainda, sobre outros membros desse mesmo grupo, o que nos permite traçar um mapa dessa comunidade de fala. Isso porque “as atitudes constituem parte fundamental do que é aprendido através da socialização humana”³⁸.

Ao elencarem tais características, Garret, Coupland; Williams (2003) consideram, por um lado, que atitude, como um axioma, é uma “orientação que permite a avaliação de determinados tipos de objetos sociais, e, por ser suficientemente estável, permite-se ser observada e, de certa forma, medida”³⁹. Em outras palavras, as atitudes seriam um fenômeno tanto socialmente estruturado quanto socialmente estruturante, e, por haver evidências de que, como a própria língua, as atitudes linguísticas seriam adquiridas cedo, na infância, teriam

³⁷ Tradução livre: são cognitivos na medida em que envolvem sentimentos sobre o mundo (...). São afetivos na medida em que envolvem sentimentos sobre um objeto de atitude (...). E estão sistematicamente ligados ao comportamento, pois nos predispõem a agir de determinada maneira.

³⁸ Do original: “This view locates attitudes as a fundamental part of what is learned through human socialization”. (GARRET, COUPLAND; WILLIAMS, 2003: 4). Tradução livre nossa.

³⁹ Do original: “We take it as axiomatic, then, that an attitude is an evaluative orientation to a social object of some sort, but that, being a ‘disposition’, an attitude is at least potentially an evaluative stance that is sufficiently stable to allow it to be identified and in some sense measured.” (GARRET, COUPLAND; WILLIAMS, 2003, p. 3). Tradução livre nossa.

grandes possibilidades de serem relativamente duradouras⁴⁰ (GARRET, COUPLAND; WILLIAMS, 2003, p. 5).

Por outro lado, os autores ponderam que há controvérsias em relação à estabilidade de certas atitudes, uma vez que essas são produto da interação social, e que, portanto, podem mudar de um momento para o outro se considerarmos interações espontâneas mediadas pela linguagem. Desse ponto de vista, as atitudes seriam tão dinâmicas quanto a própria língua.

Dando continuidade à sua explanação, Garret, Coupland; Williams (2003) discutem outros conceitos relacionados às atitudes, como hábitos, valores, crenças, opiniões e ideologias, os quais, muitas vezes, são aplicados como sinônimos. Os autores propõem uma explicação que demonstre as diferenças no significado de cada um desses termos, as quais resumiremos a seguir.

Os hábitos, assim como as atitudes, são aprendidos e podem ser duradouros, contudo, a principal diferença entre esses termos reside no fato de que apesar de estabelecerem relação com o comportamento humano, as atitudes não são consideradas intrinsecamente comportamentais, enquanto os hábitos são usualmente vistos exatamente como rotinas comportamentais⁴¹. Essa característica deixaria, de forma geral, os usuários menos atentos aos seus hábitos do que são com suas atitudes, bem como mais capazes de falar de suas atitudes do que de seus hábitos. No entanto, tal capacidade de refletir sobre atitudes não garante confiabilidade plena, uma vez que há níveis desse tipo de reflexão, o que se apresenta como um desafio metodológico para pesquisas nessa área, cabendo ao pesquisador identificar se determinada atitude linguística é uma manifestação autêntica ou tendenciosa.

Em um estudo, conduzido sob o viés das atitudes linguísticas, Da Hora (2012), revela, inicialmente, a dificuldade em se admitir a ausência de julgamentos, sejam eles positivos ou negativos, em qualquer relação entre duas ou mais pessoas. Isso acontece, segundo o autor, devido ao fato de sempre estarmos realizando avaliações das pessoas com as quais interagimos, ainda que não as verbalizemos. Sobre tais estudos, é possível estabelecermos interfaces com outras áreas que desenvolvem pesquisas voltadas para as ciências da linguagem, a saber: a psicologia social da linguagem, a sociologia da linguagem, a linguística antropológica, a análise do discurso e, claro, a sociolinguística.

⁴⁰ Do original: “there is evidence that, like language itself, some language attitudes are acquired at an early age, and so (...), are likely to be relatively enduring.” (GARRET, COUPLAND; WILLIAMS, 2003, p. 3). Tradução livre nossa.

⁴¹ Do original: “But the most significant difference is that attitudes are not generally considered to be intrinsically behavioural (...). Habits, on the other hand, are usually viewed as behavioural routines.” (GARRET, COUPLAND; WILLIAMS, 2003, p. 9-10). Tradução livre nossa.

No estabelecimento dessas avaliações, as quais constituem “reações subjetivas inerentes ao ser humano” (DA HORA, 2012, p. 368), encontram-se as atitudes relacionadas às questões da língua, representadas pelo reconhecimento das diferenças linguísticas existentes nas diversas regiões de um país, por exemplo. Essas diferenças, a depender do *status* de quem as carregue, seja ele prestigiado ou estigmatizado, revelam e abrem espaço para diversas formas de discriminação. Para o autor, “o prestígio não é, principalmente, uma propriedade de uma forma linguística ou variedade – é uma propriedade dos falantes, ou grupos de falantes, e está claramente relacionado à variável classe social ou status social” (DA HORA, 2012, p. 375).

Ao abordar a ideologia da língua padrão, o autor defende que “as atitudes linguísticas são dominadas por posições ideológicas de poder que são amplamente baseadas na existência suposta dessa forma *padrão*” (DA HORA, 2012, p. 373). Para ele, isso indicaria uma ausência da consciência dos falantes acerca do condicionamento provocado por suas próprias posições ideológicas, estando, nesse caso, suas atitudes linguísticas ligadas ao senso comum e à ideia “virtual” de que todos concordam com determinado aspecto:

Uma importante consequência da *padronização* da língua tem sido o desenvolvimento, entre os falantes, de uma forma “correta” ou canônica da língua. Nas culturas de língua *padrão*, virtualmente, todos subscrevem a ideia da correção. Algumas formas são acreditadas serem corretas e outras erradas, e isto é, geralmente, tomado como um senso comum. (DA HORA, 2012, p. 374).

Ademais, esse “processo de padronização é o principal responsável pelas atitudes negativas ou positivas que as pessoas têm em relação a uma língua” (DA HORA, 2012, p. 376), acrescentando que esse aspecto determina a legitimidade de determinado falar.

Em relação às abordagens utilizadas nas pesquisas em atitudes linguísticas, Da Hora (2012) menciona a análise de conteúdo, a abordagem direta e a abordagem indireta. Na primeira, prevalecem as inferências feitas pelo pesquisador (métodos etnográficos e observacionais), uma vez que são considerados o tratamento dado às línguas e às suas variedades, bem como aos seus falantes em uma dada sociedade, sem que haja, necessariamente, participação direta dos participantes nesse processo de coleta de dados. Na segunda, considera-se, preponderantemente, o relato direto dos participantes acerca de suas próprias atitudes linguísticas, as quais podem ser verificadas com a aplicação de entrevistas e/ou de questionários voltados a questões específicas da língua, de interesse do pesquisador. Na terceira, predomina a avaliação de falantes gravados, sem que seja informado previamente aos “participantes-avaliadores” quaisquer rótulos sociais pertencentes às vozes. No que diz respeito às duas últimas, o autor acrescenta, ainda, que “a abordagem direta envolve a obtenção de dados

que esclarece atitudes gerais e aspirações, e abordagem indireta garante como resultado as reações subjetivas”, as quais, “por sua vez, podem ser conscientes ou inconscientes” (DA HORA, 2012, p. 381).

Sobre a consciência dos falantes e sua relação com os processos variáveis, o autor defende que

ela é crucial para o fenômeno da mudança linguística, que pode ser classificada como acima e abaixo do nível de consciência; para a classificação das variáveis linguísticas em indicadores, marcadores e estereótipos; para as análises de estilo, relacionando-o à fala cuidada em oposição à fala casual; para a discussão da ideologia linguística em termos de normas e valores explícitos e implícitos. (DA HORA, 2012: 381-382)

É por essa razão que, nesta pesquisa, trabalhamos tanto com a obtenção de dados de produção (fala), quanto de percepção (atitudes) do PGB por falantes guineenses.

Silva e Aguilera (2014), por sua vez, discutem crenças e atitudes linguísticas de 24 falantes naturais das cidades de Londrina e de Pitanga, no Paraná, acerca do fenômeno fonético da realização da vogal anterior átona final /e/ e suas variantes /i/ e /e/ que se diferencia nas duas localidades e é identificado como uma característica dialetal. Os resultados das autoras indicaram que há preconceito linguístico para com o subdialeto pitanguense e valorização do falar londrinense. Segundo elas, a relevância dos estudos em crenças e atitudes linguísticas está ligada ao fato de existirem “línguas, dialetos e variedades que representam classes sociais mais elevadas ou prestigiadas” (SILVA; AGUILERA, 2014, p. 707), fator que conduz a determinados posicionamentos (ou reações) de um indivíduo em relação aos usuários dessas línguas, associando tal uso a um lugar de maior privilégio na hierarquia social. Desse ponto de vista, se há a colocação de determinada língua ou variedade em uma posição mais bem conceituada na escala da sociedade, é possível pressupormos que há línguas e variedades às quais cabe o lugar da estigmatização.

A dicotomia preconceito/valorização atribuída aos falares de Pitanga e de Londrina, respectivamente, com base em Silva e Aguilera (2014, p. 708), deve-se à consciência linguística (ou sociolinguística) dos falantes, que conhecem a sua língua e as variedades pelas quais está rodeado, conseguem distinguir as diferenças que ela/s apresenta/m e, ainda, compreendem a carga social que carregam:

Essa consciência regulamenta os posicionamentos linguísticos adotados pelos usuários de uma língua, ou de um dialeto e, não raramente, os levam a manifestar atitudes como: segurança ou insegurança linguística; lealdade ou deslealdade, prestígio ou desprestígio; estereotipação e estigmatização, dentre outras. (SILVA; AGUILERA, 2014, p. 708-709).

Em relação aos aspectos metodológicos apresentados pelas autoras, foi utilizada a abordagem indireta, também conhecida como *matched guise* (LAMBERT *et al.*, 1960) que consistiu em solicitar aos participantes que ouvissem duas gravações da leitura de um mesmo texto, ora feita por um londrinense, ora feita por um pitanguense.

Na contagem geral dos resultados, Silva e Aguilera (2014) verificaram que a fala londrinense foi mais bem avaliada pelos participantes, com um total de 80% das respostas positivas, junto a 20% referidas à fala pitanguense. Esses dados permitiram às autoras constatarem que, segundo o julgamento dos sujeitos da pesquisa, a fala de uma das localidades, no caso, de Pitanga, “constitui um erro e representa uma forma sem prestígio” (p. 718). Além disso, “movidos por coerções sociais, os indivíduos delegam às variedades linguísticas sentimentos que vão desde a afetividade até a estigmatização” (p. 719).

Acreditamos, com Silva e Aguilera (2014), que estudos dessa natureza permitem verificar “as andanças da língua” e que, no cenário da investigação que propomos, acerca do uso e das atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número no PGB e suas implicações na identidade sociolinguística do falante guineense, considerar esse aspecto apresenta-se como um viés de grande relevância.

Em adição aos estudos supracitados, Freitag (2016) apresenta questões relacionadas à expressão da primeira pessoa do plural em PB, analisando os usos de “nós” e “a gente”, e sugere que, aparentemente, não há estigmatização associado a esses usos. Para tanto, ela discute as motivações para a ocorrência de prestígio ou de estigma de determinado traço linguístico, as quais conduzem para uma “maior ou menor consciência do falante sobre a avaliação social da regra” (FREITAG, 2016, p. 890). Em linhas gerais, seu objetivo é mensurar a avaliação social, correlacionando as crenças, as atitudes em relação ao uso de “nós” e “a gente” na expressão da primeira pessoa do plural no PB.

Entre os resultados obtidos, destaca-se o fato de que o estigma é, frequentemente, associado ao uso de falantes pouco escolarizados e, quando uma forma variante é praticada por falantes com maior nível de escolarização, ainda que não seja a forma canônica, ela acaba por ocupar um lugar de prestígio:

Em linhas gerais, estes estudos, de orientação variacionista, trazem indícios da regularização da forma *a gente* no paradigma pronominal, apontam para uma mudança em curso e, a partir do critério de frequência e pelo viés da escolarização, infere-se que a forma não é estigmatizada. (FREITAG, 2016, p. 891).

Esse resultado foi evidenciado por dados obtidos através da documentação de interações e da realização de entrevistas com diversas amostras de comunidades de fala e de práticas (estudantes universitários, práticas religiosas, práticas acadêmicas e estudantes do Ensino Médio), em que foram observados altos índices percentuais no uso de “a gente”, conforme detalhamento a seguir:

- a. 83% entre estudantes universitários;
- b. 73% entre participantes de uma comunidade de práticas religiosas;
- c. 96% entre participantes de uma comunidade de práticas acadêmicas (PIBID);
- d. 83% entre estudantes do Ensino Médio (FREITAG, 2016, p. 894).

Para além desses dados, houve, entre os participantes, ocorrências de uso categórico do “a gente”, apesar deles terem informado, na ocasião da entrevista, uma atitude positiva em relação ao “nós”. Com relação a esse fato, a autora conclui:

A análise dos julgamentos linguísticos mostra que a crença que os informantes destas comunidades têm em relação à forma pronominal *a gente* é a de que só pode ser usado em contextos menos formais, ou de muita intimidade, ou é força do hábito, um “vício de linguagem”, uma forma “errada”, “feia” ou “estranha”. Tais crenças sugerem que este domínio apresenta alta saliência social, estando, de certa forma, no nível da consciência do falante. (FREITAG, 2016, p. 899).

Sobre a saliência social, a autora defende que, para ser considerado saliente, um fenômeno linguístico precisa ter tanto uma explanação interna quanto uma externa à língua, as quais se correlacionam tanto de forma natural como de forma indiossincrática.

Outro aspecto verificado constitui-se na defesa de que, em situações de covariação linguística, nas quais observamos formas como “nós fala” e “a gente vamo”, em que há tanto alternância pronominal quanto ausência vs presença de marca morfêmica de concordância, por exemplo, os dados apontam para uma avaliação social estigmatizada, uma vez que “a concordância é um domínio gramatical fortemente sensível à avaliação social no Brasil” (FREITAG, 2016, p. 903). Assumimos, com Freitag (2016), que, em situações de covariação, os fenômenos se associam e provocam atitudes negativas. Pretendemos, com isso, verificar o comportamento diante do uso da concordância no sintagma nominal do PGB.

2.2.4 Uma psicologia social do bilinguismo/multilinguismo

Temos, ainda, um importante estudo que trata especificamente da psicologia social do bilinguismo, de Lambert ([1971] 2018). Nesse trabalho, o autor discute o bilinguismo numa perspectiva sociopsicológica, isto é, ele lança um olhar sobre a pessoa bilíngue enquanto

indivíduo e também discorre tanto sobre as influências sociais que afetam o seu comportamento quanto sobre as repercussões sociais desse comportamento (LAMBERT, [1971] 2018, p. 95⁴²). Mencionamos, ainda, que, apesar do referido trabalho abordar o bilinguismo, associamos a discussão proposta por Lambert (e as implicações que essa perspectiva acarreta) ao cidadão guineense, sujeito que, muitas vezes, comunica-se em mais de duas línguas diferentes, uma vez que está inserido em um contexto não somente bilíngue, mas, multilíngue.

Segundo o autor, é possível que o bilinguismo provoque conflitos entre os valores do falante, considerando que, com essa característica, o usuário é capaz de utilizar mais de uma língua, realizando completas trocas linguísticas⁴³ o que, a depender da situação, pode não se apresentar como algo corriqueiro ou de pouca importância, mas, pelo contrário, ser capaz de trazer consequências sociais e psicológicas ao falante, uma vez que conduz à superfície visões estereotipadas de pessoas que falam uma ou outra língua envolvida na troca (LAMBERT, [1971] 2018, p. 95⁴⁴).

Além de outras questões, Lambert indaga quais seriam as consequências sociopsicológicas do *language switching* e afirma que alguns sujeitos bilíngues têm a capacidade trocar a língua que estão utilizando de forma suave e automática à medida que o contexto exija, seja porque a língua da conversa mudou ou porque o grupo conversacional mudou (LAMBERT, [1971] 2018, p. 95⁴⁵). Concordamos com essa afirmação de Lambert e relacionamos tal asserção à realidade da Guiné-Bissau, país sobre o qual empreendemos esta pesquisa linguística, uma vez que os cidadãos guineenses costumam interagir tanto utilizando as línguas étnicas, quanto a língua nacional guineense (o guineense) ou o PGB.

No cenário multilíngue da Guiné-Bissau, de maneira geral, o uso de línguas étnicas costuma acontecer quando se trata de diálogo entre pessoas de mesma etnia (Pepel-Pepel; Balanta-Balanta; Fula-Fula, entre outras); já o uso do guineense acontece quando a interação é entre indivíduos de etnias distintas (Pepel-Balanta; Balanta-Fula; Fula-Mancanha, entre outras). O uso do PGB, por sua vez, costuma acontecer em contextos mais restritos e específicos, como

⁴² Do original: “(...) *biligualism from a social-psychological perspective, one characterized not only by its interest in the reactions of the bilingual as an individual but also by the attention given to the social influences that affect the bilingual’s behavior and to the social repercussions that follow from his behavior*” (LAMBERT, [1971] 2018: 95). Tradução nossa.

⁴³ Do original: “*language switching*”. Tradução nossa.

⁴⁴ Do original: “(...) *language switching takes on a broader significance when its likely social and psychological consequences are contemplated, as, for example, when a language switch brings into play contrasting sets of stereotyped images of people who habitually use each of the languages involved in the switch*” (LAMBERT, [1971] 2018: 95). Tradução nossa.

⁴⁵ Do original: “*Certain bilinguals have an amazing capacity to pass smoothly and automatically from one linguistic community to another as they change languages of discourse or as they turn from one conversational group to another at multilingual gatherings*” (LAMBERT, [1971] 2018, p. 95). Tradução nossa.

em ambiente escolar, na interação docente-discente, por exemplo. Para Lambert ([1971] 2018, p. 96):

The social psychologist wants to know how this degree of bilingual skills is developed, what reactions the bilingual has as he switches languages, and what social effects the switching initiates, not only the suspicion or respect generated in listeners by an unexpected switch but also the intricate role adjustments that usually accompany such changes. (LAMBERT, [1971] 2018, p. 96)⁴⁶

Ainda em relação ao uso linguístico do cidadão guineense, verificamos, em visita realizada à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a qual recebe estudantes tanto guineenses quanto oriundos de outros países de língua oficial portuguesa, a presença de indivíduos altamente habilidosos nessas trocas linguísticas, os quais, entre si, costumavam falar guineense ou línguas étnicas e, quando da aproximação de algum brasileiro, rapidamente iniciavam diálogo em português. Essa situação pode ser considerada semelhante à relatada por Lambert ([1971] 2018) acerca do caso da Universidade *McGill*, em Montreal, em que grupos étnicos diferentes estão constantemente se esforçando para manter suas identidades linguísticas e apresentam-se como bilíngues verdadeiramente habilidosos.

Nesse cenário, com vistas a entendermos como se constitui a identidade sociolinguística de indivíduos que fazem parte de comunidades de práticas bilíngues/multilíngues, como é o caso da Guiné-Bissau, apresentaremos alguns dos achados do estudo de Lambert acerca das reações (avaliativas) de canadenses-ingleses e de franco-canadenses ao ouvirem falantes bilíngues lendo o mesmo texto em inglês e em francês. Essas reações representam julgamentos, ora mais favoráveis ora menos, que eles demonstraram através do ato de ouvir esses falantes, separadamente, tanto em inglês quanto em francês, sendo o uso de cada uma dessas línguas representado como um “disfarce” do falante.

O primeiro aspecto que levantaremos é o fato de que os ouvintes canadenses-ingleses julgaram as falantes femininas mais favoravelmente - ou seja, mais inteligentes, confiantes, corajosas, sinceras, entre outras características positivas - em seu disfarce francês, enquanto esses mesmos ouvintes julgaram os falantes masculinos mais favoravelmente em seu disfarce inglês. Esse dado, para nós, apresentou-se surpreendente, uma vez que aparenta ser mais

⁴⁶ Tradução livre: “O psicólogo social quer saber como se desenvolve esse grau de habilidade bilíngue, quais reações o bilíngue tem ao trocar de idioma e quais efeitos sociais a troca desencadeia, não apenas a suspeita ou o respeito gerado nos ouvintes por uma troca inesperada, mas também os ajustes de papéis que geralmente acompanham essas mudanças”.

comum um ouvinte avaliar positivamente o falante que utilize a sua mesma língua, ainda que, no caso do estudo de Lambert, esse uso seja um disfarce, por se tratar de falante bilíngue.

O segundo aspecto é que, segundo o autor, tomando por base outro estudo que desenvolveu com Frankel e Tucker (1966), as preferências linguísticas dos usuários surgem aos 12 anos de idade e tendem a ser mantidas pelos próximos dez anos, idade em que os autores observaram que os falantes franco-canadenses começaram a avaliar negativamente os seus pares. Além disso, entre os franco-canadenses que se tornaram bilíngues em inglês, observou-se ser mais provável que mantivessem essa visão negativa até os primeiros anos da vida adulta.

O terceiro aspecto que relataremos acerca do estudo de Lambert é que as avaliações dos “juízes” dependem tanto das suas próprias características quanto das características que eles observam (ou imaginam) acerca dos falantes, isto é: sexo, idade, língua materna, classe social. Não raras vezes, os ouvintes mostraram-se mais propensos a avaliar positivamente os falantes que aparentavam compartilhar de sua própria língua materna, sugerindo uma fidelidade ao seu grupo etnolinguístico.

Além desses aspectos, elicitamos, ainda, como quarto aspecto, o fato de que os falantes perfeitamente bilíngues conseguiram transitar de forma bastante convincente entre uma língua e outra, fazendo uso das peculiaridades de cada disfarce a fim de receber *feedbacks* sociais positivos dos ouvintes. Sobre esse ponto, destacamos, mais uma vez, a semelhança com a realidade dos cidadãos guineenses participantes desta pesquisa, os quais, em geral, dominam três línguas (língua étnica, guineense e português) e, por consequência, são capazes de serem notados de diferentes formas, dependendo de como se apresentem.

Como quinto aspecto, apresentamos o fato de que, no caso do francês e do inglês no Canadá, Lambert ([1971] 2018: 103) verificou ser mais comum um falante de francês querer aprender inglês e, portanto, tornar-se bilíngue, do que um falante de inglês ter o desejo de aprender francês. Mais uma vez, associamos essa observação do autor à situação na Guiné-Bissau, em que a bilinguagem, ou, mais precisamente, a multilinguagem dos cidadãos, quando acontece, é pelo desejo que o guineense demonstra em querer somar o português à sua gama de línguas dominadas. O contrário, isto é, um falante que tenha o português como língua materna querer aprender uma língua étnica da Guiné-Bissau ou mesmo o guineense, levantamos a hipótese de que seria menos comum.

O sexto aspecto que elencamos trata das motivações que levam um indivíduo a aprender uma nova língua, bem como do significado desse aprendizado. Sobre isso, Lambert ([1971] 2018, p. 103) afirma:

Quando visto de uma perspectiva sociopsicológica, o próprio processo de aprendizagem de uma segunda língua também assume um significado especial. Desse ponto de vista, seria de se esperar que, para que o aluno seja bem-sucedido em suas tentativas de aprender a língua de outro grupo social, ele deve ser capaz e disposto a adotar vários aspectos do comportamento, incluindo o comportamento verbal, que caracteriza os membros do outro grupo linguístico-cultural. Acredita-se que as tendências etnocêntricas do aprendiz e suas atitudes em relação ao outro grupo determinam seu sucesso no aprendizado da nova língua⁴⁷

Essas motivações estão relacionadas ao direcionamento que orienta o aprendizado da nova língua. Lambert aborda duas orientações: uma forma puramente instrumental e uma forma integrativa. A primeira é caracterizada quando o objetivo do estudo da língua são conquistas linguísticas mais utilitárias, como obter uma promoção no emprego; enquanto a segunda caminha para um maior aprendizado sobre aspectos culturais da outra comunidade, como se o estudante desejasse se tornar um membro desse outro grupo (LAMBERT, [1971] 2018, p. 103-104⁴⁸). Em outras palavras, a forma instrumental seria o aprendizado para desenvolver habilidades escolares e/ou acadêmicas e/ou profissionais; e a forma integrativa seria para usar a língua em situações reais de comunicação menos formais.

Considerando as circunstâncias que encorajam o aprendizado de uma língua estrangeira, podemos relacioná-las com as possíveis motivações dos guineenses por aprender o português: não para ser como os cidadãos portugueses, mas para - através da ascensão social que as habilidades linguísticas e a fluência em português podem proporcionar - modificar a sua própria realidade e a de sua família, o que uma língua minorizada (como línguas étnicas ou o guineense) não possibilitaria.

Dando continuidade à discussão, elencamos o sétimo aspecto do estudo de Lambert que julgamos relevante para a investigação: o ajuste de demandas conflitantes que os indivíduos bilíngues são impelidos a fazer. Acerca desses conflitos, o autor afirma:

In other words, the bilingual encounters social pressure of various sorts: he can enjoy the fun of linguistic spying, but must pay the price of suspicion from those who don't

⁴⁷ Do original: “When viewed from a social-psychological perspective the process of learning a second language itself also takes on a special significance. From this viewpoint one would expect that if the student is to be successful in his attempts to learn another social group’s language he must be both able and willing to adopt various aspects of behavior, including verbal behavior, which characterize members of the other linguistic-cultural group. The learner’s ethnocentric tendencies and his attitudes towards the other group are believed to determine his success in learning the new language.” Tradução nossa.

⁴⁸ Do original: “His motivation to learn is thought to be determined by both his attitudes and by the type of orientation he has towards learning a second language. The orientation is instrumental in form if, for example, the purposes of language study reflect the more utilitarian value of linguistic achievement, such as getting ahead in one’s occupation, and is integrative if, for example, the student is oriented to learn more about the other cultural community, as if he desired to become a potential member of the other group (LAMBERT, [1971] 2018, p. 103-104). Tradução nossa.

want him to enter too intimately into their cultural domains and from others who don't want him to leave his 'own' domain. (LAMBERT, [1971] 2018, p. 106⁴⁹).

Em relação a esse aspecto, sobretudo ao desejo dos membros do grupo social do falante bilíngue de que ele não abandone a sua comunidade, mencionamos uma situação existente na Guiné-Bissau: pessoas mais velhas que exigem de seus parentes jovens que falem com eles em sua língua étnica, não em português. Isso porque, muitas vezes, cidadãos mais velhos não tiveram a oportunidade de aprender a língua do colonizador e, além disso, parecem tentar conservar e manter sua língua étnica como herança linguístico-cultural de seu povo. Sobre isso, Namone (2020, p. 37) diz o seguinte, acerca da etnia Balanta:

os Balantas-Nhacra têm a sua forma específica de educação, através da qual os mais velhos transmitem conhecimentos aos mais novos. Essa educação é realizada oralmente e pela língua materna. Isso significa dizer que uma criança Balanta-Nhacra, que nasce e cresce na sua *tabanca*⁵⁰, tem uma bagagem cultural e uma experiência de aprendizagem acumulada.

Sobre esses conhecimentos, o autor afirma, ainda, que os mais novos “têm o dever de memorizá-los e transmiti-los às gerações vindouras” (NAMONE, 2020, p. 202), o que indica respeito e desejo por manter suas tradições tanto culturais quanto linguísticas.

⁴⁹ Tradução livre: “Em outras palavras, o bilíngue encontra pressões sociais de vários tipos: ele pode se divertir com a espionagem linguística, mas deve pagar o preço da suspeita daqueles que não querem que ele entre muito intimamente em seus domínios culturais e daqueles que não querem que ele deixe seu 'próprio' domínio”.

⁵⁰ Grifo do autor.

CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Em relação aos procedimentos que adotamos nesta pesquisa, iniciamos com a adoção do método de abordagem indutivo e do método de procedimento comparativo. Durante a comparação, serão analisados os dados de produção (fala) e os dados de percepção (atitudes linguísticas), estando o enfoque central voltado ao fenômeno da concordância nominal de número no PGB.

Sob o enfoque da Sociolinguística Variacionista, analisamos os dados, buscando compreender como se comporta a regra da concordância de número no sintagma nominal do PGB. Nas palavras de Labov, podemos nos preocupar “com as formas das regras linguísticas, sua combinação em sistemas, a coexistência de vários sistemas” (LABOV, [1972] 2008, p. 216), entre outros aspectos, os quais necessariamente apresentarão uma heterogeneidade linguística ordenada, dada a natureza variável de todas as línguas naturais. “Para lidar com a *língua*⁵¹, temos de olhar para os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, e caracterizar seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, corrigindo e adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado” (LABOV, [1972] 2008, p. 236).

Para o desenvolvimento deste trabalho investigativo, realizamos pesquisa, seleção, leitura e fichamento de bibliografias sobre a teoria da Sociolinguística Variacionista e da Psicologia Social, no sentido de entendermos as atitudes linguísticas e uma possível identidade sociolinguística do grupo analisado.

3.1 DA AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVER A PESQUISA

Inicialmente, antes de emprendermos a pesquisa que aqui se apresenta, foi necessária a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Essa etapa é indispensável em todas as pesquisas acadêmicas que envolvem seres humanos⁵², direta ou indiretamente.

Obter a aprovação do Comitê de Ética requer cuidado e atenção a diversos detalhes, entre eles o registro do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil, a qual é uma base de dados unificada que registra todas as pesquisas envolvendo seres humanos do país. Através dela, também é possível apresentar diversos documentos, como Termo de Confidencialidade, Carta

⁵¹ Grifo (em itálico) do autor.

⁵² Informação com base na lei de Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

de Anuência, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.), entre outros, que garantem a segurança dos participantes do estudo; o sigilo da investigação; e a certeza de que os dados obtidos serão utilizados unicamente para fins acadêmicos. Em nosso caso, a Carta de Anuência foi emitida por pessoa responsável da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - localizada nas cidades de Redenção e de Acarape, no estado do Ceará (UNILAB-CE) -, uma vez que os sujeitos, a saber, os cidadãos guineenses que contribuíram com esta investigação, fornecendo dados de fala e de percepção linguísticas, são estudantes de lá.

Informamos, ainda, que a pesquisadora se deslocou até a referida Universidade para proceder com o procedimento de coleta de dados com os cidadãos guineenses residentes no Brasil, uma vez que a coleta virtual se mostrou demasiadamente demorada e difícil de se empreender. Por essa razão, entre os documentos anexados à Plataforma Brasil, estavam tanto o TCLE⁵³ para coleta virtual de dados quanto o TCLE comum, ambos para participantes maiores de dezoito anos.

3.2 DA CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES E DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO NA AMOSTRA

Após a aprovação deste projeto pelo Comitê de Ética da UFPE, sucedemos à pesquisa de campo com os cidadãos guineenses, para a coleta de dados.

A população total investigada é composta por 70 participantes necessariamente nascidos na Guiné-Bissau, distribuídos da seguinte forma: 35 homens guineenses e 35 mulheres guineenses. Inicialmente, nossa intenção era contar tanto com participantes residentes no Brasil quanto com participantes residentes na Guiné-Bissau, no entanto, o contato com as pessoas residentes na Guiné-Bissau foi demasiadamente difícil, uma vez que o fornecimento de *internet* de qualidade não é muito acessível naquele país. Dessa forma, somente contamos com a participação de cidadãos residentes no Brasil, tendo, alguns deles, mudado recentemente para cá em virtude de terem sido aprovados no vestibular da UNILAB-CE e de estarem iniciando seu curso de graduação em terras brasileiras. Mesmo com essas pessoas estando no Brasil no momento da coleta, consideramos ainda muito presentes as características do PGB e ainda

⁵³ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

pouca interferência do português brasileiro nesse uso, posto que, até o período de nosso contato com eles, a mudança havia ocorrido há pouquíssimo tempo⁵⁴.

Dando continuidade à caracterização da população que participou deste estudo, realizamos a divisão dos sujeitos por sexo, uma vez que entendemos, assim como Paraiso (2019, p. 75), apoiada em Paiva (2013), que “determinadas formas de prestígio, por exemplo, são mais comuns em falas de mulheres, o que sugere um maior grau de consciência acerca do *estatuto* social de determinadas formas linguísticas”. Um exemplo da situação mencionada, ainda sobre a relevância da variável “sexo”, é dado por Paiva (2013, p. 35), quando a autora aborda que “o conservadorismo linguístico das mulheres emerge da análise de variações em comunidades de fala ocidentais”, em contraposição ao que ocorreria em “comunidades de fala caracterizadas por outros valores culturais e outras formas de organização social”.

Além disso, justificamos a utilização desta variável com base em Gomes (2016: 65) a qual menciona que os valores e/ou os condicionamentos sociais são transmitidos às crianças mediados pelo *Child Directed Speech (CDS)*⁵⁵, e que é ainda na infância que se manifestam. Segundo ela, a *CDS* apresenta diferença em função de fatores como idade e sexo da criança, e seria a responsável por apresentar a meninos e a meninas diferentes oportunidades de aquisição de valores sociais atribuídos às formas linguísticas de variáveis sociolinguísticas (GOMES, 2016, p. 66). Assim, a escolha dos participantes obedeceu à seguinte distribuição:

Quadro 2 - Distribuição geral dos participantes

Mulheres guineenses	35
Homens guineenses	35
Total	70

Fonte: Autora (2023).

No cenário apresentado, tivemos, então, os seguintes critérios de inclusão e de exclusão dos participantes na amostra, respectivamente:

- a) Inclusão: 1- país de origem (Guiné Bissau); 2- sexo (masculino ou feminino).
- b) Exclusão: 1 - participante oriundo de país diferente do selecionado para a pesquisa (qualquer país que não fosse a Guiné-Bissau); 2- residência do participante outro país que não o Brasil ou a Guiné-Bissau.

⁵⁴ Segundo relatos dos próprios participantes nessa condição, as mudanças haviam ocorrido há, no máximo, oito semanas. Em tempo, informamos que essa parte da coleta foi realizada até maio de 2022 e, até então, os relatos eram de mudanças para Brasil após o mês de março do mesmo ano.

⁵⁵ Tradução livre: discurso direcionado à criança.

Em tempo, informamos que a amostra da pesquisa é aleatória e que o contato com os sujeitos se deu, inicialmente, a partir de um cidadão guineense com quem a pesquisadora havia iniciado um curso de guineense. Esse cidadão (mediante comprovação da pesquisadora de que o trabalho havia sido aprovado pelo Comitê de Ética e mediante apresentação de Carta de Anuência devidamente assinada por representante da UNILAB-CE), gentilmente, forneceu o contato de outros e, assim, uma rede de comunicação foi sendo formada.

Embora tenhamos selecionado um grande quantitativo de colaboradores para este estudo, vale referirmos que as dificuldades iniciais que se nos apresentaram disseram respeito ao fator distância (do distanciamento social provocado pela pandemia do COVID-19) e ao acesso à internet pelos sujeitos que se encontravam na Guiné-Bissau. Superadas essas dificuldades, os participantes demonstraram boa vontade em contribuir com a pesquisa e em realizarem o primeiro contato através das entrevistas.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

3.3.1 A coleta dos dados de produção linguística

Como ainda vivenciamos um período de transição entre a existência de uma pandemia (que limitou o contato social presencial entre as pessoas) e a instauração de um plano de convivência com o vírus e com a doença (após grande parte da população já estar com o esquema vacinal completo), uma parte da coleta de dados foi realizada através de videoconferências na plataforma *Google Meet*, as quais tiveram seu áudio gravado em aparelho celular para posterior mapeamento de ocorrências e tratamento dos dados. Posteriormente, a continuidade da coleta se deu de forma presencial, com a ida da pesquisadora até a UNILAB-CE.

A primeira etapa dessa coleta foi o estabelecimento de contato com os participantes, através de aplicativo de mensagens de texto (*WhatsApp*). Posteriormente, uma agenda de entrevistas individuais foi sendo montada e, na ocasião destas, o TCLE foi assinado e o formulário que continha tanto o questionário sociolinguístico quanto o teste de percepção e a proposta de produção de texto foi encaminhado para preenchimento. Conforme já mencionado no capítulo primeiro, os *corpora* constam de dados de produção (fala) e de percepção linguísticas, sobre os quais trataremos adiante.

Realizamos, efetivamente, nesta primeira etapa, entrevistas que duraram de quarenta minutos a uma hora, a depender do informante. O tempo para preenchimento previsto para o formulário era de trinta minutos, no entanto, não controlamos esse fato, uma vez que os sujeitos

poderiam enviar posteriormente. Apenas o preenchimento do TCLE, com a concordância do indivíduo em participar da pesquisa voluntariamente é que foi exigido imediatamente.

No momento da entrevista, seguimos o roteiro constante no APÊDICE B, adaptado de Pissurno (2017), o qual trata de diversos assuntos (relacionados ao local onde mora/morava na Guiné-Bissau; lazer; educação; saúde; transportes; família; religião; questões de linguagem etc.). O objetivo, com perguntas de âmbitos tão diversos, era diminuir, eventualmente, o grau de monitoramento da fala, a fim de obtermos dados tão autênticos quanto fosse possível. Sobre a coleta de dados linguísticos dessa natureza, Labov ([1972] 2008, p. 243-244), menciona cinco axiomas metodológicos, os quais representariam questões desafiadoras com as quais um pesquisador precisaria lidar quando da tentativa de obtenção de “grandes volumes de fala natural bem gravada”, são eles: a alternância de estilo, a atenção, o vernáculo, a formalidade, e os bons dados. Todos esses itens conduzem ao que o autor chama de paradoxo do observador, uma vez que dados linguísticos devem ser obtidos a partir da fala não monitorada (fora de contextos de observação sistemática), contudo, só se pode obter esse tipo de dado justamente dessa forma, isto é, observando sistematicamente o uso.

Para tal problema, o teórico sugere possíveis soluções:

Uma maneira de superar o paradoxo é romper os constrangimentos da situação de entrevista com vários procedimentos que desviem a atenção do falante e permitam que o vernáculo emerja. (...) Também podemos envolver a pessoa com perguntas e assuntos que recriem emoções fortes que ela experimentou no passado, ou envolvê-la em outros contextos. (LABOV, [1972] 2008, p. 245).

Ainda acerca do dado de produção que coletamos, informamos que nossa escolha pela entrevista de roteiro semiestruturado foi motivada pelo fato de que algumas perguntas suscitavam a necessidade de o participante elaborar pequenas narrativas em sua fala, contando experiências vivenciadas por ele em sua vida. Sobre a tipologia textual narrativa, tomamos por base o que nos diz Labov ([1972] 2008, p. 237), o qual, ao mencionar soluções para os problemas no estudo da língua cotidiana, afirmou que, em termos quantitativos e em comparação com outras formas, a produção de narrativas de cunho pessoal, ou seja, de conversas acerca de assuntos que os sujeitos conheciam bem, a proporção de frases que precisou de alguma editoração caiu para, aproximadamente, 10%. Indo de encontro a esse percentual, ele relata que, geralmente, nos estudos empíricos já realizados, aproximadamente 75% dos enunciados proferidos pelos participantes eram compostos por frases sem qualquer problema em sua formação, sob quaisquer critérios. Isso significa dizer que, em geral, o grau de monitoramento do uso linguístico é bastante elevado, a menos que estratégias como as que

mencionamos sejam adotadas. Dessa forma, esperávamos que, ao solicitar que os participantes conversassem conosco sobre assuntos diversos e que narrassem fatos que remetessem a alguma memória pessoal, obteríamos dados que evidenciassem o vernáculo.

De posse desses dados de produção, realizamos o mapeamento de ocorrências de plural no sintagma nominal. Para tanto, selecionamos todos os sintagmas nominais em que houvesse, pelo menos, um elemento pluralizado, mapeamos e contabilizamos essas ocorrências. No geral, o *corpus* desta pesquisa decorrentes das entrevistas realizadas constitui-se de 5215 sintagmas nominais. Observem-se alguns exemplos extraídos desses *corpora* que evidenciam o uso da variante padrão (cf. (1)) e não-padrão (cf. (2)), valendo referirmos que alguns desses sintagmas foram, também, inseridos no teste de percepção aplicado:

- (1) a. *“a gente tem acesso a energia, água e internet, que são elementos fundamentais para o estudante” (M/L2/ZU).*
- b. *“já fui para hospital várias vezes... fui tratar problema de olho, barriga e outras coisas” (F/L3/ZR).*
- c. *“os guineenses gostam, ficam assim, atentos, com as pessoas que falam língua dele, nesse caso crioulo” (M/L2/ZU).*
- d. *“as crianças estão mais acostumadas a esse mundo digital, da tecnologia”.* (M/L2/ZU).
- (2) a. *“eu não recebo apoios financeiro por parte da minha família” (F/L3/ZR).*
- b. *“eu vejo mais manifestação da religião cristã em relação a outras religião” (F/L2/ZU).*
- c. *“tem quadras de futebol que eu frequento mais, porque gosto muito, e tem esse espaços de lazer aqui”(M/L3/ZU).*
- d. *“80, 90 parte do meu tempo é só estudar, dedico somente meu tempo ao estudos”.* (M/L3/ZR).

Ainda sobre a análise dos dados de produção, tentamos controlar variáveis como etnia; nascimento/residência em zona rural ou urbana; línguas dominadas; e status do PGB para si (se L1, L2, L3 ou outra). Tais variáveis contribuíram para que pudéssemos estratificar socialmente os sujeitos da amostra utilizada na pesquisa, etapa comum na metodologia de pesquisas sociolinguísticas e que encontra suporte, também, na Psicologia Social.

3.3.2 A coleta dos dados de percepção linguística

Sobre os testes de percepção, esses constituíram um instrumento muito útil para investigarmos as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número no PGB, bem

como para contrastar os resultados desses testes com o uso propriamente dito dessa concordância pelos cidadãos guineenses, obtido a partir dos dados de produção. Vale referirmos que, antes da aplicação desses testes, houve o questionamento de alguns participantes sobre explicitar as suas avaliações subjetivas diante de usos linguísticos e de julgamentos da língua portuguesa, tanto a variedade europeia, como a brasileira e a guineense. Alguns desses sujeitos defenderam, inclusive, que não se deve considerar uma língua (ou um uso) melhor do que outra, pois as línguas, naturalmente, variam, como sabemos e como alguns deles acrescentaram. Com o objetivo de superar mais esse desafio, a pesquisadora realizou a gravação de vídeos explicativos sobre as pesquisas em atitudes linguísticas, em que a existência de julgamentos linguísticos é de praxe, e a resistência ao teste de percepção se abrandou.

Os testes foram constituídos por questionários baseados na escala de diferencial semântico (OSGOOD, SUCI; TANNENBAUM, 1957; OSGOOD, 1963), na escala Likert (1967) e nos modelos de questionários aplicados por Cardoso (2015). Para tanto, adaptamos as questões ao fenômeno linguístico em análise, tomando por base critérios já estudados por outros pesquisadores no campo das atitudes linguísticas, como Cardoso (2015) e Cordeiro (2016).

Considerando que as atitudes e os usos linguísticos constituem fatos sociais, temos, segundo Lambert; Lambert ([1966] 1981), que

o grande desafio nesse tipo de pesquisa é saber como conseguir controlar a ocorrência de um acontecimento social, de tal forma que as condições da percepção possam ser estudadas. (...) Apesar disso, o fato de criar a ocorrência aparente de acontecimentos sociais (...) é limitado. (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 64).

Mesmo com todas as limitações e aparentes dificuldades para se fazer pesquisa sobre percepção social em relação a ações e a acontecimentos que perpassem o uso linguístico, tentamos, por um lado, minimizar essa situação, utilizando algumas sentenças extraídas da própria fala dos guineenses, proferidas durante as entrevistas. Por outro lado, reconhecendo a complexidade de se apreender atitudes linguísticas com o máximo de espontaneidade dos participantes, também elaboramos o teste de percepção que utilizamos com base no que orientavam Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 105):

Seria necessário construir itens de questionário que representassem os três componentes de atitudes⁵⁶. As pessoas que respondessem ao questionário teriam a oportunidade para concordar ou discordar de cada pergunta, de forma a indicar a atitude; a intensidade da resposta se refletiria no fato de ‘concordarem inteiramente’, ‘concordarem’, estarem ‘incertas’, ‘discordarem’ ou ‘discordarem inteiramente’.

⁵⁶ Para lembrar os componentes (pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, bem como tendências para reagir), rever página 47 desta tese.

Em consonância com esses direcionamentos, no que diz respeito à análise dos dados de percepção, também entendemos, com Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 16), que “o pesquisador (...) deve criar técnicas para inferir a existência de atitudes ou motivos (nenhum dos quais pode ser diretamente observado) a partir de observações cuidadosas de comportamento em vários contextos sociais”. Esse cuidado nas observações deve considerar, inclusive, as variáveis extralinguísticas sobre as quais já tratamos, como a idade, fator importante que os autores também chamam à atenção quando dizem que “diferenças na percepção de indicações podem estar subjacentes às divergências que surgem entre as gerações” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 43).

Dessa forma, as questões que constituíram o teste continham tanto afirmações acerca do PGB e de outras variedades do português (como a brasileira e a europeia), quanto frases produzidas pelos próprios guineenses ora com a variante padrão, ora com a variante não-padrão. Através dessas sentenças, foram abordadas diferentes características como: A) a estética da variante (ex.: “O português de Guiné-Bissau é bonito///feio”⁵⁷), B) a correção gramatical, em que os participantes julgavam se uma sentença era gramaticalmente boa///ruim; C) a sonoridade da variante (ex.: fala agradável///desagradável; fala lenta///rápida); D) a valoração dada a determinada afirmação (ex.: “Há pessoas que falam melhor que outras”); e E) como o uso da língua interfere nas relações interpessoais (ex.: “É importante falar bem para obter um bom emprego”). A essas características chamamos, assim como Pereira (2021), de “itens de testagem”, os quais foram estabelecidos com possibilidade de resposta variando dentro de uma escala linear, conforme apresentado no Quadro 3 e detalhado nos Quadros 4 e 5, adiante:

Quadro 3 - Itens de testagem e parâmetros da escala linear

Item de testagem		Escala linear
A	Estética da variante	Bonito///Feio
B	Correção gramatical	Bom///Ruim
C	Sonoridade da variante	Agradável///Desagradável
		Melodiosa///Sem melodia
		Lenta///Rápida
D	Valoração da afirmação	Concordo///Discordo
E	Relações interpessoais	Concordo///Discordo

Fonte: Autora (2023).

⁵⁷ Inserimos as três barras (“///”) entre os valores “bonito” e “feio”, bem como em outros valores postos em julgamento, para representar as possibilidades de julgamento no âmbito das atitudes linguísticas, cujas respostas podem variar dentro de uma escala linear que vai, neste caso, do “totalmente bonito”, passando pelo “parcialmente bonito”, seguida do posicionamento “neutro” ou “indiferente”, acompanhada pelo julgamento “parcialmente feio” e finalizada pelo “totalmente feio”. As três barras representam, então, os valores intermediários de avaliação subjetiva possível de ser realizada pelos participantes.

Quadro 4 - Gradação de avaliações na escala linear

Item de testagem	Escala linear	
A) Estética da variante	Bonito///Feio:	5 - Totalmente bonito 4 - Parcialmente bonito 3 - Posição neutra 2 - Parcialmente Feio 1 - Totalmente feio
B) Correção gramatical	Bom///Ruim	5 - Totalmente bom 4 - Parcialmente bom 3 - Posição neutra 2 - Parcialmente ruim 1 - Totalmente ruim
C) Sonoridade da variante	Agradável///Desagradável	5 - Totalmente agradável 4 - Parcialmente agradável 3 - Posição neutra 2 - Parcialmente desagradável 1 - Totalmente desagradável
	Melodiosa///Sem melodia	5 - Totalmente melodiosa 4 - Parcialmente melodiosa 3 - Posição neutra 2 - Parcialmente sem melodia 1 - Totalmente sem melodia
	Lenta///Rápida	5 - Totalmente lenta 4 - Parcialmente lenta 3 - Posição neutra 2 - Parcialmente rápida 1 - Totalmente rápida
D) Valoração da afirmação	Concordo///Discordo	5 – Concordo totalmente 4 – Concordo parcialmente 3 – Posição neutra 2 – Discordo parcialmente 1 – Discordo totalmente
E) Relações interpessoais		1 – Discordo totalmente

Fonte: A Autora (2023)

Quadro 5 - Sentenças dos itens de testagem para julgamento

Item	sentenças	escala linear
A	1. o português de Guiné-Bissau é	bonito///feio
	2. em comparação à fala de pessoas da cidade, a fala de pessoas que vivem no meio rural é	
	3. acho a fala (modo de falar) da minha cidade	
B	1. pessoas de outras religião	bom///ruim
	2. os pontos negativo do lugar	
	3. quero rever minha famílias	
	4. alguns problema de queda do governo	
	5. aprendi português com o professor na sala da aulas	
	6. tem alguns parte negativo	
	7. deveríamos viver em melhores condição	
	8. as pessoas respeitam os governos nos seus próprios país	
	9. não é caro comprar nos mercados guineense	
	10. fala-se português nos países africano colonizado	
	11. a Guiné-Bissau envia os seus jovens para fora do país	
	12. cada etnia fala as suas línguas maternas	
	13. nossos próprios dirigentes não cuidam do país	
	14. o uso de línguas étnicas nas zonas urbanas e rurais	
	15. tem muito problema nas escolas	

	16. tem que considerar a complexidade dos grupos étnicos	
	17. os nossos alunos falam crioulo	
	18. as línguas dialéticas ⁵⁸ são importantes	
	19. tem que melhorar os setores da sociedade	
	20. eles falam as línguas locais	
C	1a. acho a fala (modo de falar) da minha cidade	agradável///desagradável
	1b. acho a fala (modo de falar) da minha cidade	melodiosa///sem melodia
	1c. acho a fala (modo de falar) da minha cidade	lenta///rápida
D	1. o melhor português falado é o que se fala na minha cidade.	concordo///discordo
	2. o melhor português falado é o do brasileiro.	
	3. o melhor português falado é o do português.	
	4. falar bem é utilizar o português ensinado na escola (a língua culta).	
	5. falar bem é expressar-se com clareza.	
	6. falar bem é falar como o povo.	
	7. há pessoas que falam melhor que outras.	
	8. a pessoa que não usa o português ensinado na escola fala mal.	
E	1. é importante falar bem para obter um bom emprego.	concordo///discordo
	2. uso um bom português ao falar com o servente no trabalho.	
	3. uso um bom português ao falar com os irmãos (filhos) em casa.	
	4. uso um bom português ao falar com o guarda na rua.	
	5. a pessoa que só usa o português ensinado na escola é chata, antipática	

Fonte: A Autora (2023).

Os quadros apresentados explicitam os itens que constituíram o teste de percepção, os quais, após serem respondidos pelos participantes desta pesquisa, permitiram a elaboração de uma tabela no programa Excel, no formato CSV., de modo que pudesse ser lida pelo JASP. Durante a análise dos dados, será utilizada a ferramenta *boxplot*, do *JASP* que oferece modelos descritivos de análise, não estatísticos. A verificação estatística, a qual também nos propusemos a desenvolver nesta pesquisa e sobre a qual também discorreremos mais adiante, foi realizada com a ferramenta ANOVA, a qual também faz parte do pacote *JASP*.

Os resultados foram analisados, no programa *JASP*, tomando por base o p-valor de 0,05, comumente utilizado nas análises realizadas em Ciências Humanas e que nós também consideramos nesta pesquisa linguística, da mesma forma que foi realizada por Pereira (2021: 100). Além disso, realizamos a apresentação em *boxplots*, através dos quais foi possível apresentarmos e descrevermos o comportamento linguístico dos colaboradores deste estudo de acordo com as variáveis sexo (masculino ou feminino), *status* do português (se L2 ou L3) e localidade (se zona urbana ou zona rural).

⁵⁸ Este termo, ao que nos pareceu, trata-se de uma construção neológica por parte do colaborador. No contexto de sua fala, esse vocábulo fez referência ao fato de algumas línguas serem tratadas como dialetos, assim, “dialéticas” seria uma composição por derivação.

3.3.3 O entendimento sobre a identidade sociolinguística

Feitos os devidos esclarecimentos em relação às escolhas teórico-metodológicas, voltamos a atenção ao objeto desta proposta de tese: o uso e as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número e as repercussões do contato linguístico do PGB com o guineense na identidade sociolinguística dos cidadãos guineenses falantes do PGB. Concebemos, neste ponto do trabalho, a identidade como um lugar de pertencimento, de reconhecimento de si como parte de algo que constitui um indivíduo. A elaboração desse sentimento, como já discutimos, estaria ligada a vários processos de identificação – como a imitação latente, fruto de uma avaliação subjetiva positiva que tanto oportuniza quanto motiva um processo de aprendizagem indireta, o que resulta em um comportamento ligado à personalidade, fazendo com que se perpetuem costumes, crenças, cultura de maneira geral, herança linguística e, inclusive, usos linguísticos.

Acerca da imitação latente e do comportamento manifesto, temos elementos para concluir que esta surge ainda na infância, e assumimos, com Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 45), que “quando uma criança se comporta como se sentisse como outra pessoa e pensasse como esta, podemos observar o processo de identificação”, o que nos leva a concluir que, na idade dos guineenses com quem conversamos, essa característica já se apresentou de maneira sedimentada e refletida em suas atitudes linguísticas. Assim, reconhecemos que entre o processo de identificação e a manifestação de um comportamento, existem questões subjacentes que não podem ser desconsideradas:

Evidentemente, há uma grande distância entre a prática implícita do papel da pessoa com que a criança se identifica e a sua apresentação manifesta. Para muitos meninos nos Estados Unidos, os primeiros anos de vida são dominados por suas mães, e não por seus pais. Embora esses meninos possam implicitamente praticar os papéis de suas mães, ficariam envergonhados ou seriam punidos se manifestamente se comportassem de maneira feminina. Portanto, embora essa aprendizagem de observação possa continuar a ser parte da auto-imagem do menino, a apresentação de feminilidade pode nunca aparecer como uma representação manifesta de papéis. Muitas vezes aparece de maneiras mais sutis” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 46).

Esse fato nos relembra da complexidade que é apreender atitudes linguísticas, que acontecem espontaneamente, e torná-las dados analisáveis de forma sistemática, para que possamos verificar as implicações dessas atitudes na identidade sociolinguística de uma comunidade de fala, ainda mais num contexto sociolinguístico tão plural como é o da Guiné-Bissau. Assim, dizemos que, embora haja identificação e familiaridade com línguas étnicas e com o guineense, em oportunidades de ascensão social, a fluência e o domínio Do PGB é que

são demonstrados. Ao mesmo tempo, em situações íntimas de família, as línguas nacionais é que são escolhidas para mediar a interação, sendo, neste caso, a apresentação manifesta do PGB retraída.

Nesse contexto, apoiamo-nos na expressão da percepção, uma vez que “perceber é uma maneira de agir que tem estreitas relações com outras formas de agir” e que, “para finalidades de pesquisa, consideramos que um sujeito percebeu um objeto quando coerentemente *fala ou sob outros aspectos age*⁵⁹, na presença desse objeto” (Lambert; Lambert, [1966] 1981, p. 64).

Explicitamos, em adição, os critérios que pensamos para a caracterização da identidade sociolinguística dos cidadãos guineenses que propomos neste trabalho, a qual seria constituída pelos seguintes aspectos (os quais controlamos, na medida do possível, na coleta de dados):

- a) socioculturais (sexo, idade, etnia);
- b) geográficos (zona urbana, zona rural); e
- c) linguísticos (status do português⁶⁰).

Tais critérios foram pensados tomando por base o processo de identificação, o qual contempla observação/ interação/ socialização; imitação; aprendizagem; comportamento e personalidade. Feitas essas considerações acerca do lugar de nossa análise, empreendemos a devida verificação/comparação dos dados de produção com os dados de percepção dos falantes e, tomando por base os alicerces teóricos desta investigação (a sociolinguística laboviana e a psicologia social lambertiana), delineamos e discutimos como se caracteriza a identidade sociolinguística dos falantes no PGB no capítulo seguinte.

⁵⁹ Grifos (em itálico) do autor.

⁶⁰ Em relação ao tipo de aquisição, se L2 ou L3.

CAPÍTULO 4: A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA GUINEENSE SOB O ENFOQUE DO MULTILINGUISMO E DA AVALIAÇÃO SOCIAL DOS USOS LINGÜÍSTICOS

Até este momento, vimos apresentando o desenho deste estudo e os aspectos que tanto embasaram teoricamente quanto direcionaram metodologicamente esta investigação. A partir de agora, procederemos com os dados coletados, com a finalidade de empreendermos a análise do que eles apresentaram.

Conforme já mencionado no capítulo 3, nosso primeiro critério de inclusão de participantes na pesquisa era o “sexo”, a partir do qual contactamos os cidadãos guineenses e atingimos o quantitativo de 35 homens e de 35 mulheres em nossa amostra.

Partindo desse critério de inclusão, o comportamento dos dados em relação a outras variáveis extralingüísticas - a saber, a “Localização”, cujas respostas poderiam variar entre “Zona Rural” e “Zona Urbana”; e o “Status do português”, que variaram entre L2 (português como segunda língua) e L3 (português como terceira língua) – não foi simétrico, portanto, não obtivemos igual número para as duas respostas possíveis para cada variável. O que auferimos foi que, dos 70 cidadãos guineenses participantes, 32 deles declararam ser oriundos de uma zona rural da Guiné-Bissau, ao passo que 38 declararam ser de uma zona urbana do país. Em adição, 32 deles afirmaram ter o português como L2, enquanto 38 disseram que o PGB era uma L3. Resumimos essas informações no Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 - Distribuição dos participantes por sexo, localização e status do português

Sexo		Localização		Status do Português	
Feminino	Masculino	ZR	ZU	L2	L3
35	35	32	38	32	38
70		70		70	

Fonte: A Autora (2023).

Diante dessa amostra, realizamos, ainda, a distribuição dos participantes de acordo com o *status* do português *versus* a localização, para verificarmos a relação entre a zona de moradia e o *status* do Português para esses cidadãos guineenses. O resultado desse cruzamento pode ser visualizado no Quadro 7, adiante:

Quadro 7 - Distribuição dos participantes pelo status do português versus a localização

Status do Português x Localização	ZR		ZU	
	L2	7	32	25
L3	25		13	
Total	70			

Fonte: A Autora (2023).

A observação dessa distribuição dos participantes com base no lugar de onde eles falam, seja da zona urbana ou da zona rural, associada ao *status* que o português ocupa em seu processo de aquisição de uma língua nos permite concluir que, geralmente, quando o indivíduo vive em uma zona rural, é mais comum que sua L1 seja uma língua étnica. Em seguida, comumente, como L2, ele aprende o guineense para que possa se relacionar amplamente com outros guineenses de etnias distintas e, nesse percurso, somente quando ingressa em uma instituição de ensino formal, seja ela pública ou privada, é que tem contato com o português, que figura como sua L3. Se o indivíduo vive em uma zona urbana, é comum que ele tenha o guineense como sua L1 e o PGB como L2 e, ainda que não domine uma língua étnica. Essas informações podem também ser vistas em Cá (2015, p. 64), o qual afirma que,

em Bissau, geralmente as pessoas não falam com frequência as suas línguas étnicas, tendo em vista o uso generalizado do crioulo. No entanto, na maior parte das famílias guineenses que vivem no meio rural, a primeira língua (L1) de socialização da criança é a sua língua étnica, que aprende no meio familiar, em ambiente natural de aquisição. Nos centros urbanos, isso não ocorre: a L1 é a língua crioula de muitas crianças e jovens, já adquirida no meio familiar como a sua língua materna (LM). Por vezes, desconhecem a LM dos pais, mas aprendem, sobretudo, a língua do meio em que estão inseridos como a L1 ou L2.

Isso nos auxilia na compreensão do que os dados apresentaram: por um lado, dos 32 participantes oriundos de uma zona rural da Guiné-Bissau, apenas 21,88% (7 pessoas) têm o português como segunda língua, ao passo que 78,12% (25 pessoas) têm o português como terceira língua, aprendida após a aquisição de uma língua étnica como materna, e do guineense.

Por outro lado, dos 38 cidadãos guineenses oriundos de uma zona urbana da Guiné-Bissau, 34,21% (13 pessoas) têm o português como L3, enquanto 65,79% (25 pessoas) o têm como L2. Isso porque a trajetória do cidadão guineense que vive em uma zona urbana da Guiné-Bissau é um pouco diferente, uma vez que, comumente, a língua majoritariamente falada nas zonas urbanas, como na própria capital do país, Bissau, é o *kriol*. Os nascidos em Bissau, por exemplo, geralmente têm a língua crioula como sua L1 e o português como sua L2.

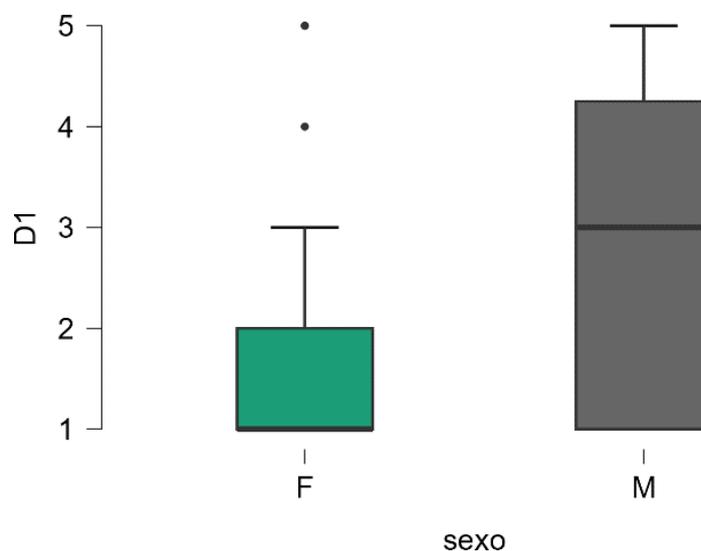
Entendemos que essas características fazem parte da organização linguística do país e que, para além disso, constituem o arcabouço social da Guiné-Bissau. Dessarte, a relação dos guineenses com o PGB, com as línguas étnicas e com o guineense podem determinar, inclusive, o modo como eles realizam o julgamento de questões sociolinguísticas.

4.1 OS DADOS DE PERCEPÇÃO: ENFOCANDO O SEXO, A LOCALIDADE, A ESCOLARIDADE E O *STATUS* DO PORTUGUÊS

Sobre a avaliação de acontecimentos sociais – e, aqui, consideramos a interação mediante usos linguísticos como tal –, Lambert; Lambert ([1966] 1981) afirmam a necessidade de o juiz entender de onde parte o seu julgamento e defendem que, geralmente, esse constitui um código cultural, e, portanto, reflete um comportamento coletivo. Assim, as atitudes linguísticas também o seriam (coletivas e sociais). Ademais, os autores observaram que, em situações de avaliação subjetiva, é comum que os juízes votem pela opção que traria benefícios ou, então, as mesmas consequências para todos os envolvidos na situação em questão (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 76).

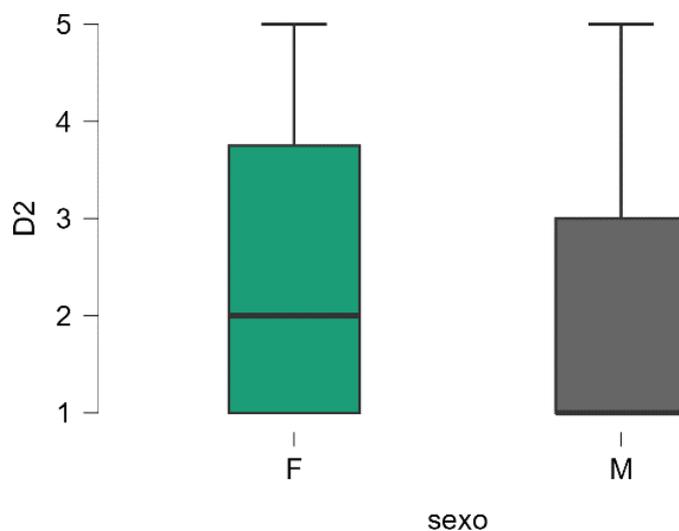
Sob essa perspectiva, verificamos que os colaboradores guineenses, tanto do sexo feminino, quanto do sexo masculino, demonstraram, conforme vemos nos *boxplots* a seguir, maior avaliação em discordância para a valoração de superioridade de uma das variedades do Português (PGB, PB e PE, respectivamente) em detrimento de outra, ou seja, para eles, nem o PBG o PB nem o PE foram considerados como “o melhor português falado”, visto que uma avaliação superior de qualquer uma das variedades implicaria na desvalorização de outra:

Figura 5 - O melhor português falado é o que se fala na minha cidade



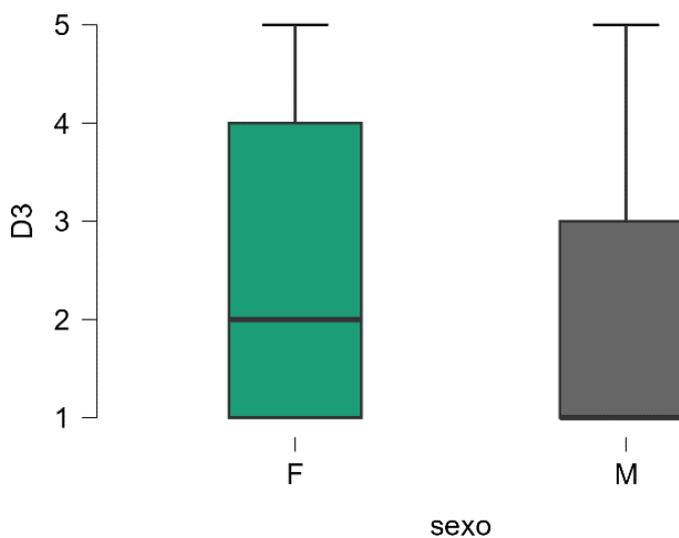
Fonte: A Autora (2022) (*boxplot* do JASP).

Figura 6 - O melhor português falado é o do brasileiro



Fonte: A Autora (2023) (*boxplot* do JASP).

Figura 7 - O melhor português falado é o do português



Fonte: A Autora (2023) (*boxplot* do JASP).

Inicialmente, reiteramos que as descrições contidas nesta seção foram obtidas através da rodada dos dados no programa computacional *JASP*, o qual gera as “caixas” (*boxplots*) que utilizamos para interpretar as atitudes linguísticas dos cidadãos guineenses acerca das sentenças dispostas no teste de atitudes linguísticas que aplicamos. Sobre esse teste, reafirmamos que, para as sentenças contidas nas Figuras 1, 2 e 3, as possibilidades de resposta tinham como extremos os termos “Concordo totalmente” (ponto 5, demonstrando uma avaliação de total

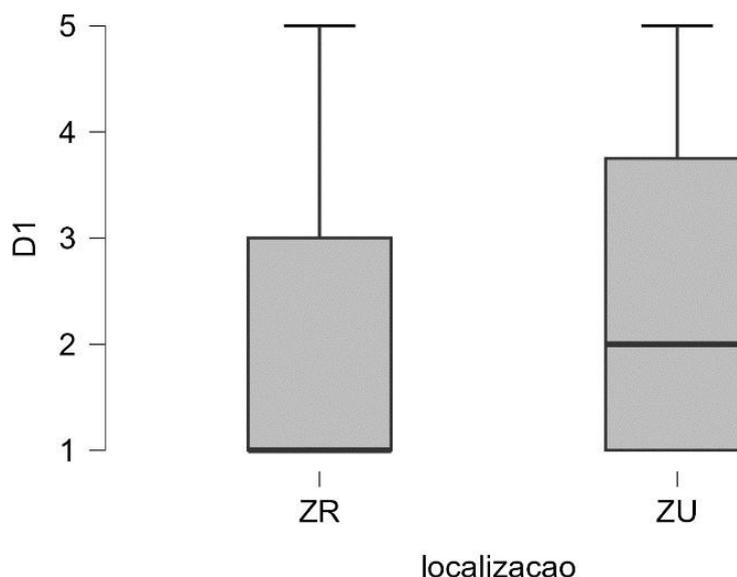
concordância) e “Discordo totalmente” (ponto 1, que significava uma avaliação em total discordância com a afirmação). As avaliações intermediárias eram “Concordo parcialmente” (ponto 4) e “Discordo parcialmente” (ponto 2). O ponto 3, como já informamos, demonstrava uma posição de abstenção do participante. Nessa escala de repostas, destacamos que os pontos 5 e 4 expressam uma avaliação subjetiva positiva, e os pontos 1 e 2 expressam uma avaliação subjetiva negativa.

Isso posto, vemos que, na Figura 5, a amplitude dos julgamentos para a afirmação “O melhor português falado é o que se fala na minha cidade” variou do ponto 1 ao ponto 2 para as respondentes femininas da Guiné-Bissau, com a média das respostas ficando centralizada no ponto 1 e com a presença de duas distorções, ou seja, repostas que destoaram da amostra. Para os respondentes masculinos, as avaliações obtidas para a mesma sentença variaram do ponto 1 ao ponto 4, com a mediana centrada no ponto 3 e sem distorções. Na Figura 6, por sua vez, vimos que, para a afirmação “O melhor português falado é o do brasileiro”, as mulheres guineenses realizaram avaliações que variaram do ponto 1 à proximidade do ponto 4, ficando a resposta média centrada no ponto 2. Já os homens, para essa mesma afirmação, forneceram respostas que oscilaram do ponto 1 ao ponto 3, com mediana no ponto 1. Em relação à sentença “O melhor português falado é o do português”, obtivemos, conforme vemos na Figura 7, respostas femininas variando do ponto 1 ao ponto 4, com mediana no ponto 2; e respostas masculinas oscilando do ponto 1 ao ponto 3, com a média de respostas centrada no ponto 1. Essas respostas, apesar de divergirem em alguns aspectos, têm em comum o fato de que a resposta média ficou nos pontos 1 e 2 na avaliação das mulheres guineenses; e entre os pontos 1 e 3 no julgamento dos homens. Em ambos os casos, o que predominou foi uma apreciação negativa (ou neutra, no caso da resposta masculina para a sentença da Figura 5) da afirmação, uma vez que não houve consistência para avaliações nos pontos 5 e 4, que demonstrariam um julgamento positivo. Ou seja, os cidadãos guineenses mais discordaram das afirmações do que concordaram, o que nos permite inferir que, para eles, entre as opções oferecidas para apreciação (PGB, PB e PE), não há uma variedade do português que seja melhor do que a outra.

O comportamento em relação a essas sentenças foi análogo quando utilizamos o recorte “Localização” para estratificar nossa amostra e realizar a rodada no *JASP*. Para tanto, mantivemos as afirmações e buscamos verificar como seria a avaliação tanto dos cidadãos guineenses oriundos da zona rural quanto daqueles oriundos da zona urbana da Guiné-Bissau. Optamos por realizar esse recorte pois, como já mencionado anteriormente, a relação dos guineenses com o português pode variar a depender dessa questão geográfica, uma vez que

vimos que o *status* do português frequentemente se modificou de uma área para outra, o que poderia, também, modificar as atitudes em relação às sentenças oferecidas. Sobre o resultado apresentado pelo programa, discorreremos a seguir:

Figura 8 - O melhor português falado é o que se fala na minha cidade

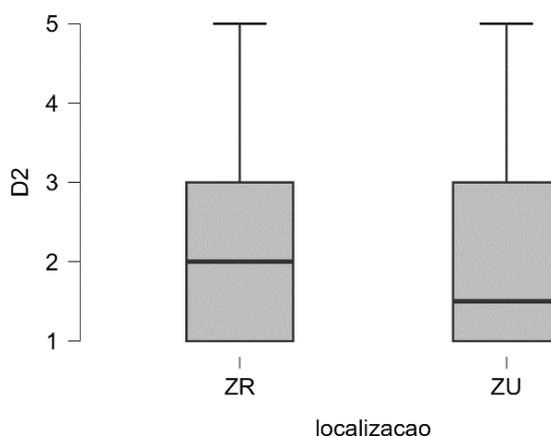


Fonte: A Autora (2023) (*boxplot* do JASP).

Na Figura 8, vemos que a amplitude das respostas variou do ponto 1 ao ponto 3 para os participantes oriundos de zonas rurais (ZR) da Guiné-Bissau, com a média das respostas ficando centralizada no ponto 1; e do ponto 1 à proximidade do ponto 4 para os oriundos das zonas urbanas (ZU) do país, com mediana centralizada no ponto 2. Como já mencionado, a escala linear desta pesquisa varia do ponto 5 ao ponto 1, sendo as respostas 5 e 4 consideradas como uma avaliação positiva ou em concordância com a afirmação proposta; a resposta 3, neutra; e as respostas 2 e 1, negativas ou em discordância com a afirmação dada. A afirmação apresentada em D3 (“O melhor português falado é o que se fala na minha cidade”) tinha como extremos de resposta os termos “Concordo totalmente” (ponto 5) e “Discordo totalmente” (ponto 1), sendo os pontos 4 e 2 a avaliação “concordo parcialmente” e “discordo parcialmente”, respectivamente. Nessa avaliação, mesmo a amplitude das respostas alcançando o patamar de uma avaliação positiva (a de “concordo parcialmente”) reiteramos que a média de respostas se centrou no ponto 1 para pessoas da ZR e no ponto 2 para pessoas da ZU, ou seja, em ambos os casos, prevaleceu a discordância para com a afirmação.

Na sentença contida em D2 (“o melhor português falado é o do brasileiro”), verificamos um resultado semelhante, o qual apontou para uma avaliação em discordância com o que estava posto no teste de percepção, isto é, no recorte da localização, os cidadãos guineenses comportaram-se de forma similar e não realizaram um julgamento que valorizasse mais uma variedade do português em detrimento de outra:

Figura 9 - O melhor português falado é o do brasileiro

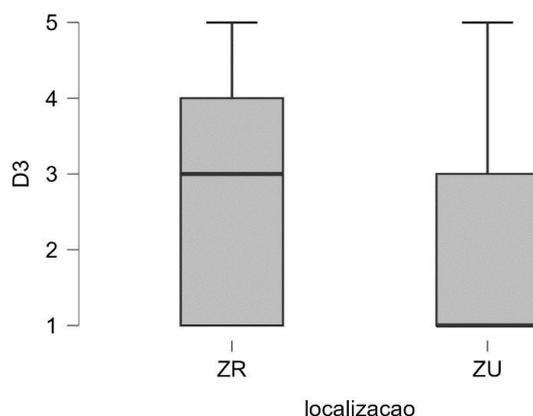


Fonte: A autora (2023) (*boxplot* do JASP).

Conforme vimos na Figura 9, a amplitude das respostas sequer alcançou os patamares de avaliação positiva ou em concordância, que estariam nos pontos 4 e 5, e a média de respostas centrou-se no ponto 2 para participantes da ZR, e entre os pontos 1 e 2 para participantes da ZU.

Na Figura 10, a seguir, apesar de vermos uma situação diferente na amplitude das respostas - alcançando o ponto 4 na avaliação de participantes da ZR – ainda assim, a mediana centrou-se no ponto neutro para esses indivíduos. No caso dos participantes da ZU, não só a amplitude permaneceu no âmbito da discordância ou da neutralidade, como também a linha média ficou no ponto da discordância total, indicando que os indivíduos discordam totalmente de que o melhor português falado seja o do português (cidadão europeu).

Figura 10 - O melhor português falado é o do português

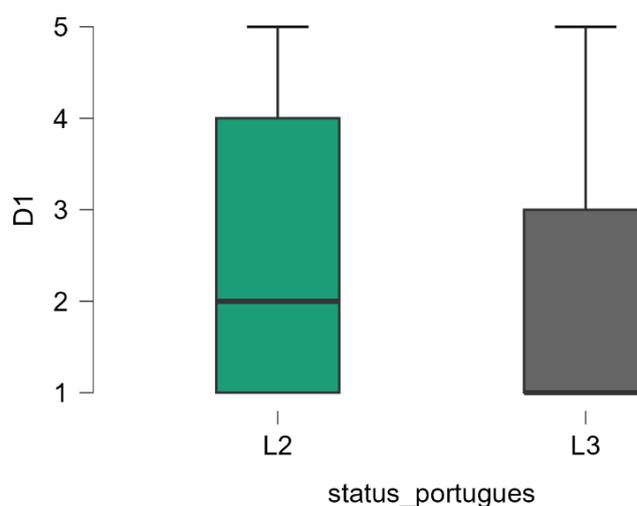


Fonte: A autora (2023) (*boxplot* do JASP).

Conforme verificado, a localização geográfica do indivíduo promove diferença nas atitudes linguísticas, tanto na amplitude das respostas quanto no posicionamento da mediana, ainda que os resultados globais tenham sido semelhantes aos do recorte por sexo, e mesmo com a persistência de um julgamento discordante da afirmação proposta em ambos os casos.

Em se tratando das atitudes linguísticas para com as mesmas sentenças, sendo a amostra estratificada a partir do *status* do português, verificamos proximidade nos julgamentos dos participantes. Vejamos as “caixas” resultantes desta rodada dos dados no *JASP*, as quais são apresentadas na sequência:

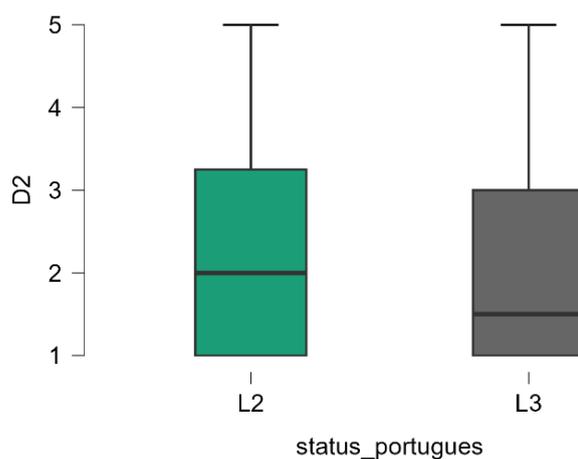
Figura 11 - O melhor português falado é o que se fala na minha cidade



Fonte: A autora (2023) (*boxplot* do JASP).

Na Figura 11, a amplitude das respostas variou do ponto 1 ao ponto 4 para os guineenses que têm o português como sua L2, e a mediana das respostas ficou centralizada no ponto 2. Para os indivíduos que declararam que o português é sua L3, a avaliação variou do ponto 1 ao ponto 3 e a mediana centrou-se no ponto 1. Mais uma vez, a média de respostas centrada no ponto 1 denota uma avaliação subjetiva totalmente discordante da sentença apresentada. Considerando que esse julgamento foi realizado por indivíduos cujo *status* do português é de uma L3, isso pode estar relacionado ao fato de que, antes de aprenderem o PGB, interagiam somente através de uma língua étnica ou do guineense, o que pode repercutir em um domínio inferior que eles têm do português de sua cidade.

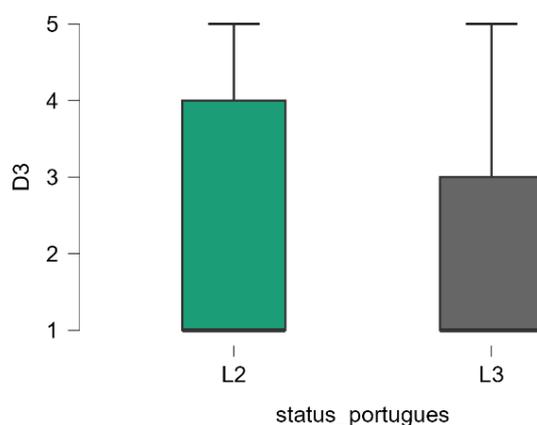
Figura 12 - O melhor português falado é o do brasileiro



Fonte: A Autora (2023) (*boxplot* do JASP).

Acerca da Figura 12, vemos que a amplitude das respostas se mostrou semelhante para os dois grupos de respondentes, indo do ponto 1 às proximidades do ponto 3. No entanto, a mediana ficou no ponto 2 para aqueles que o português ocupa o lugar de L2, e abaixo disso, entre os pontos 1 e 2, para os que têm o português como L3. De toda forma, o que vimos foi um julgamento discordante da sentença proposta (“o melhor português falado é o do brasileiro”), uma vez que a avaliação no ponto 2 seria correspondente a “discordo parcialmente” e a avaliação no ponto 1 seria “discordo totalmente” (dessa afirmação).

Figura 13 - O melhor português falado é o do português



Fonte: A autora (2023) (*boxplot* do JASP).

Em relação à Figura 13, apesar da amplitude de respostas ter divergido - indo até o ponto 4 para indivíduos cujo português ocupa o lugar de L2, e não ultrapassando o ponto 3 para as pessoas que têm o português como L3 -, a mediana de ambos os grupos ficou centrada no ponto 1, indicando total discordância com a afirmação de que o melhor português falado seria a variedade europeia da língua. Essa avaliação pode estar relacionada a um processo de reconhecimento de que o fato de o PE ser a língua do colonizador não o faz ser melhor que o PGB, por exemplo, e isso pode já demonstrar um processo identitário para com o próprio PGB, uma vez que não há uma admiração gratuita pelo PE.

Em síntese, observamos diferença na percepção dos cidadãos guineenses a depender do *status* que o português ocupa para cada grupo, mas essa diferença não resultou em um julgamento significativamente divergente daquele observado quando estratificamos nossa amostra pelo sexo e pela localização.

Dando continuidade ao mapeamento de algumas das respostas recebidas, 100% dos respondentes da pesquisa declararam possuir entre 18 e 35 anos e, sobre o fator “idade”, Lambert; Lambert ([1966] 1981), conforme já discutimos, afirmam ser ainda na primeira infância o período da vida em que o indivíduo “aprende os nomes e algumas das propriedades de algumas pessoas”, bem como “a multiplicidade de papéis que tais pessoas representam”, o que propicia a criação de laços “que influem na formação de seus hábitos de julgamento e ação” os quais, por sua vez, “são decisivos, tanto como influência direta em ações posteriores quanto como fonte de modelos para o comportamento” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 26-27). Como, nesta pesquisa, estamos buscando relacionar acontecimentos sociais com acontecimentos linguísticos, entendemos, da mesma forma, que é na primeira infância que o

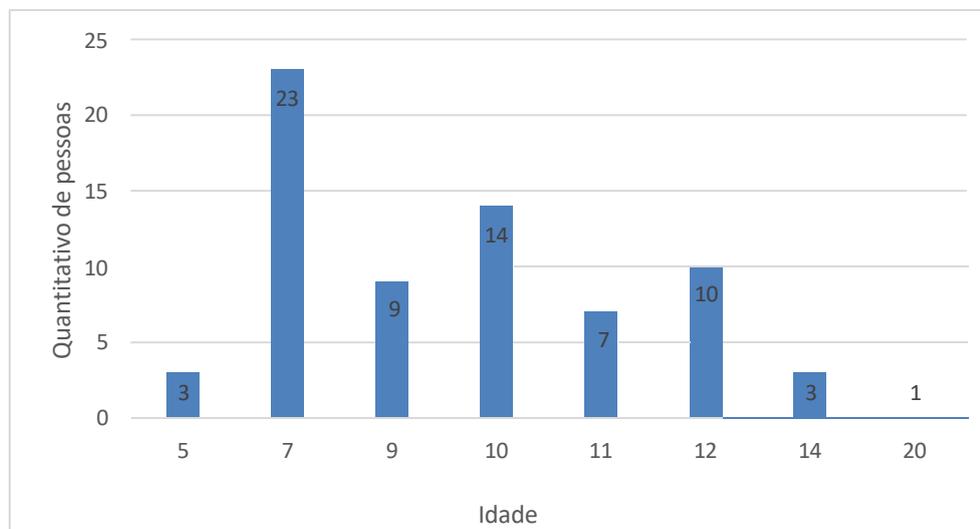
processo de identificação com determinada língua acontece, com base em suas características, no papel que representa para a comunidade de fala, nos laços que os falantes possuem com as pessoas que compartilham dessa mesma língua e na função que têm na sociedade, seja algo, nas palavras de Lambert; Lambert ([1966] 1981), instrumental (usada em situações impessoais, como estudo, trabalho etc.) ou integrativo (usada em situações mais próximas do cotidiano). Em outras palavras, acaba por fazer diferença se a língua em questão é aprendida somente para fins acadêmicos ou se contribui para a manutenção de uma herança linguístico-cultural e representa o pertencimento à comunidade de fala.

Isso implica dizer que, na idade dos colaboradores da pesquisa, um processo de identificação com a língua já ocorreu, ou seja, já houve a observação, as impressões em relação à língua, o desejo latente por aprendê-la e a aprendizagem propriamente dita, refletindo em comportamentos e em atitudes com relação a ela. Em resumo, dos 18 aos 35 anos, já há uma identidade sociolinguística constituída. Nesse contexto, se a aquisição do português ocorreu tardiamente, o processo de identificação pode ser ainda menos integrativo. Com base nisso, apoiamo-nos em Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 48) para dizermos que

Tais resultados mostram a influência difusa de imitação, aprendizagem social indireta e identificação. Embora tais processos influam numa criança durante toda a sua vida, são muito fortes nos primeiros anos de socialização, quando, para a criança, uma ou duas pessoas parecem ter poderoso controle de suas necessidades e valores.

No decorrer desta pesquisa, questionamos os participantes sobre a idade em que aprenderam o português e, como resposta, obtivemos idades bastante diversas. Alguns deles informaram ter aprendido o português aos cinco anos de idade; outros, aos sete; alguns, aos nove, dez, onze e doze anos; outros, ainda, aos quatorze e, surpreendentemente, houve quem dissesse ter aprendido aos vinte anos. O Gráfico 1, adiante, apresenta a distribuição dos participantes de acordo com a idade em que aprendeu o português:

Gráfico 1 - Distribuição dos participantes pela idade em que aprendeu o português



Fonte: A Autora (2023).

Apresentamos, ainda, o Quadro 8, a seguir, com a distribuição dos participantes de acordo com o sexo e com a localização:

Quadro 8 - Distribuição dos participantes pelo sexo versus a localização

Participante	Feminino	Masculino
Zona Urbana	16	22
Zona Rural	19	13
Total	35	35

Fonte: A Autora (2023).

Acreditamos que, dos 18 aos 35 anos, faixa etária dos guineenses participantes da pesquisa, a possibilidade de haver flexibilização nas atitudes linguísticas é parca, uma vez que já foram estimulados a agir de determinada forma por longos períodos de tempo. Sobre isso, embasamo-nos, também, em Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 101):

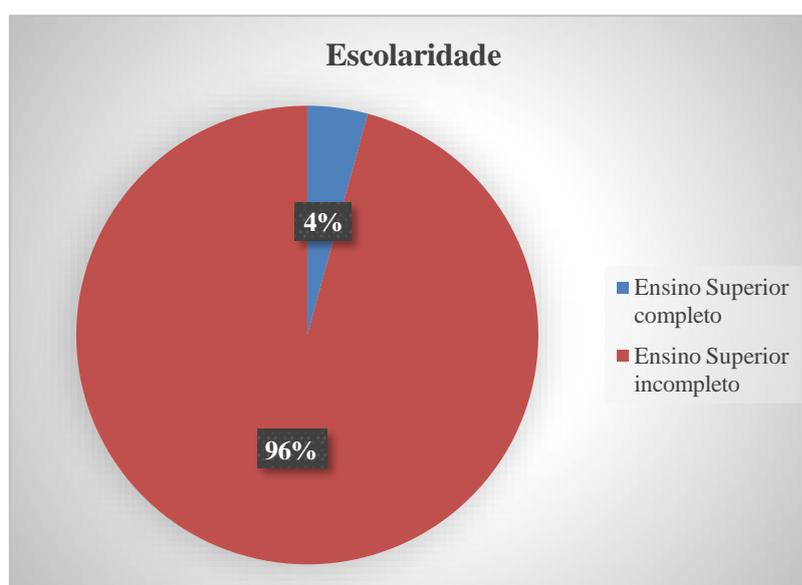
Uma vez criadas as atitudes, estas levam regularmente a nossos modos de reagir e facilitam o ajustamento social. Nos estádios iniciais de desenvolvimento das atitudes, os componentes podem ser modificados por novas experiências. Depois, no entanto, sua organização pode tornar-se inflexível e estereotipada, usualmente porque fomos estimulados, por longos períodos de tempo, a reagir de modo padronizado a determinados acontecimentos ou a determinados grupos.

Outro dado interessante que obtivemos a partir do questionário sociolinguístico foi que 100% dos participantes adquiriram o português na escola e, desses, 69% em escola pública (48 participantes dos 70). Essa é mais uma informação que corrobora o que mencionamos anteriormente: o primeiro contato linguístico do indivíduo é com sua família, que, segundo

dados que obtivemos, interage por meio de uma língua étnica. Acerca desse assunto, Cá (2015: 396) afirma que “quase 98% dos guineenses pertencem a uma etnia e essa está atrelada à sua respectiva língua étnica, que seria a língua materna para grande parte dessas pessoas”.

Ainda sobre o aspecto educacional, a grande maioria dos participantes, aproximadamente 96% (68 indivíduos), está cursando o Ensino Superior; outros 4% (2 guineenses) informaram já ter o Ensino Superior completo e um deles, inclusive, está cursando Mestrado. Essas informações nos levam a concluir que, em relação à escolaridade, os colaboradores da pesquisa possuem alto grau de letramento, o que implicaria na manutenção da variante padrão no que diz respeito à concordância nominal de número. A distribuição dos desses colaboradores, de acordo com o seu nível de instrução está apresentada no Gráfico 1 abaixo:

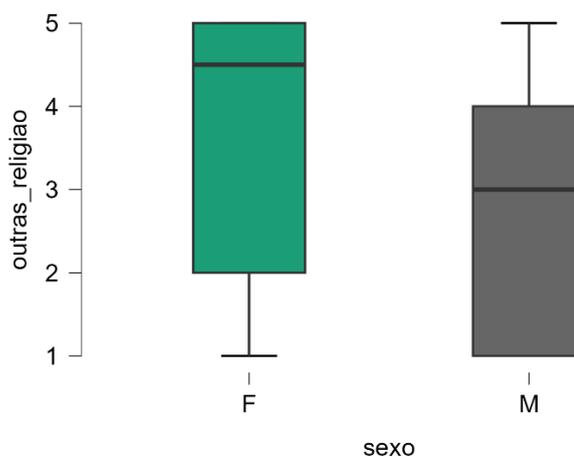
Gráfico 2 - Distribuição dos participantes pela escolaridade



Fonte: A Autora (2023).

Apesar do alto grau de escolaridade, o que observamos, de forma geral, no teste de percepção, foi uma avaliação positiva sobre a variante não-padrão associada à concordância nominal de número, conforme exemplificado na Figura 14:

Figura 14 - percepção para o sintagma “outras religião”

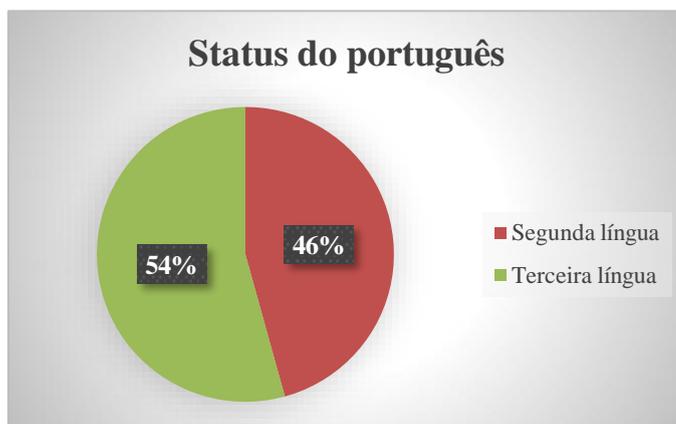


Fonte: A Autora (2023) (*boxplot* do JASP).

Nesse *boxplot*, os extremos de respostas apresentados eram “Bom” ou “Ruim”, sendo o número “5” da escala linear correspondente a “totalmente bom”; o ponto “4”, correspondente a “parcialmente bom”; o ponto “3” representando a posição neutra; o ponto 2, equivalente a “parcialmente ruim”; e o ponto 1 relativo a “totalmente ruim”. Como vimos, a média de respostas ficou centrada próximo ao ponto 5 entre as mulheres guineenses, e no ponto 3 entre os homens guineenses. Não houve, portanto, quantidade significativa de respostas que indicassem que o sintagma era total ou parcialmente ruim, que corresponderiam aos pontos “1” e “2” na gradação, mesmo a sentença não exibindo concordância de número no sintagma nominal. O *boxplot* nos mostra que, entre as mulheres guineenses, a amplitude das respostas variou do ponto 2 ao ponto 5, mas, como já mencionado, o maior volume de respostas foi para a avaliação no ponto 4, que representa uma avaliação positiva (parcialmente bom) para com a correção gramatical do sintagma. Os homens guineenses, por sua vez, apresentaram respostas com amplitude variando do ponto 1 ao ponto 4 e com a mediana de respostas centrada no ponto 3, posição de neutralidade em relação à correção gramatical do sintagma. O que observamos, com isso, é que, em ambos os casos, não houve demonstração massiva que indicasse uma avaliação negativa do uso não-padrão apresentado. Essa situação pode estar relacionada ao fato de o PGB ser, na maioria das vezes, adquirido tardiamente pelas pessoas na Guiné-Bissau, conforme já discutimos ao falar da idade em que os participantes relataram ter adquirido a língua. Essa aquisição tardia do PGB pode promover maior interferência do guineense do PGB, o qual, como vimos, possui regra de concordância diferente do PGB, sem, necessariamente, marca de morfema de plural em todos os elementos do sintagma.

Outro fator que pode influenciar nessa avaliação é o *status* que o PGB ocupa, sendo, para a maioria dos cidadãos que participaram da pesquisa, a terceira língua que adquiriram, e não sendo a primeira língua de nenhum dos participantes, conforme apresentado no Gráfico 3:

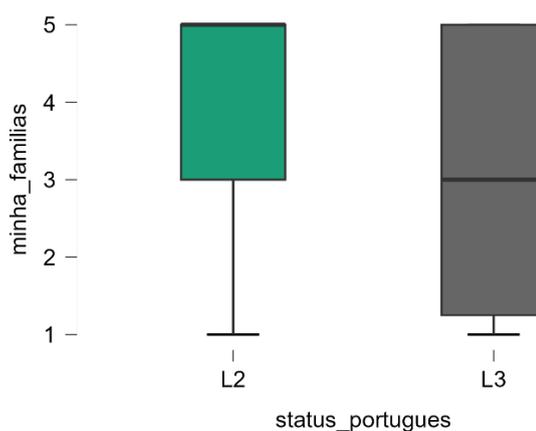
Gráfico 3 - Distribuição dos participantes pelo status do português



Fonte: A Autora (2023).

Para demonstrarmos a relevância da variável “*status do português*”, apresentamos, a seguir, o *boxplot* criado com as avaliações dos participantes acerca da correção gramatical do sintagma “minha famílias”. Foi observado que tanto na amplitude das respostas quanto na localização da mediana, há dois grupos com julgamentos distintos acerca desse uso. Não obstante, as avaliações desses grupos não se inclinaram para os pontos negativos da escala, o que é exibido a seguir:

Figura 15 - percepção para o sintagma “minha famílias”



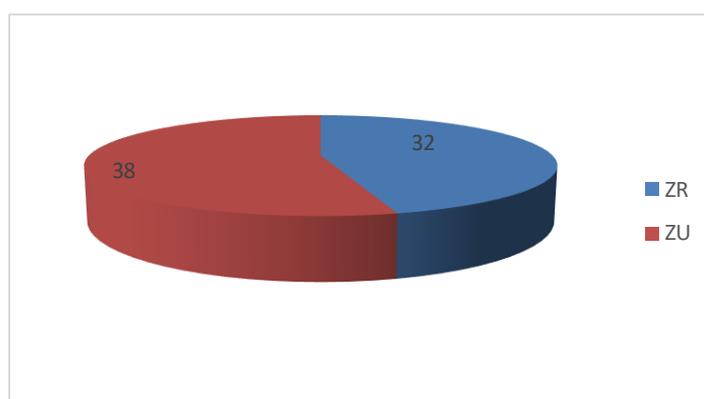
Fonte: A Autora (2023).

Como exposto na Figura 15, para os participantes que declararam ter o português como L2, a amplitude das respostas variou do ponto 3 ao ponto 5 e a mediana ficou no ponto 5, ou seja, revelaram um julgamento positivo, visto que o lugar item mais alto da escala linear indica

que o sintagma é “totalmente bom” no que tange à correção gramatical. Quanto aos participantes que declararam ter o português como L3, os julgamentos variaram entre as proximidades do ponto 1 até o ponto 5, mas a média de respostas ficou no ponto 3. Em outras palavras, os falantes de português como terceira língua revelaram um posicionamento mais neutro em relação à correção gramatical do sintagma apresentado. Em nenhum dos grupos, como vimos, a mediana ficou centrada nos pontos que indicariam um julgamento negativo, isto é, não houve grande quantidade de respostas afirmando que o sintagma apresentado era total ou parcialmente ruim em relação à correção gramatical.

Outra informação que obtivemos é que a maioria dos participantes relataram ter nascido em uma zona rural da Guiné-Bissau, mas teriam se mudado para uma zona urbana do país e que, antes de virem para o Brasil, era na zona urbana que estavam morando. Em relação à influência do ambiente onde o cidadão reside, mais uma vez, dialogamos com Lambert; Lambert quando dizem ser na primeira infância que os papéis sociais são aprendidos e que, no caso do uso linguístico, “focalizamos as diferenças entre famílias e ambientes sociais gerais, e tentamos rastrear as principais formas pelas quais as pressões exercidas pela família numa criança diferem de família para família e de sociedade para sociedade” (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981, p. 30). O Gráfico 4, abaixo, reitera a contagem dos participantes de acordo com sua localização geográfica na Guiné-Bissau:

Gráfico 4 - Distribuição dos participantes pela localização



Fonte: A Autora (2023).

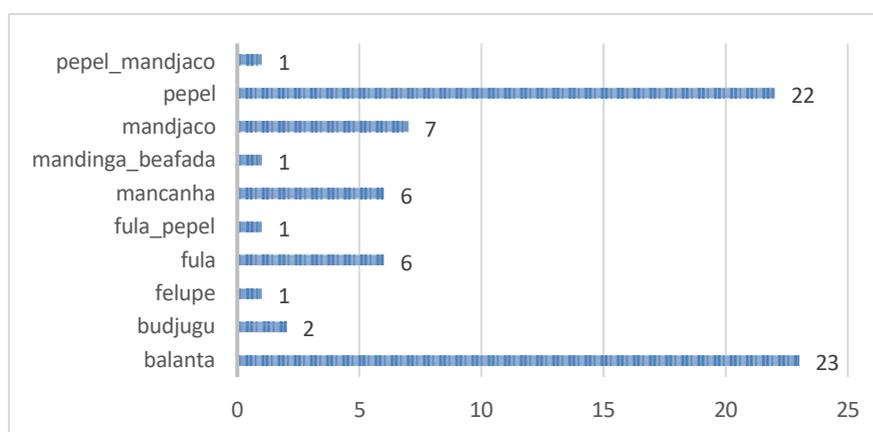
A partir do que ouvimos dos cidadãos guineenses que entrevistamos, aqueles oriundos e/ou ainda residentes em zonas rurais sofrem maior pressão da família para manterem a interação por meio da língua étnica de sua comunidade de fala, sendo, inclusive, considerado arrogância falar português com uma pessoa mais velha, por exemplo. O trecho, a seguir, de uma

cidadã guineense entrevistada, corrobora a nossa constatação acerca da relevância do fator localização no uso da língua pelos guineenses, bem como reitera a observação acerca de como as relações interpessoais são mediadas pelo uso da língua:

(1) *“Eu posso dizer que aprendi português com doze anos porque eu entrei na escola com sete anos, mas naquela época eu não falava português. Eu estudei primeira e segunda na minha tabanca, na minha aldeia que vocês falam aqui. Então lá as pessoas só falavam nossa língua materna, os professores também falavam nossa língua materna e o crioulo. O português eu comecei a falar, eu comecei a praticar depois de uns cinco anos, porque quando eu saí de tabanca, quando eu terminei segunda classe, fui para Bissau.” (M/L3/ZR)*

O trecho narrado pela participante tanto comprova o que afirmamos sobre o quão frequentes são as mudanças dos indivíduos para a capital do país, geralmente com a finalidade de continuarem os seus estudos; quanto o fato de que, nas tabancas (localizadas nas zonas rurais da Guiné-Bissau), é muito mais comum a interação por meio de uma língua étnica. Em relação ao fator “grupo étnico”, o Gráfico 5, a seguir, apresenta a distribuição dos cidadãos de acordo com a etnia informada:

Gráfico 5 - distribuição dos participantes pela etnia



Fonte: A Autora (2023).

Observamos, nesse gráfico, que três participantes da pesquisa relataram que fazem parte de mais de um grupo étnico. Isso acontece porque há casos em que o indivíduo possui pai e mãe de etnias diferentes e, apesar de, geralmente, a pessoa “herdar” a etnia paterna, tivemos esses casos em que o participante optou por autodeclarar-se dessa forma, com dupla-etnia.

No contexto multiétnico e multilíngue da Guiné-Bissau, o que verificamos, durante as entrevistas, é que, no tocante à relação etnia-línguas (que o cidadão domina), é comum que, na zona rural, o indivíduo fale sua língua étnica e a tenha como L1, fale guineense e o tenha como L2, e, se falar PGB, ele figura como L3. Para os nascidos na capital, Bissau, circunstância

também comum é que o guineense seja a L1. Os trechos, a seguir, extraídos de falas guineenses, na ocasião das entrevistas que realizamos, demonstram as situações mencionadas:

(2) *“eu, assim como maioria dos guineenses, tem crioulo como língua materna, primeiro língua de contato neste caso.” (M/L3/ZU)*

(3) *“para não dizer que não existe, mas são poucas pessoas que têm português como língua materna. Poucas pessoas, poucas, percentagem é muito pequena neste caso. Maiorias é crioulo mais línguas locais.” (M/L3/ZR)*

(4) *“o guineense fala dois idiomas, no máximo três, sem contando com as línguas estrangeiras.” (M/L2/ZU)*

(5) *“outros têm a oportunidade de ouvir francês, inglês... francês também porque fizemos também fronteira com outro país francófono, mas no mínimo é dois idiomas, crioulo e as línguas locais, as línguas étnicas.” (M/L2/ZU)*

(6) *“eu tenho contato com português a partir do ensino formal e a minha língua materna é crioulo.” (F/L2/ZU)*

(7) *“meus pais têm a língua materna, neste caso as línguas étnicas. Por exemplo, meu pai fala três idiomas, fala língua étnica, fala o crioulo e fala português.” (F/L3/ZU)*

(8) *“Mesmo no capital, nem todo mundo fala português. Eu mesmo só aprendi português na escola. Maioria dos guineenses fala crioulo e ainda língua étnica.” (M/L2/ZU).*

Como já mencionado, a convivência com diversas línguas faz parte da realidade do país e se apresenta para os guineenses de forma bastante natural. Na direção dessa naturalidade, Hymes[(2006, p. 30) reforça que “nenhuma pessoa normal, e nenhuma comunidade normal, é limitada a uma única maneira de falar, a uma monotonia imutável que impediria a indicação de respeito, insolência, falsa seriedade, humor, distância de papel e intimidade ao mudar de um modo de falar para outro”⁶¹. O autor ainda acrescenta que “a língua como tal não é equivalente em todos os lugares em função e valor; a fala pode ter escopo e carga funcional diferentes nas economias comunicativas de diferentes sociedades”⁶² (HYMES, 2006, p. 31).

Sobre o *language switching*, muito comum na Guiné-Bissau, apresentamos, a seguir, dois trechos de fala de cidadãos guineenses, ditos na ocasião de nossas entrevistas, os quais exemplificam essa situação:

(9) *“Eu mesma quando minha avó vinha, a gente não falava crioulo, a gente falava a minha língua materna, a minha etnia também, eles têm essas coisas de valorização da língua, etnia Felupe. A minha tia, ela também falava conosco a nossa língua*

⁶¹ Do original: “no normal person, and no normal community, is limited to a single way of speaking, to an unchanging monotony that would preclude indication of respect, insolence, mock seriousness, humor, role distance, and intimacy by switching from one mode of speech to another”. (HYMES, 2006, p. 30). Tradução nossa.

⁶² Do original: “language as such is not everywhere equivalent in role and value; speech may have different scope and functional load in the communicative economies of different societies.” (HYMES, 2006: 31). Tradução nossa.

materna, aí ela ficava mal, por exemplo, se ela falar língua materna e você responder em crioulo, aí ela ficava mal.” (F/L3/ZR)

(10) *“Existe um preconceito, né?! Lá. Se eu falava pepel na vila e foi estudar por exemplo em Bissau, chegando lá e tendo contato com o crioulo a pessoa deixa de falar pepel. Ao voltar para lá, falando crioulo, aí eles vão te achar um estranho, a pessoa que abandonou a sua língua, que tá dando mais atenção ao crioulo.” (M/L3/ZR)*

Os fragmentos apresentados demonstram o que é afirmado por Hymes (2006) quanto às “maneiras de falar” e ao lugar que as línguas ocupam na Guiné-Bissau, cada uma com sua importância e seu valor, a depender do falante e do contexto no qual está inserido.

4.2 OS DADOS DE FALA: EVIDÊNCIAS DA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DO INDIVÍDUO GUINEENSE

No decorrer desta pesquisa, deparamo-nos com falas muito significativas acerca da relação dos colaboradores guineenses com as línguas da Guiné-Bissau (línguas étnicas, guineense e PGB), relação esta baseada no *status* que cada língua ocupa e, para além disso, no lugar por onde circulam e no espaço que preenchem na vida das pessoas daquele país. Tais falas nos permitiram verificar, de forma qualitativa, a relação identitária dos cidadãos com essas línguas que compõem a organização social e a cultura do seu país, bem como a repercussão desse intenso contato linguístico e as implicações na identidade sociolinguística dos guineenses.

A respeito da análise qualitativa, optamos, neste ponto, em utilizar essa abordagem por ser mais apropriada para discutirmos os dados de produção (fala), uma vez que tais dados ofereceram à pesquisa informações relevantes sobre a diversidade linguística da Guiné-Bissau e sobre a constituição identitária dos indivíduos entrevistados, assim como revelaram, de forma pormenorizada, aspectos significativos da relação dos guineenses com as línguas em contato no país e da experiência deles com essa vivência que se lhes apresenta de forma natural. No que tange ao paradigma qualitativo e à sua adequação nesta análise sociolinguística, apoiamo-nos em Hymes (2006, p. 30) quando afirma que

a diversidade da fala tem sido apontada como a marca da sociolinguística. Subjacentes à essa diversidade dentro das comunidades e na conduta dos indivíduos estão relações sistemáticas, relações que, assim como a estrutura social e gramatical, podem ser objeto de investigação qualitativa.⁶³

⁶³ Do original: “*diversity of speech has been singled out as the hallmark of sociolinguistics. Underlying the diversity of speech within communities and in the conduct of individuals are systematic relations, relations that, just as social and grammatical structure, can be object of qualitative inquiry*” (HYMES, 2006: 31). Tradução nossa.

Com um ponto de vista consoante a essa perspectiva, Bagno (2017, p. 391) declara que

as abordagens qualitativas na pesquisa sociológica e **sociolinguística** costumam ser contrastadas com as abordagens **quantitativas**. Enquanto a investigação quantitativa na sociolinguística tende a buscar padrões gerais na distribuição dos fatos linguísticos entre diferentes grupos de falantes ou diferentes **contextos**, a investigação qualitativa se preocupa mais com o exame pormenorizado de instâncias específicas do **uso** da língua pelos falantes⁶⁴. (BAGNO, 2017, p. 391).

Assumimos, com os autores, que esse paradigma atende à realidade desta investigação, uma vez que “as abordagens qualitativas são frequentemente associadas à sociolinguística interacional e à etnografia” (BAGNO, 2017, p. 391); e, no contexto da pesquisa que propusemos, apesar de não termos vivenciado um estudo etnográfico propriamente dito, lançamos esse olhar sobre a realidade linguística examinada.

Acerca da etnografia, tomamos por base os estudos de Hymes (2006) sobre etnografia da fala⁶⁵, considerando que ele intenta propor “uma teoria geral e uma base de conhecimento em que a diversidade de fala, os repertórios e os modos de falar, bem como a possibilidade de escolhas dentro desse universo, apresenta-se de forma natural”⁶⁷, como acontece na Guiné-Bissau com sua realidade essencialmente multilíngue. O autor defende esse ponto de vista uma vez que a relação língua-sociedade é indissociável e que “as relações dentro de uma comunidade particular ou repertório pessoal são um problema empírico os quais exigem um modo de descrição que seja conjuntamente etnográfico e linguístico”⁶⁸ (HYMES, 2006, p. 31).

Com o objetivo de relacionarmos as contribuições de Hymes sobre etnografia da fala e este estudo na área da sociolinguística, torna-se relevante mencionarmos que eventos de fala, aspectos sociais e culturais, considerados naquela, podem justificar alguns usos linguísticos variáveis que constituem objeto de interesse desta. Isto é, tópicos como o *language switching*,

⁶⁴ Grifos em negrito do autor.

⁶⁵ *Ethnography of speaking*.

⁶⁶ Apesar deste estudo não ser propriamente etnográfico, vimos, aqui, uma oportunidade de trazer o assunto e de indicar a possibilidade do desenvolvimento dessa temática em trabalhos futuros, assim como de empreender a realização de investigações de cunho etnolinguístico. Conforme nos esclarece Bagno (2017: 128): “os interesses da etnolinguística incluem os aspectos linguísticos de variedades linguísticas particulares; o léxico de uma língua como reflexo da cultura [...]; a relação entre uso da língua e grupos sociais [...]; atitudes linguísticas; práticas de linguagem em comunidades específicas [...]”. Concordamos com o autor sobretudo quando ele acrescenta que “a etnolinguística, portanto, se intersecciona com a antropologia linguística, com a sociolinguística de modo geral e com a etnografia da fala” (BAGNO, 2017: 128).

⁶⁷ Do original: “a general theory and body of knowledge within which diversity of speech, repertoires, ways of speaking, and choosing among them find a natural place.” (HYMES, 2006: 32). Tradução livre nossa.

⁶⁸ Do original: “a general theory of the interaction of language and social life must encompass the multiple relations between linguistic means and social meaning. the relations within a particular community or personal repertoire are an empirical problem, calling for a mode of description that is jointly ethnographic and linguistic.” (HYMES, 2006: 31). Tradução nossa.

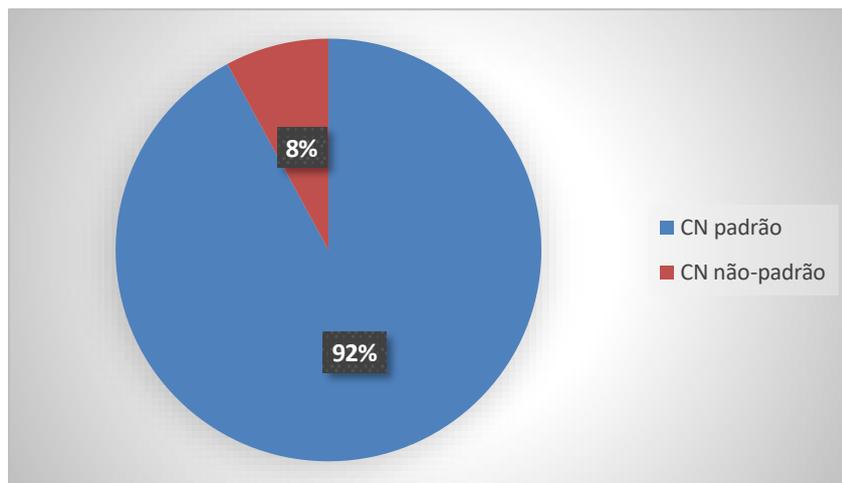
adequados à etnografia da fala, representam uma necessidade de indivíduos que vivem em um ambiente de contato linguístico, o qual, por sua vez, repercute no léxico, na morfossintaxe e em outras áreas de uma língua, constituindo interferência de uma língua sobre outra e ocasionando variação linguística, assunto apropriado à sociolinguística variacionista.

Na realidade da Guiné-Bissau, o *language switching*, o qual consideramos que exerce grande influência no uso da concordância nominal de número no PGB pelos cidadãos guineenses, auxilia-nos a compreender o *continuum* linguístico da língua portuguesa no país. Para voltarmos a discutir esse assunto, retomamos a proposta de Couto e Embaló (2010), os quais defendem que, na Guiné-Bissau, as línguas em contato geram um *continuum* que vai do português lusitano às línguas nativas. Sobre esse assunto, uma vez que conhecemos a relevância do fator “localização geográfica” interferindo no uso do português, assumimos ser esse *continuum* essencialmente geográfico, uma vez que, conforme verificamos, quanto mais próximo das zonas rurais da Guiné-Bissau, maior a incidência de línguas étnicas como L1. Dessa forma, sendo a aquisição do guineense muito frequentemente algo que antecede a aquisição do português, observamos a manifestação linguística guineense em uma transição gradual das línguas nativas até o português, em uma (co)ocorrência que gera interferência de uma língua em outra e, assim, as fronteiras linguísticas mostram-se pouco definidas.

O que defendemos, com isso, é que, por um lado, quanto mais próximo das zonas rurais, mais intenso é o uso das línguas étnicas e mais diversa é a interferência dessas línguas no português. Por outro lado, quanto mais inserido nas zonas urbanas, maior é o uso do guineense e a interferência no português ocorre oriunda de uma língua única que já tem, de certa forma, muito do superestrato português.

Para demonstrarmos essa situação, apresentamos, a seguir, como a regra da concordância nominal de número se apresenta na fala dos estudantes oriundos da zona rural e dos que são oriundos da zona urbana. Como já mencionado anteriormente, neste estudo, mapeamos e contabilizamos as ocorrências de plural nos sintagmas que possuíam, ao menos, um elemento pluralizado, para verificar a tipologia da regra. Ao todo, extraímos 5215 sintagmas nominais plurais, sendo, desses, 2921 (56%) dos participantes da zona urbana, e 2294 (44%) dos participantes da zona rural. Desse quantitativo, observamos, de forma geral, que 4804 sintagmas (92%) apresentavam a concordância padrão, enquanto 411 (8%) apresentavam a concordância não-padrão, conforme apresentado no Gráfico 6, a seguir:

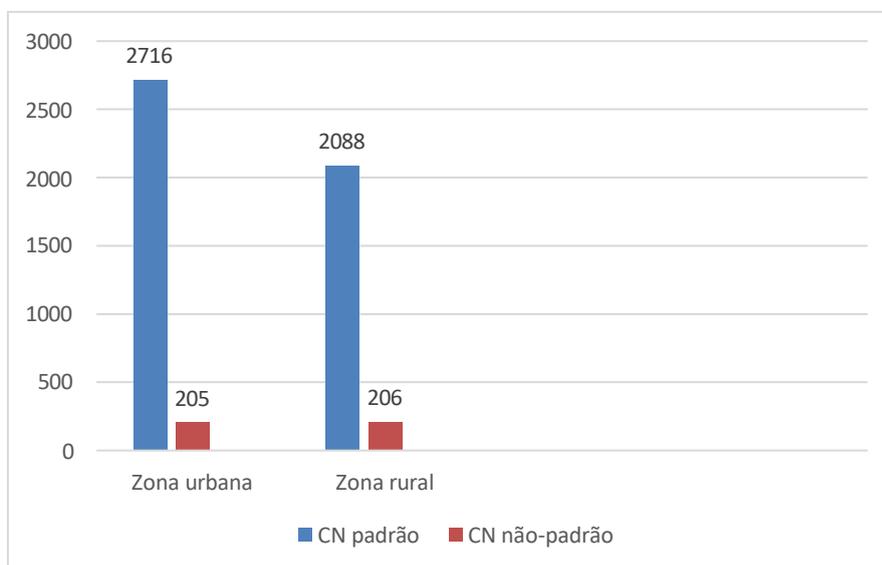
Gráfico 6 - Percentual de +CN e de -CN nos dados de fala



Fonte: A Autora (2023).

Verificamos, ainda, como se comportava a regra de concordância, tomando por base, especificamente, a variável “localização”, e obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 7 - Quantitativo de +CN e -CN tomando por base a localização



Fonte: A Autora (2023).

Como vimos, do total de sintagmas analisados, 4804 (92%) apresentaram a concordância padrão, enquanto 411 (8%) apresentaram a concordância não-padrão. Desses, observamos, ainda, como se caracterizava o uso da concordância, separadamente, na zona urbana e na zona rural, e percebemos um quantitativo de 2716 (93%) com a forma +CN para os sintagmas oriundos de colaboradores da zona urbana, e de 205 (7%) com a forma -CN. Em

relação aos participantes oriundos da zona rural, verificamos que 2088 (91%) apresentava a forma +CN e 206 (9%) continha a forma -CN.

A seguir, apresentamos alguns exemplos dos sintagmas nominais que demonstram o uso da concordância padrão (cf. (11)) e não-padrão (cf. (12)), produzidas por guineenses oriundos da zona urbana e da zona rural da Guiné-Bissau:

(11) a. *“apesar de algumas situações neste caso como, por exemplo, tem que montar a tenda por causa de mosquito”.* (F/L3/ZR)

b. *“meu bairro tinha problema com energia, né? Porque energia é um pouco caro. Nem todas as pessoas têm condições de pagar energia”.* (F/L2/ZU)

c. *“minha mãe sempre falava: é melhor você deixar o celular porque os bandidos aqui podem assaltar”.* (M/L2/ZU)

d. *“Sou solteiro ainda, ainda não tenho os filhos”.* (M/L3/ZR)

(12) a. *“Muitas pessoas preferem que os seus filhos estudassem na escolas privadas”.* (M/L3/ZU)

b. *“Há muita religiões aqui, em Guiné-Bissau”.* (F/L3/ZR)

c. *“o meu colegas, nós estudávamos juntos, ele veio para aqui e conseguiu a bolsa, ele me explicou e eu disse: eu vou para o Brasil”.* (M/L2/ZU)

d. *“sabemos que tem as diferente famílias, né? Eu posso dizer que estudei educação social, tipos de família”.* (F/L3/ZU)

Com base nesses resultados, constatamos que, nos dados de fala analisados neste estudo, a tipologia da regra de concordância apresenta-se como variável, tanto nos resultados globais, envolvendo todos os sintagmas, sem distinção de nenhuma variável, quanto nos dados específicos que tomaram por base a localização.

Ainda sobre a análise dos dados de produção, tentamos controlar variáveis como etnia; nascimento/residência em zona rural ou urbana; línguas dominadas; e status do PGB para si (se L1, L2, L3 ou outra). Tais variáveis contribuíram para que pudéssemos estratificar socialmente os sujeitos da amostra utilizada na pesquisa, etapa comum na metodologia de pesquisas sociolinguísticas e que encontra suporte, também, na Psicologia Social.

A seguir, apresentamos trechos de falas guineenses acerca da interferência das línguas nativas e do guineense no uso do português, que aparenta possuir características próprias justamente por conta desse intenso contato linguístico:

(11) *“Observo que tem características próprias. Essas características vêm através das transferências linguísticas, que sempre as pessoas transferem aquilo que falam da outra língua, e das nossa línguas maternas principalmente transferimos, né?! Na forma de estruturação das palavras. Fazemos essa transferência porque fazemos a*

tradução direta da outra língua para o português, isso que dá a características do português da Guiné-Bissau, faz com que seja diferente do outros português. O português da Guiné tem a sua própria estrutura que é um pouco diferente das outras.” (M/L3/ZR)

(12) *“Eu tou falando português, aí chega o crioulo, mistura às vezes. Tem isso... é reprimido... se você falar aí usando termos locais vai parecer que você não sabe, mas não tem a ver com isso”(M/L3/ZU)*

(13) *“Existe mistura agora porque dantes quando eu era mais pequena... existe agora algumas palavras que eu ouço as pessoas falarem lá das línguas étnicas que não ouvia antes, né, isso por causa das interferências tanto do crioulo tanto do português.” (F/L3/ZR)*

(14) *“A diferença do português que tá as pessoas escolarizadas, as pessoas que foram à escola, já sabem ler, já sabem falar um pouco do português. Essa pessoa quando vai para o interior para falar a língua étnica, nesse momento da fala, a fala dessa pessoa interfere o português ou o crioulo mesmo e algumas palavras que a pessoa costumava chamar da língua étnica, da língua local, agora maioria das gentes chama essas palavras, essas coisas, em português ou em crioulo.” (F/L3/ZR)*

Segundo Timbane e Manuel (2018, p. 107), “as línguas europeias se enraizaram em África e adquiriram novas identidades de tal forma a que possamos afirmar que o português angolano, por exemplo, é uma língua angolana de origem europeia”. Nessa perspectiva, assumimos, com os autores, que situação semelhante ocorre com o PGB, uma vez que este recebe influência direta do guineense e das demais línguas étnicas do país, adquirindo características próprias advindas do contexto sociolinguístico em que está inserido. Diante desse cenário, os autores questionam:

Em que perspectiva a denominação “crioulo de base portuguesa” foi imputada? É que diversas descrições do crioulo provaram claramente que, o que o crioulo tem cunhado do português de maior expressividade é **apenas**⁶⁹ o léxico. Mas também, a chegada do léxico não é caótica ou abstrata. O léxico é rebatizado⁷⁰ fonético e semanticamente⁷¹. O rebatismo acontece por necessidade de integração linguística que ocorre em todas as línguas e isso está previsto no sistema linguístico. (TIMBANE; MANUEL, 2018: 113).

Nessa discussão, os autores elencam diversos aspectos que devem ser observados para que se compreenda o lugar do PE na constituição do PGB e, ainda, na constituição do próprio guineense, chamando a atenção para a relevância das línguas étnicas nesse processo:

⁶⁹ Grifo em negrito dos autores.

⁷⁰ Ao tratarem desse rebatismo, os autores também discutem o processo de relexificação proposto por Couto (2002) e Lefebvre (2004).

⁷¹ Acrescentamos, ainda, a possibilidade de haver uma espécie de rebatismo morfossintático, visto que consideramos a interferência da morfossintaxe do guineense e das línguas étnicas no uso do português de forma geral e na ocorrência da concordância nominal de número, fenômeno sobre o qual nos debruçamos neste estudo.

o fato de língua materna dos africanos ter sido importante e básica para a formação do crioulo, o que significa que na descrição etimológica do crioulo não apenas devemos valorizar a contribuição lexical do português, mas também estudar a contribuição das línguas africanas faladas pelos povos que constituíram o crioulo; e (...) o fato de que a base de língua não é apenas o léxico, por isso, devemos analisar outros elementos que fazem parte da base de uma língua para chegarmos à conclusão sobre a base de um crioulo. (TIMBANE; MANUEL, 2018: 115)

O fragmento, a seguir, extraído de uma das entrevistas, considera a influência de uma língua nativa da Guiné-Bissau, a mandinga, na variedade guineense do português:

(15) *“e também nesses grupos étnicos que cada um fala sua língua tem ainda o crioulo. Tem o crioulo que tem a base, segundo dizem, né, que tem a base lexical do português, mas que a estrutura propriamente do crioulo é parecido com a mandinga. A forma como empregamos as palavras no crioulo, os mandingas também são às vezes a mesma forma que eles empregam as palavras, muito embora são palavras diferentes, mas de mesma estrutura.” (M/L3/ZR)*

O posicionamento menos prestigiado (*low*-baixo, nos termos de PETTER, 2015, p. 200) das línguas nativas frente ao PE parece estar relacionado ao fato de as línguas étnicas serem de tradição oral e, portanto, falharem em desenvolvimento de sistema de escrita, de léxico e de gramática. No entanto, assumimos, com Timbane e Manuel (2018, p. 108), “que não existe uma língua com léxico nem gramática incompletas”. Para os autores, “o crioulo hoje não tem nenhuma limitação de âmbito linguístico. É uma língua completa, com a sua própria gramática e especificidades tal como acontece com qualquer outra língua natural do mundo” (TIMBANE e MANUEL, 2018, p. 109).

A diversidade linguística na Guiné-Bissau se apresenta de maneira tão complexa que obtivemos relatos tanto da estrutura definida de cada língua étnica quanto de variedades dentro de uma mesma língua étnica:

(16) *“Guiné tem praticamente mais de 20 grupos étnicos e cada grupo étnico tem a sua própria língua e cada língua tem a sua estrutura”. (M/L3/ZU)*

(17) *“Cada grupo étnico tem sua variedade da fala, e tem variedade dentro dessa própria língua. Por exemplo, fula, dentro da Guiné tem 3 variedades de fula; beafada, 2 variedades; bijagó tem 2 variedades... todas línguas étnicas assim têm as suas variedades, mas todos são mesma língua.” (M/L3/ZU)*

(18) *“Mesmo nas cidades lá em Guiné, existe diferença por causa da diversidade étnicas.” (M/L3/ZR)*

Frente a um perfil linguístico diverso, torna-se muito desafiador compreender a identidade linguística do cidadão guineense, não obstante, verificamos características dessa construção identitária a partir da sua fala, enfatizando, inúmeras vezes, a importância das

línguas étnicas e do guineense na Guiné-Bissau, inclusive como mediadoras do ensino-aprendizagem do português:

(19) *“o português é mais usado nas instituições, locais mais formais... e mesmo nas escolas, as pessoas usam crioulo. Apesar tem essa obrigação como língua oficial, né?! Mas, as conversas corriqueiras são em crioulo, é inevitável”.* (F/L2/ZU)

(20) *“os materiais didáticos não contemplam a realidade dos educandos, é uma mudança meio que brusca de um lado para outro. Por exemplo, eu, para entender uma coisa muito bem em português, preciso ter vocabulário em crioulo, preciso entendê-lo em crioulo, assim, para reter isso. Uma vez tava falando com meu colega aí que está fazendo Letras, eu falei para ele: o que significa ‘subestimar’? não é que eu não saiba a palavra, mas eu quero ter vocabulário em crioulo, aí ele me falou palavra no crioulo, aí ficou a compreensão da palavra”.* (M/L2/ZU)

(21) *“Na vila onde eu nasci nós falamos pepel, então ao nascer você entra em contato logo com língua pepel, porque nessa região a maioria só vive os pepeles. Depois, quando eu ingressei na escola, comecei a ter contato não com o português, porque os professores que dão as aulas às vezes têm dificuldade com o português, então, às vezes acham que para melhor compreensão é melhor utilizar o crioulo, então eles explicam em português, português, português e começam a perceber que aquelas pessoas estão com dificuldade de entender, então eles colocam o crioulo para melhor compreensão.”* (M/L3/ZR)

(22) *“o contexto do português fica restrito somente àquele espaço, escola. Quando eu voltar para casa, os meus pais não falam português comigo, é crioulo. Eu diria que a língua, a forma de comunicar é cultural, é identidade”.* (F/L2/ZU)

Diante dessas falas, é notório como há uma relação identitária dos guineenses com suas línguas étnicas, com o guineense e como o português existe nesse contexto. Todavia, é relevante destacarmos que, na amostra de cidadãos guineenses que entrevistamos, muitos deles reconheceram a importância do português para o desenvolvimento da Guiné-Bissau e para as relações exteriores (internacionais), e o ensino bilíngue (português-guineense) foi, praticamente, uma unanimidade entre os respondentes. Isto é, eles reconhecem a importância do português mas também têm clareza do valor linguístico e cultural tanto do guineense quanto das demais línguas nativas do país, conforme vemos nos fragmentos a seguir:

(23) *“eu acho que é uma necessidade adotar o ensino bilíngue na Guiné-Bissau, é uma necessidade urgente.”* (M/L2/ZU)

(24) *“eu não sou especialista em educação, mas eu falo na base da minha perspectiva... (...) Se formos ver o percurso como o crioulo surgiu como língua franca na Guiné-Bissau, como língua nacional, língua de unidade nacional, vamos perceber que a adoção da língua, a instituição da língua portuguesa como única língua de ensino e aprendizagem é um erro gravíssimo, gravíssimo.”* (M/L2/ZU)

(25) *“Guiné-Bissau não é só capital Bissau. Tem pessoas ali na Guiné-Bissau que não têm crioulo como língua materna nem português, nem sabe o que é português”* (M/L3/ZR)

(26) “o ensino no seu todo seja bilíngue ou multilíngue, né? Porque também existem outras localidades que têm pessoas que nem sabe falar o crioulo, só fala sua língua étnica.” (F/L3/ZR)

(27) “como o crioulo é língua de unidade nacional falada pelos guineenses majoritariamente, é uma necessidade urgente adotar o ensino bilíngue na Guiné-Bissau por causa de contexto escolar que é multilíngue.” (M/L2/ZU)

(28) “ensino bilíngue é uma necessidade do ensino guineense, é uma necessidade urgente para minimizar o dilema enfrentado pelos professores e alunos na sala de aulas.” (M/L3/ZU)

Outra situação que demonstra a relação identitária dos guineenses com suas línguas étnicas e com o crioulo é mostrada nos fragmentos a seguir:

(39) “Na maioria das escolas é assim: dentro da sala de aulas só é permitido falar o português. Não pode falar crioulo, não pode falar língua étnica. Existe também algumas escolas que nem no recinto podem falar o crioulo. A pessoa não pode falar outra língua no recinto escolar a não ser português porque se falar vai sofrer castigo ou vai pagar uma multa. Mas pode sair do recinto da escola, todo mundo vai encontrar falando crioulo, falando línguas étnicas, até o outro dia retornar para a escola.” (M/L3/ZU)

(30) “Eu cresci, aprendi falar crioulo, depois na escola aprendi falar português. É minha cultura, minha vivência. Às vezes, tem o intervalo, tem o momento dos alunos, que a gente fala crioulo.” (F/L2/ZU)

(31) “temos também essa expressões na Guiné-Bissau, por exemplo, ao dizer para você ‘toca-toca’, toca-toca é um veículo de transporte na Guiné-Bissau, toca-toca... aí não tenho como mudar isso em Português, é toca-toca mesmo, variedades étnicas, né? (M/L2/ZU)

(32) “A língua fula eu falo sempre quando estou em casa com a família e também quando encontrar outra pessoa, um amigo ou outro parente ou outra pessoa que são aí da mesma etnia. Aqui na universidade, tem alguns fulas aqui. Quando encontro com eles, prefiro em vez de falar português e falar crioulo, falo em fula com eles.” (F/L3/ZR)

(33) “eu mesmo aqui no Brasil falo mais crioulo do que português, a gente mora aí entre nós, guineenses”. (M/L2/ZU)

Nos fragmentos apresentados, verificamos, claramente, que existe uma preferência pelas línguas nativas da Guiné-Bissau, preferência que é, inclusive, comparada ao modo como o brasileiro se relaciona com o português:

(34) “Quando percebo na sala de aulas, o brasileiro fala mais à vontade, fala o português com mais liberdade em relação a nós guineense, né? Isso entendo... porque não é nossa língua que a gente considera que costumamos a falar. Às vezes, encontramos dificuldades no jeito de falar, na forma de falar, mas, falamos, né?!” (F/L3/ZR)

Neste ponto, retomamos o que defendem Lambert; Lambert ([1966] 1981) sobre as possibilidades de uso da língua, seja mais instrumental (para situações como estudo e trabalho, por exemplo) seja mais integrativo (em circunstâncias mais cotidianas), e corroboramos o nosso posicionamento sobre a repercussão do contato linguístico e as implicações desse contato na identidade sociolinguística do indivíduo guineense. Ou seja, considerando a representatividade que uma língua étnica possui junto a um grupo étnico na Guiné-Bissau ou, ainda, o quanto representa a língua guineense para a população guineense de forma geral, verificamos como se caracteriza a identidade linguística do indivíduo, que tanto busca preservar uma herança linguístico-cultural quanto representa o pertencimento à comunidade de fala.

CAPÍTULO 5: Proposta de análise e de discussão: as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número

Antes de iniciarmos a análise dos dados obtidos pelo teste de percepção sobre o uso da concordância nominal de número, vale referirmos que esse teste contém não só afirmações, em sua maioria, acerca do PGB, mas também sobre o PB e o PE. Em adição, são apresentadas sentenças em que esse fenômeno linguístico ocorre. Muitas dessas sentenças tinham sido transcritas dos dados de escrita coletados por Paraiso (2019), no entanto, quando dos primeiros encontros com os colaboradores guineenses a serem entrevistados, decidimos extrair algumas sentenças produzidas por eles, em suas falas, e acrescentamos ao teste, de modo que tivéssemos frases produzidas em situações de escrita e de fala.

Outra razão pela qual adicionamos sentenças obtidas da fala dos guineenses nas entrevistas reside no fato de que, assim, eles poderiam identificar-se com determinadas frases, gerando um sentimento de familiaridade e, dessa forma, diminuiria o grau de monitoramento do contexto, uma vez que eles poderiam imaginar-se na situação de produção daqueles dados, conforme previram Lambert; Lambert ([1966] 1981, p. 103): “As pessoas que estão sendo examinadas devem imaginar-se em ambientes sociais específicos e dar informação a respeito de seus sentimentos, pensamentos e modos prováveis de comportamento em tais ambientes”.

Feitos tais esclarecimentos, informamos, ainda, que este capítulo apresentará, inicialmente, uma proposta descritiva e, em seguida, uma análise estatística, tomando por base a rodada dos dados no programa *Jasp*, uma vez que este nos disponibiliza testes que oferecem resultados tanto descritivos quanto estatísticos (ANOVA).

A análise descritiva centra a atenção no comportamento dos dados tal como eles se apresentam espontaneamente na amostra observada, e têm a finalidade de permitir que façamos um desenho do comportamento linguístico dos participantes. O recurso da descrição também foi amplamente utilizado por Labov ([1972] 2008), quando ele observou, diretamente, a ocorrência de uma mudança sonora na comunidade da ilha de Martha's Vineyard, em Massachusetts. O autor defende que o estudo detalhado da configuração de determinada mudança sonora permite-nos encontrar uma explicação específica para o caso (LABOV, [1972] 2008, p. 45).

A análise estatística, por sua vez, possibilita que observemos a frequência de alguns eventos, utilizando um valor α (alfa) predeterminado como referência para analisarmos o comportamento da amostra. Conforme observado por Pereira (2021, p. 100), o valor α é de 0,05 nas ciências humanas, número que também consideraremos nesta pesquisa linguística. Dito

isso, esclarecemos que o teste estatístico (ANOVA) oferece um valor “p” representativo da amostra analisada, o qual comparamos ao valor α preestabelecido, atestando a hipótese nula (de que não há diferença entre os grupos comparados) ou assumindo uma hipótese secundária (de que há diferença entre os grupos), conforme explicado por Pereira (2021, p. 100-101):

A Hipótese Nula (H0) afirma que o resultado não é diferente do acaso (...). Quando a H0 não é atestada assumimos uma hipótese secundária (H1), em que é defendido que há diferença entre os grupos ou que há associação entre as variáveis. Assim, na comparação entre o p-valor obtido com o teste e o valor de α assumido pelo pesquisador, se o p-valor obtido for menor que o valor de α ($p < 0,05$), rejeitamos a hipótese nula; já se o p-valor obtido for maior ou igual ao valor de α ($p > 0,05$), falhamos em rejeitar a hipótese nula.

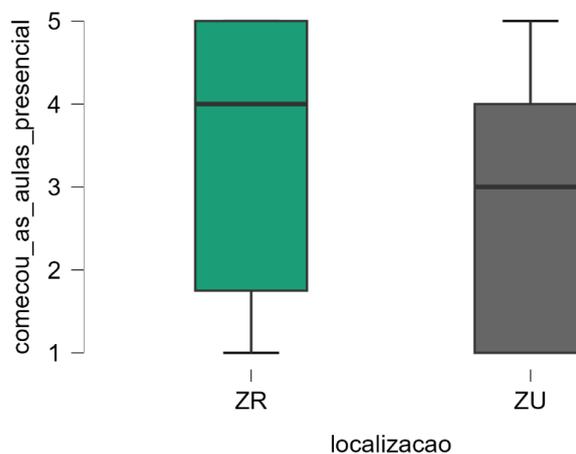
Isto posto, iniciaremos nossa discussão com a análise descritiva, acerca da percepção dos participantes acerca do fenômeno da concordância nominal de número.

5.1 A ANÁLISE DESCRITIVA

Conforme previamente estabelecido, nesta seção, empreenderemos a análise descritiva dos dados obtidos através do teste de percepção aplicado neste estudo.

Para dar início à explanação desses dados, apresentamos as figuras a seguir, obtidas do programa *Jasp*. A Figura 16, por exemplo, traz uma sentença que, facilmente, pode ter sido identificada pelos participantes guineenses, considerando que houve um tempo de aulas remotas e que, na ocasião das entrevistas, as aulas presenciais tinham acabado de ser retomadas. Essa sentença apresenta um uso não padrão da concordância nominal, cuja pluralização dos elementos discutiremos adiante:

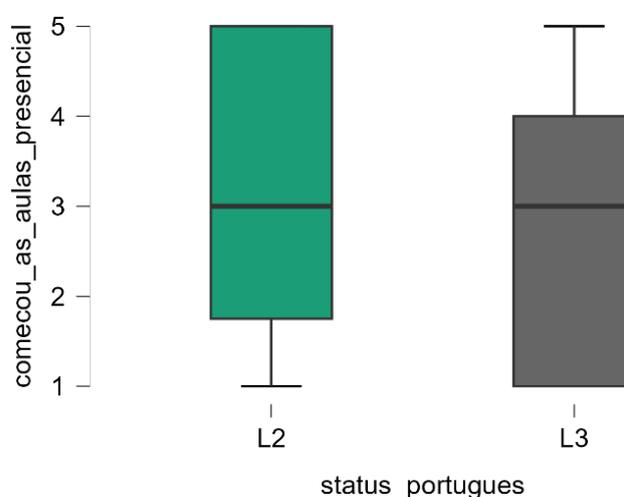
Figura 16 – percepção para a sentença “começou as aulas presencial” pela localização



Fonte: A Autora (2023).

Na figura apresentada, vimos que a média das repostas dos participantes residentes em zonas rurais da Guiné-Bissau centrou-se no ponto 4 em um intervalo que variou do ponto 2 ao ponto 5. Isso significa dizer que, em geral, os guineenses avaliaram a correção gramatical da sentença como “parcialmente boa”, o que constitui um julgamento positivo para uma forma não padrão de uso da concordância nominal de número. Para essa mesma sentença, verificamos, também, a percepção dos participantes a partir do recorte “*status* do português” e obtivemos a seguinte resposta do *Jasp*:

Figura 17 - percepção para o sintagma: “as aulas presencial” pelo status do português

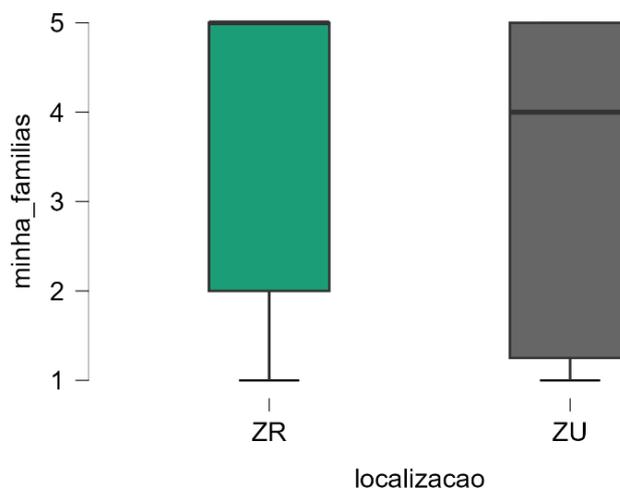


Fonte: A Autora (2023).

Na Figura 17, a mediana das repostas centrou-se no ponto 3 tanto para os participantes que declararam ter o português como L2, quanto para aqueles que declararam tê-lo como L3. Em ambos os casos, portanto, a avaliação média mostrou-se neutra/indiferente. Apesar disso, o intervalo de repostas variou de forma diferente, tendo sido do ponto 2 ao ponto 5, ou seja, com avaliações de “totalmente boa” (ponto 5) para aqueles com português L2; e do ponto 1 ao ponto 4, isto é, com repostas de “totalmente ruim” (ponto 1) em relação à correção gramatical da sentença, apresentada para os participantes que tinham o português como L3. Em síntese, as avaliações divergiram nos dois extremos para cada um dos grupos de acordo com o *status* do português.

Dando continuidade à descrição dos resultados desta pesquisa, expomos as Figuras 18 e 19, a seguir, com o julgamento dos participantes sobre os sintagmas “minha famílias” e “sala da aulas”:

Figura 18 - percepção para o sintagma: “minha famílias” pela localização



Fonte: A Autora (2023).

Na Figura 18, observamos que, tanto para participantes oriundos de zonas rurais quanto de zonas urbanas, a avaliação mostrou-se positiva para a forma -CN no sintagma “minha famílias”. Apesar dos julgamentos terem variado entre os pontos 2 e 5 para ZR e (acima de) 1 e 5 para ZU, a mediana centrou-se no ponto 5 e no ponto 4 para cada uma das situações, respectivamente, caracterizando um resultado positivo e demonstrando que os participantes consideraram a sentença total ou parcialmente boa do ponto de vista da correção gramatical. Atribuímos esse resultado à possível interferência do guineense no uso do PGB, sobretudo porque o padrão de pluralização observado na sentença apresenta uma estrutura semelhante à mostrada por Silva; Carvalho (2018:16), em que somente o núcleo do sintagma recebeu a marca morfológica de plural na construção “*Nha ermons*” (meus irmãos), conforme mostrado no Quadro 9:

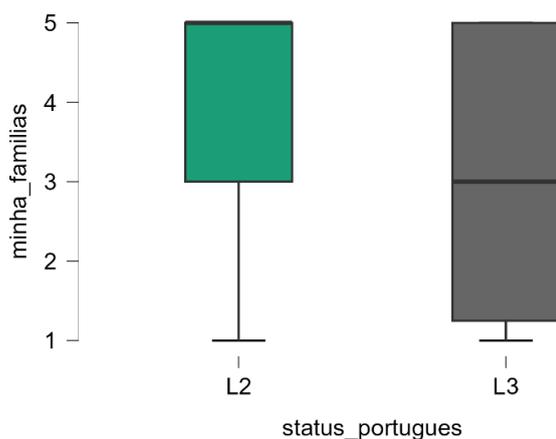
Quadro 9 - breve comparação da pluralização com possessivo em guineense e em PGB

	Guineense	Português
Singular	<i>Nha ermon</i>	Meu irmão
Plural	<i>Nha ermons</i>	Meus irmãos

Fonte: adaptado de Silva; Carvalho (2018, p. 16).

A esse resultado podemos acrescentar, mais uma vez, o fato de que o português costuma ser L3 para indivíduos de zonas rurais e L2 para aqueles de zonas urbanas, conforme observamos nos dados desta pesquisa e apresentamos nos Quadros 7 e 8, em que o maior número de participante de PGB como L3 era oriundo da zona rural.

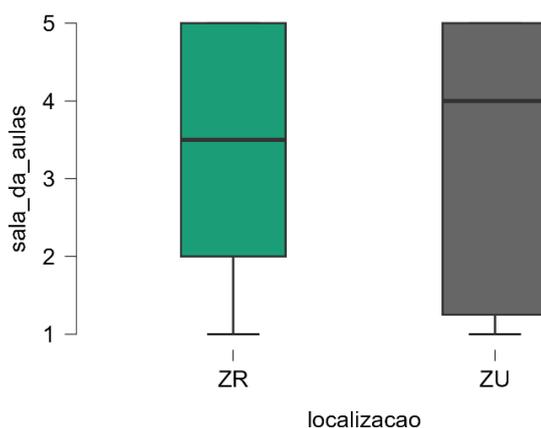
Figura 19 - percepção para o sintagma: “minha famílias” pelo status do português



Fonte: A autora (2023).

No caso da Figura 19, vimos que, para os participantes que indicaram ter o português como L2, o intervalo de respostas variou entre o ponto 3 e o ponto 5, ficando a mediana centrada no ponto 5, o que indica uma avaliação predominantemente positiva, considerando que houve dois tipos de respostas positivas (pontos 4 e 5) para somente uma neutra (ponto 3). Já para os indivíduos que disseram ter o português como L3, o intervalo de respostas passou por todos os pontos possíveis e teve a mediana centrada no ponto 3, neutro, o que pode estar relacionado ao menor contato com o português, considerando a preferência de uso no dia a dia por uma língua étnica ou pelo guineense.

Figura 20 - percepção para o sintagma: “sala da aulas” pela localização

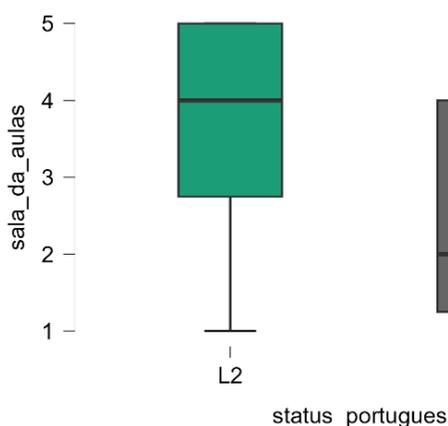


Fonte: A autora (2022).

Acerca do sintagma “sala da aulas”, obtivemos, através do *Jasp*, conforme verificamos na Figura 15, uma avaliação semelhante. Para os participantes oriundos de ZU, a mediana ficou centrada no ponto 4, indicando um julgamento positivo, embora as respostas tenham variado

entre as proximidades do ponto 1 e o ponto 5. Os participantes de ZR, por sua vez, realizaram avaliações que variaram entre os pontos 2 e 5, com a média um pouco acima do ponto da neutralidade. Da mesma maneira que, no sintagma discutido anteriormente (“minha famílias”), trata-se de um uso não padrão que não foi avaliado negativamente por nenhum dos grupos.

Figura 21 - percepção para o sintagma “sala da aulas” pelo status do português



Fonte: A autora (2023).

Com relação à Figura 21, o resultado obtido nos apresenta, para os participantes de português L2, um intervalo entre os pontos 3 e 5 para as avaliações, com a mediana centrada no ponto 4. Para os participantes de português L3, por sua vez, o resultado apresentado traz respostas num intervalo próximo do ponto 1 até o ponto 4, com mediana centrada no ponto 2.

Na sentença avaliada nesses gráficos, observamos que não houve concordância nominal de número entre todos os elementos do sintagma e que a escolha foi por pluralizar somente o nome que correspondia ao núcleo. Essa situação pode demonstrar a forma como repercute o contato linguístico do PGB com o guineense, considerando que, nessa língua, quase não há marca morfológica de plural e, quando há, somente o núcleo do sintagma é que costuma apresentar esse tipo de pluralização. A exceção é se houver um elemento quantificador que já presuma o plural. Nesse caso, o nome permanece no singular, conforme vemos exemplificado no Quadro 10, com a construção “*Bai cumpra 5 pom*” (“vai comprar 5 pães”):

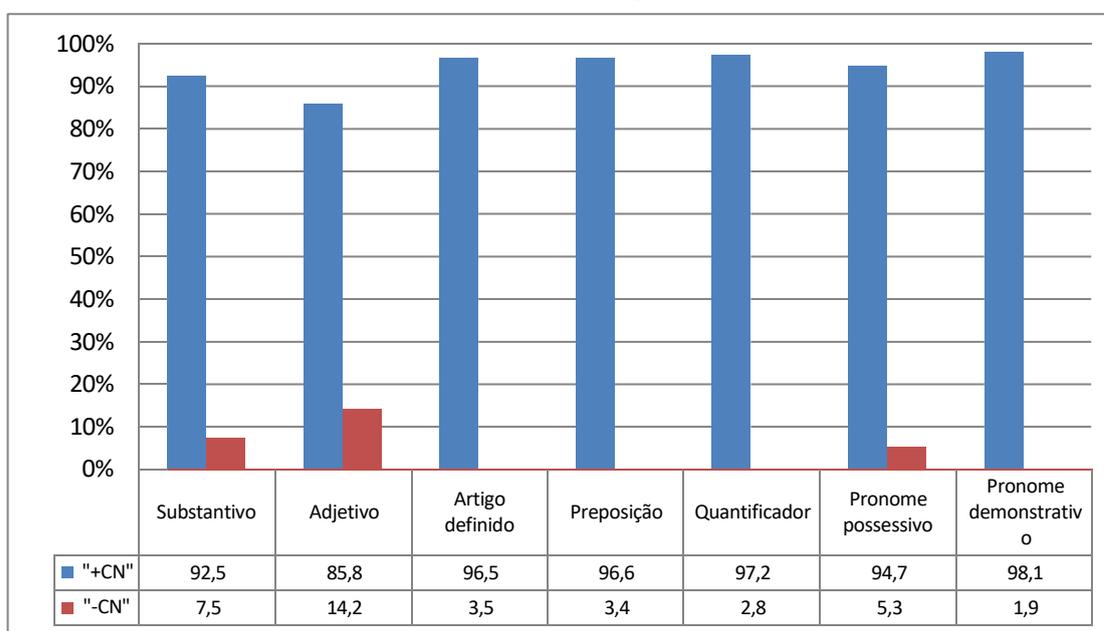
Quadro 10 - breve comparação da pluralização com quantificador em guineense e em PGB

Singular	<i>Bai cumpra 1 pom</i>	Vai comprar 1 pão
Plural	<i>Bai cumpra 5 pom</i>	Vai comprar 5 pães

Fonte: adaptado de Silva; Carvalho (2018, p. 16).

Com a intenção de observarmos o comportamento da pluralização de classes gramaticais específicas no uso do PGB, retomamos o trabalho de Paraiso (2019) cujo foco centrou-se também no sintagma nominal e teve como variável dependente a concordância de número. Na pesquisa mencionada, foram analisadas tanto a aplicação da regra de concordância nominal de número (presença do morfema de plural), quanto a não-aplicação dessa regra (ausência do morfema de plural) (PARAISO, 2019: 67). Para tanto, a pesquisadora utilizou como variáveis linguísticas, entre outros aspectos, a classe gramatical do elemento nominal. O gráfico a seguir mostra os percentuais encontrados nos dados de escrita obtidos de cidadãos guineenses:

Gráfico 8 - percentual de +CN e -CN nos dados de Guiné-Bissau, tomando por base a classe gramatical



Fonte: Paraiso (2019, p. 96).

Esse gráfico exhibe os percentuais obtidos para aplicação da regra de concordância (+CN) e para não aplicação dessa regra (-CN), através da rodada de dados no programa computacional *Goldvarb-X*, nos dados de escrita (redações de vestibular) de estudantes guineenses, para cada uma das classes gramaticais analisadas. Observem-se alguns exemplos extraídos de Paraiso (2019, p. 67-68):

- Substantivo
 - (1) cada etnia fala as suas línguas maternas
 - (2) pessoas de outras religião
 - (3) a Guiné-Bissau envia os seus jovens para fora do país

- Artigo definido
 - (4) começou as aulas presencial
 - (5) os nossos alunos falam crioulo

- (6) eles falam as línguas locais
- Quantificador
 - (7) tem alguns parte negativo
 - (8) alguns problema de queda do governo
 - Preposição (ainda que com artigo pluralizado contraído a ela)
 - (9) aprendi português com o professor na sala da aulas
 - (10) tem que considerar a complexidade dos grupos étnicos
 - (11) tem muito problema nas escolas
 - Adjetivo
 - (12) os pontos negativo do lugar
 - (13) não é caro comprar nos mercados guineense
 - (14) as línguas dialéticas são importantes
 - (15) fala-se português nos países africano colonizado
 - Pronome demonstrativo
 - (16) tem que melhorar esses setores da sociedade
 - Pronome possessivo
 - (17) nosso próprios dirigentes não cuidam do país
 - (18) cada etnia fala as suas línguas maternas
 - (19) quero rever minha famílias
 - (20) nos seus próprios país

Nos exemplos apresentados, temos algumas ocorrências em que a regra de concordância foi aplicada (com marca morfológica de plural em todos os elementos necessários no sintagma) e, também, casos em que a regra não foi aplicada. Tais sentenças estavam contidas no teste de percepção que aplicamos e a maioria delas foi produzida pelos próprios guineenses durante as entrevistas. Sobre esse teste, uma vez que gostaríamos de observar a avaliação subjetiva dos participantes em sentenças escolhidas a partir de características como a observação da pluralização de classes gramaticais diversas, conforme realizado em Paraiso (2019), apresentamos, nas seções seguintes, o resultado do julgamento feito pelos guineenses de acordo com sua localização geográfica e o *status* do português.

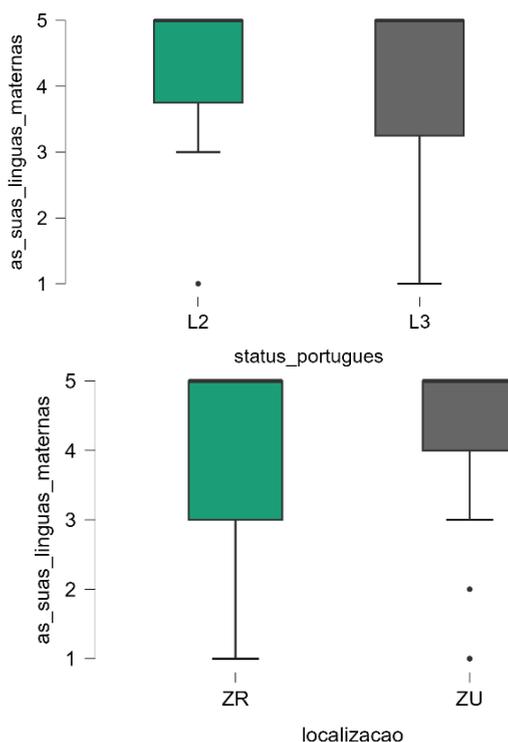
5.1.1 A percepção dos guineenses com referência à sua localização geográfica e ao *status* do português

Conforme iniciado na seção anterior, nesta parte do estudo apresentamos o resultado⁷² da avaliação subjetiva dos cidadãos guineenses para um dos itens de testagem que controlamos, a saber: a correção gramatical.

⁷² Reiteramos que se trata de uma análise descritiva e que, portanto, as respostas não têm um tratamento estatístico. A análise estatística também foi realizada neste estudo, mas será mostrada mais adiante.

Optamos por iniciar a explanação com o item de testagem “correção gramatical” para dar continuidade à discussão proposta anteriormente, uma vez que as sentenças apresentadas contêm elementos significativos das classes gramaticais para a observação da avaliação dos participantes.

Figura 22 - percepção para o sintagma “as suas **línguas** maternas”



Fonte: A Autora (2023).

Na Figura 22, temos a percepção dos guineenses para uma sentença em que a regra de concordância foi aplicada de forma padrão (+CN). Como vimos, a avaliação foi predominantemente positiva, uma vez que a mediana de ambos os grupos se centrou no ponto 5 de uma escala que continha, nas posições extremas, o valor “totalmente bom” (ponto 5) e totalmente ruim (ponto 1), passando pelos pontos 4- parcialmente bom; 3- posição de neutralidade; e 2- parcialmente ruim.

Nesse teste, o intervalo de respostas divergiu um pouco em intervalo, apesar da mediana ter ficado centrada no mesmo ponto 5. Para o grupo da ZU, houve, ainda, dois *Outliers*⁷³ no grupo, os quais “são pontos de dados que estão anormalmente fora de todos os outros pontos de dados” (GOSS-SAMPSON, 2021, p. 25), ou seja, constituem avaliações isoladas em pontos

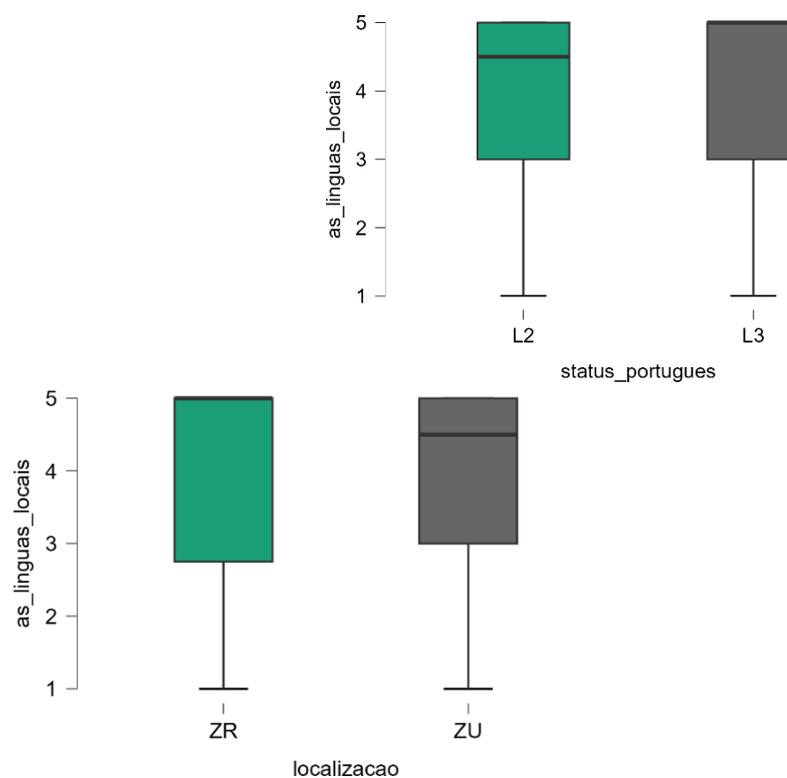
⁷³ “Pontos fora da curva”. Tradução nossa.

diferentes daqueles do intervalo maior de respostas obtidas. Sua presença pode se dar por diversas razões, entre elas, o fato de que “mesmo em conjuntos de dados normalmente distribuídos, dados discrepantes podem ser esperados para grandes tamanhos de amostra e não devem ser automaticamente descartados se for o caso” (GOSS-SAMPSON, 2021: 27). Para o grupo que indicou ter o português como L2, visualizamos uma resposta posicionada no ponto 1 da escala, diferindo das demais respostas e caracterizando um *outlier*. Além disso, outro resultado relevante que observamos foi o intervalo de respostas dos indivíduos da ZR, o qual se mostrou semelhante ao dos indivíduos de português como L3; enquanto o intervalo dos participantes da ZU foi parecido com o do grupo que indicou ter o português como L2, inclusive, com a presença de distorções. Esse resultado ratifica o fato de que, geralmente, os guineenses oriundos de zonas rurais têm o português como L3 e, aqueles oriundos de zonas urbanas, costumam ter o português como L2.

Quanto à avaliação da sentença, com a presença do morfema de plural em todos os elementos do sintagma e com atenção voltada para o núcleo (substantivo), vimos que esse resultado vai ao encontro daquele apresentado por Paraiso (2019: 96), uma vez que o percentual de +CN para a classe gramatical “substantivo” ficou em 92,5%, o que pode indicar certa familiaridade com a pluralização deste elemento no sintagma, visto que o julgamento dos participantes foi predominantemente positivo.

Na Figura 23, a seguir, mostramos a percepção dos guineenses participantes para a sentença “eles falam as línguas locais”, com foco para o sintagma nominal presente nela e, mais ainda, para o elemento da classe gramatical “artigo definido”. Para essa variável, Paraiso (2019) obteve o percentual de 96,5% para a forma +CN, enquanto a forma -CN foi de apenas 3,5%. De maneira semelhante, obtivemos uma avaliação predominantemente positiva desta sentença, dado que a média de respostas ficou centrada no ponto 5 para os participantes da ZR e acima do ponto 4 para os participantes a ZU. Nesta avaliação, chamamos atenção para o fato de a pluralização do artigo definido também ser reconhecida como “boa” pelos guineenses que participaram deste estudo.

Além disso, também é possível observarmos que tanto o intervalo quanto a média de respostas do grupo da ZR foi semelhante ao grupo de português L3; ao passo que tanto o intervalo quanto a média de respostas do grupo da ZU foi parecido com o de português L2. Mais uma vez, ratificamos a caracterização dos nossos participantes na relação entre a localização geográfica e o “*status*” do português informado por eles.

Figura 23 - percepção para o sintagma “as línguas locais”

Fonte: A autora (2023).

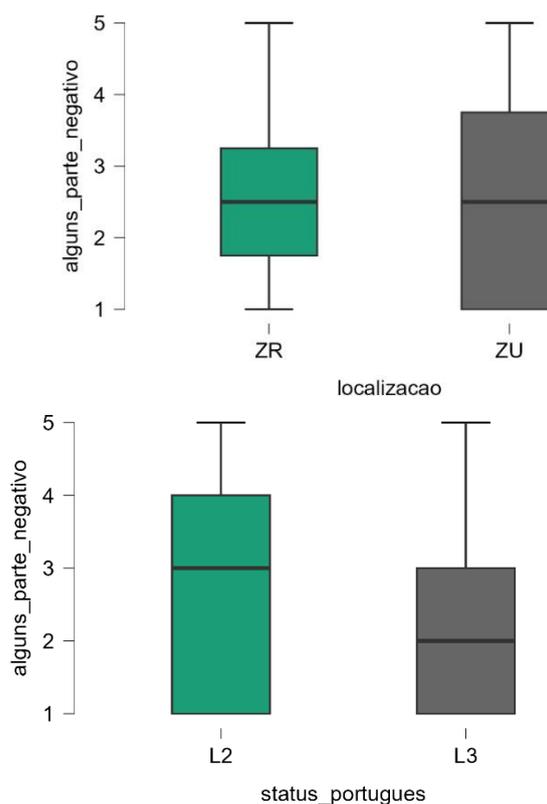
Na Figura 24, adiante, observamos o julgamento dos participantes para a sentença “tem alguns parte negativo”, voltando nossa atenção para o sintagma nominal “alguns parte negativo” e, mais especificamente, para o quantificador “alguns”. Para essa classe gramatical, o resultado de Paraiso (2019: 96) foi de 97,2% para a forma +CN e de 2,8% para a forma -CN. Nessa sentença, particularmente, apesar do quantificador ter sido pluralizado com marca morfológica devida, outros elementos do sintagma não foram pluralizados o que corrobora com Silva e Carvalho (2018: 16), os quais defendem não haver muitas marcas morfológicas de plural no guineense, o que promove a pluralização, geralmente, somente no núcleo do sintagma (o nome), com a exceção de que, se houver um elemento quantificador que já presuma o plural, somente este será pluralizado, permanecendo, aquele, sem marca morfológica de plural, ainda que sua pluralização seja presumida.

O julgamento que obtivemos (cf. Figura 18) indica que, para os participantes oriundos de zonas rurais, o intervalo de respostas variou das proximidades do ponto 2 até acima do ponto 3 (sem chegar ao ponto 4), e a mediana ficou centrada entre os pontos 2 e 3. Os participantes oriundos de zonas urbanas realizaram julgamentos em um intervalo maior (do ponto 1 à

proximidade do ponto 4), todavia, a mediana centrou-se em local semelhante aos participantes da ZR (entre os pontos 2 e 3). Essa avaliação representa um olhar negativo para a sentença em questão, o que se justifica pelo facto dela realmente ter sido construída em desacordo com a regra de concordância nominal padrão do português e esse resultado ratifica aquele obtido por Paraiso (2019: 96), cujo entendimento acerca da necessidade de se marcar morfologicamente o quantificador, assim como os demais elementos no sintagma, é evidente.

Em relação aos participantes que indicaram ter o português como L2, o intervalo de respostas foi do ponto 1 ao ponto 4, com mediana centrada no ponto 3. Quanto aos participantes que indicaram ter o português como L3, seu intervalo de respostas foi do ponto 1 ao ponto 3, com a média centrada no ponto 2. Em relação à amplitude das respostas, vimos que o grupo dos guineenses da ZU foi parecido com os de português L2 (intervalo variando entre mais pontos da escala, mediana centrada nos pontos mais altos); ao passo que o grupo dos guineenses da ZR foi parecido com os de português L3 (intervalo variando entre menos pontos da escala, mediana centrada nos pontos mais baixos).

Figura 24 - percepção para o sintagma “alguns parte negativo”

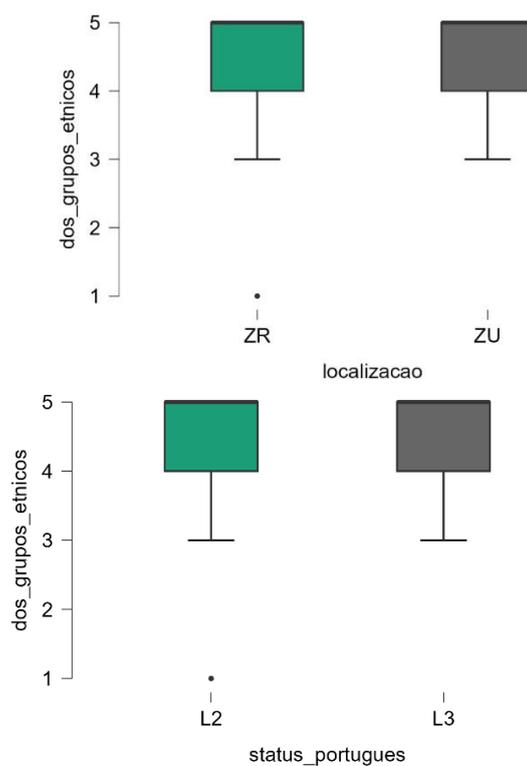


Fonte: Autora (2023).

Na Figura 25, a seguir, observamos uma avaliação semelhante tanto para os participantes da ZR quanto para os participantes da ZU e, também, para os indivíduos que indicaram ter o português como L2 e como L3. A sentença completa presente no teste era “tem que considerar a complexidade dos grupos étnicos” e o nosso foco estava no sintagma nominal ao final dela e, mais precisamente, na pluralização do artigo contraído à preposição (de+os). Acerca desse uso, todos os julgamentos variaram do ponto 4 ao ponto 5, com mediana centrada no ponto 5, sendo a única diferença somente uma distorção presente no grupo da ZR, que avaliou a sentença no ponto 1; e outra distorção presente no grupo de português L2, também com uma avaliação da sentença no ponto 1.

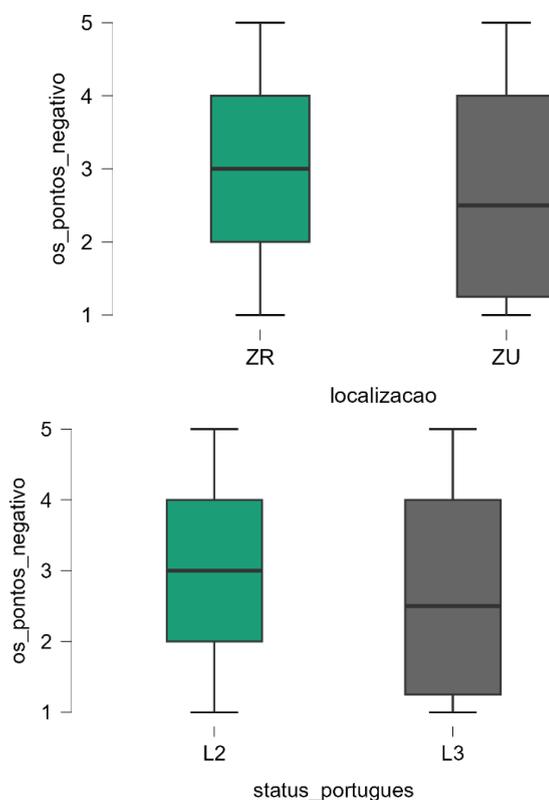
Mais uma vez, retomamos o trabalho de Paraiso (2019: 96), que obteve o percentual de 96,6% de +CN contra 3,4% de -CN na variável “preposição”, para ratificar a percepção positiva dos participantes deste estudo para uma sentença constituída conforme a norma padrão, com a regra de concordância devidamente aplicada, tanto na marcação de plural do artigo contraído à preposição quanto do núcleo nominal do sintagma.

Figura 25 - percepção para o sintagma “dos grupos étnicos”



A Figura 26, a seguir, apresenta a percepção dos participantes para a sentença “os pontos negativo do lugar”, com foco no sintagma nominal e no adjetivo presente nele. Para essa classe gramatical, Paraiso (2019: 96) obteve um percentual mais baixo do que em todas as outras classes colocadas em análise, sendo o único abaixo dos 90% (a pesquisadora encontrou o valor de 85,8% para a forma +CN e 14,2% para a forma -CN). Quanto à avaliação dos participantes nesta pesquisa atual, vimos que, entre os guineenses oriundos da ZR, a mediana centrou-se no ponto neutro (número 3 da escala), o que se mostra peculiar ao verificarmos que se trata de uma sentença construída fora do padrão do português, em que a regra de concordância não foi aplicada. Ou seja, havendo um estranhamento do uso, seria possível que os juízes avaliassem negativamente, como fizeram aqueles oriundos da ZU, cuja mediana ficou posicionada nas proximidades do ponto 2. Não podemos afirmar que a escolha pela neutralidade dos indivíduos da ZR se deu nem pelo estranhamento nem pela familiaridade com a forma, no entanto, aventamos a possibilidade de que não houve uma avaliação predominantemente negativa por parte dos juízes por ser comum a não flexão em número nos adjetivos tanto no guineense quanto em outras línguas da Guiné-Bissau.

Figura 26 - percepção para o sintagma “os pontos **negativo**”

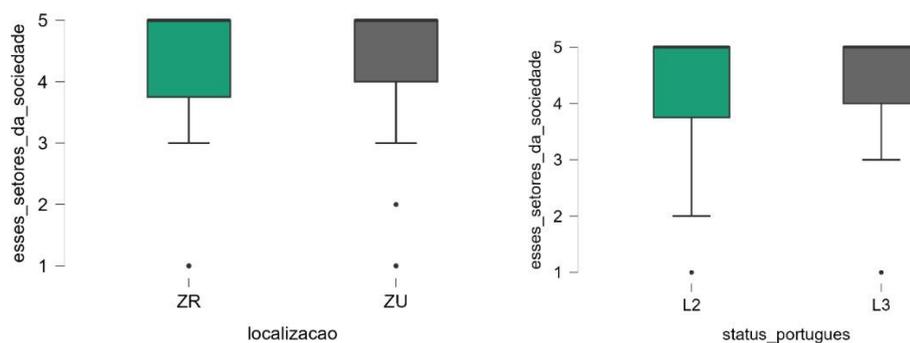


Fonte: A Autora (2023).

A seguir, exibimos as Figuras 27 e 28, com a percepção dos cidadãos guineenses para as sentenças “tem que melhorar esses setores da sociedade” e “nossos próprios dirigentes não cuidam do país”, respectivamente. O foco de análise da primeira sentença estava no sintagma “esses setores”, com atenção maior ao elemento “esses”, pronome possessivo representativo de mais uma classe gramatical que analisamos. Na segunda sentença, centramos nossa atenção no sintagma “nossos próprios dirigentes”, focalizando o elemento possessivo “nossos” contido nele. Para estas duas classes gramaticais, a saber, pronome demonstrativo e pronome possessivo, Paraiso (2019: 96) obteve os seguintes percentuais, respectivamente: 98,1% para a forma +CN e 1,9% para a forma -CN; e 94,7% para a forma +CN e 5,3% para a forma -CN.

Neste estudo atual, obtivemos avaliações predominantemente positivas tanto para o grupo de participantes da ZR quanto para o grupo da ZU. Da mesma forma, avaliaram positivamente os indivíduos que têm o português como L2 e como L3. Assim como no grupo com o recorte da localização, no grupo com recorte *status* do português, as medianas ficaram centradas no ponto 5 da escala, com raras distorções:

Figura 27 - percepção para o sintagma “esses setores”

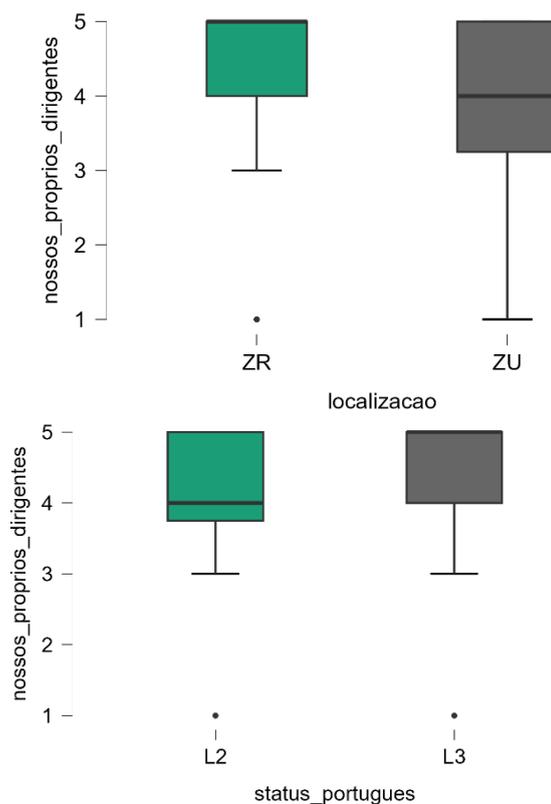


Fonte: A Autora (2023).

Na Figura 28, a mediana do grupo de participantes oriundos da ZR centrou-se no ponto 5 em um intervalo de respostas que variou entre os pontos 4 e 5 somente, com um *outlier*. Em relação aos participantes oriundos da ZU, o intervalo foi do ponto 3 ao ponto 5, com a média de respostas no ponto 4 e sem distorções. Para os guineenses que têm o português como L2, o intervalo de respostas foi das proximidades do ponto 4 até o ponto 5, com mediana centrada no ponto 4, enquanto para aqueles que têm o português como L3, as avaliações variaram do ponto 4 ao ponto 5, com a média de respostas no ponto 5.

Esses resultados indicam avaliações predominantemente positivas para as formas +CN apresentadas, em que os dois pronomes em foco receberam marcas morfológicas de plural, assim como os demais elementos do sintagma.

Figura 28 - percepção para o sintagma “nossos próprios dirigentes”



Fonte: A Autora (2023).

O que verificamos, na descrição desses resultados, foi uma avaliação muito mais posicionada (em que os participantes evitaram a posição de neutralidade) e com julgamentos positivos para as formas padrão da aplicação da regra de concordância nominal de número, enquanto para a não-aplicação dessa regra, tanto a opção pela neutralidade quanto os julgamentos negativos foram mais frequentes. A avaliação “neutra” em relação às formas não-padrão pode ter acontecido, justamente, pelo participante reconhecer o uso, porém, optar pela neutralidade por se tratar de uma situação próxima da que acontece nas línguas nativas da Guiné-Bissau, as quais, geralmente, apresentam morfologia flexional menos variada. Aventamos, com isso, que há certa dificuldade em exprimir um julgamento negativo nessas circunstâncias, considerando que não se trata de um problema real na interação linguística e que não compromete o entendimento da mensagem.

5.2 A ANÁLISE ESTATÍSTICA

Neste ponto do estudo, empreenderemos um tratamento quantitativo dos resultados obtidos, a fim de que possamos fornecer evidências estatísticas acerca do fenômeno estudado. Para tanto, utilizamos o pacote estatístico *JASP*, mais especificamente o teste de Análise de

Variância (ANOVA) das atitudes linguísticas dos guineenses participantes desta pesquisa. Para Pereira (2021: 101), o teste ANOVA é

um bom recurso para análises comparativas, ou seja, análises que pretendem realizar comparações entre grupos distintos. (...) Além disso, quando uma variável resposta numérica (quantitativa) depende de uma variável categórica (qualitativa), a ANOVA parece ser uma excelente metodologia estatística para lidar com esse tipo de situação.

Conforme explicado anteriormente, este estudo contou com três critérios de caracterização dos participantes, os quais subdividimos da seguinte forma: a) os socioculturais (sexo, idade, etnia); b) os geográficos (zona urbana, zona rural); e c) os linguísticos (*status* do português).

Os critérios estabelecidos em “a” foram utilizados para caracterizar socialmente a amostra de indivíduos participantes da pesquisa; enquanto aqueles estabelecidos em “b” e “c” foram utilizados para estratificar a amostra tanto para a análise descritiva quanto para análise estatística em relação às suas atitudes linguísticas. Para chegarmos a esses aspectos, tomamos por base a construção do processo de identificação, seguindo Lambert; Lambert ([1966] 1981) e Labov ([1972] 2008) cujos estudos foram baseados em amostras estratificadas.

A seguir, apresentamos o resultado da Análise de Variância para os itens de testagem aplicados neste estudo.

5.2.1 O item de testagem “estética da variante”

Iniciamos a análise pelo item “estética da variante”, sobre o qual apresentamos aos participantes três afirmações, as quais continham os extremos de resposta “totalmente bonito” (ponto 5) e “totalmente feio” (ponto 1), e deveriam ser respondidas com base na gradação proposta. Os demais pontos da escala eram: 4- parcialmente bonito; 3- posição de neutralidade; 2- parcialmente feio. O resultado do julgamento para a sentença “O português de Guiné-Bissau é”, a qual os colaboradores deveriam completar com uma das avaliações mencionadas anteriormente, é posto a seguir:

Tabela 1 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação A1

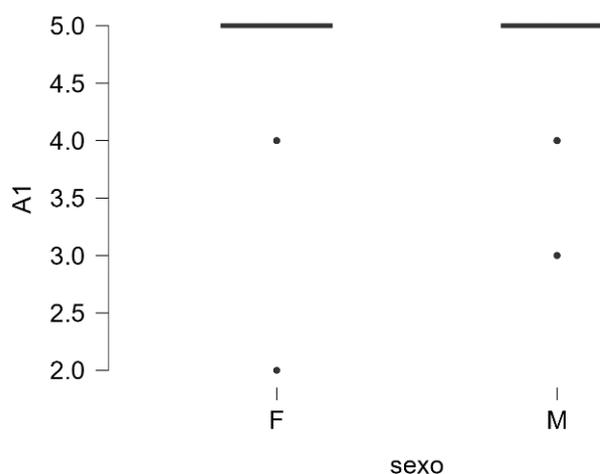
Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
<i>Status</i> do português	1.031×10^{-5}	1	1.031×10^{-5}	3.414×10^{-5}	0.995
Localização	0.774	1	0.774	2.563	0.114

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português x Localização	0.144	1	0.144	0.475	0.493
Residual	19.934	66	0.302		

Fonte: A Autora (2023).

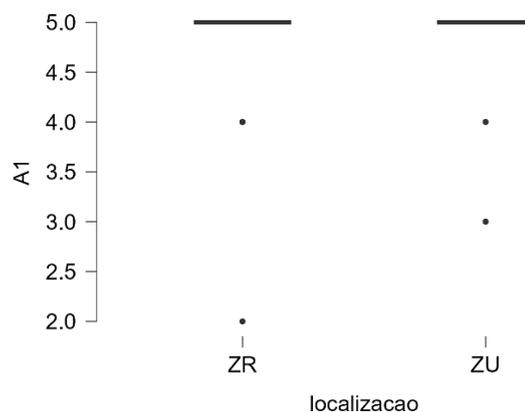
A primeira sentença apresentada foi: “O português de Guiné-Bissau é” (A1) e o resultado obtido com ANOVA, como pode ser visto, exibiu um p-valor maior que 0,05, o que indica que não há diferença entre os grupos em relação a essa resposta. Em outras palavras, tanto no recorte “localização”, quanto no recorte “status do português”, bem como na associação entre esses dois fatores, não houve interferência nas atitudes linguísticas. Como já mencionamos, a escala de respostas para este item de testagem variava da seguinte forma: ponto 5 (“totalmente bonito”); ponto 4 (“parcialmente bonito”); ponto 3 (posição neutra); ponto 2 (“parcialmente feio”); ponto 1 (“totalmente feio”). Para este caso, especificamente, não houve sequer avaliações divergentes, resultado que ilustramos através das figuras 25, 26 e 27, as quais nos mostram *boxplots* criados pelo JASP, em que a média de respostas se centrou no ponto 5 da escala, com raras distorções (*outliers*). Ademais, afirmamos que não houve um intervalo variável de julgamentos, ou seja, a maioria quase absoluta dos participantes avaliou positivamente no ponto 5.

Figura 29 - percepção para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pelo sexo



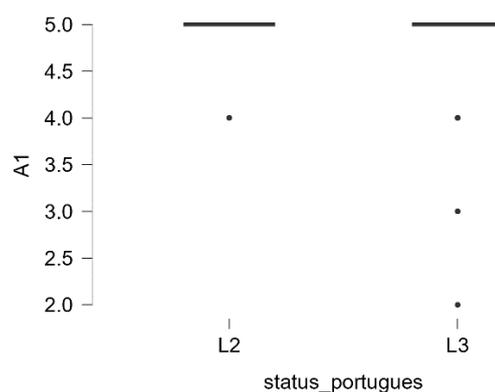
Fonte: A Autora (2023).

Figura 30 - percepção para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pela localização



Fonte: A Autora (2023).

Figura 31 - percepção para a sentença “O português de Guiné-Bissau é” pelo status do português



Fonte: A Autora (2023).

Dando continuidade à discussão dos resultados deste estudo, apresentamos a Tabela 2, a seguir, com a Análise de Variância para a sentença “Em comparação à fala de pessoas da cidade, a fala de pessoas que vivem no meio rural é”, com extremos de resposta em “bonito” e “feio”, seguindo a gradação prevista na escala Likert:

Tabela 2 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação A2

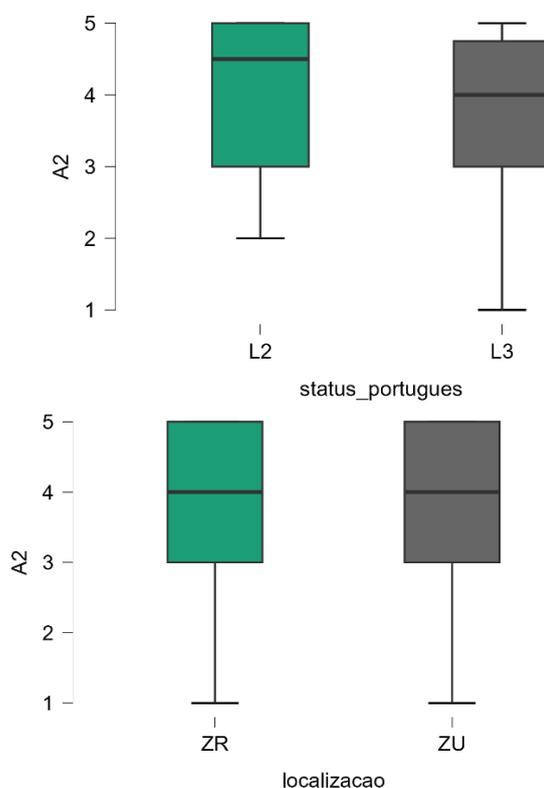
Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	2.154	1	2.154	1.928	0.170
Localização	0.089	1	0.089	0.080	0.778
Status do português x Localização	5.594	1	5.594	5.007	0.029
Residual	73.736	66	1.117		

Fonte: A Autora (2023).

A avaliação dos participantes juízes sobre essa sentença, de acordo com o *status* do português e com a localização, demonstrou que tais variáveis, vistas isoladamente, não são significativas. Isto é: com o p-valor de 0.170 para o *status* e 0.778 para a localização, concluímos que, estatisticamente, não há interferência dessas variáveis no julgamento realizado, uma vez que ambos os valores foram superiores ao p-valor $\alpha = 0,05$ que adotamos previamente. No entanto, na associação entre essas duas variáveis, verificamos que o p-valor obtido foi de 0.029, menor que o p-valor $\alpha = 0,05$, ou seja, a interação entre elas exerce influência nas atitudes linguísticas dos participantes.

A fim de elucidarmos a interpretação desse resultado, exibimos a Figura 32, abaixo:

Figura 32 - percepção para a sentença “A2” pelo status e pela localização



Fonte: A Autora (2023).

O que verificamos, de acordo com a Figura 32, é que, considerando somente o *status* do português, houve uma discreta variação tanto em intervalo de respostas quanto em posicionamento da mediana, o que justifica o p-valor de 0.170, que é baixo, porém, não o suficiente para, estatisticamente, representar uma real interferência dessa variável na avaliação subjetiva dos participantes. De forma semelhante, considerando a localização, isoladamente, verificamos que, tanto o intervalo de respostas quanto a centralização da mediana não

apresentaram variação. Apesar disso, a interação entre essas variáveis exerce influência no julgamento dos participantes (p-valor de 0.029, logo, menor que o valor α de 0,05) posto que, conforme apurado anteriormente, existe uma relação entre ser oriundo da ZR e ter o português como L3, assim como ser oriundo de uma ZU e ter o português como L2. Ou seja, uma vez que, na comparação entre ZR-L3 e ZU-L2, na Figura 26, verificamos divergência tanto em intervalo de respostas quanto em centralidade da mediana, justificamos o resultado exposto na Tabela 2 para a Análise de Variância do *status versus* a localização em relação à sentença A2. A Tabela 3, a seguir, apresenta o resultado exibido em ANOVA para a sentença “Acho a fala (modo de falar) da minha cidade”, a qual oferecia as mesmas respostas extremas “bonita” e “feia” graduando na escala:

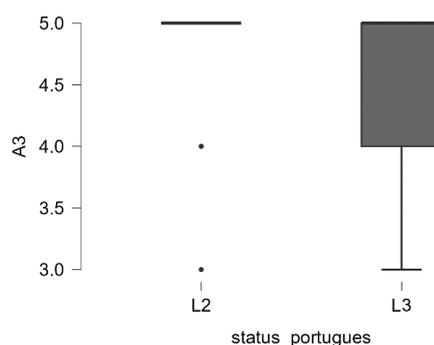
Tabela 3 - Resultado da Análise de Variância para a afirmação A3

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	1.495	1	1.495	3.376	0.071
Localização	0.615	1	0.615	1.389	0.243
Status do português x Localização	0.019	1	0.019	0.043	0.837
Residual	29.226	66	0.443		

Fonte: A Autora (2023).

Na análise do resultado para essa sentença, a qual também constituía o item “estética da variante”, verificamos que nem o *status* do português nem a localização, tanto isoladamente quanto associadas, foram estatisticamente relevantes para o julgamento dos participantes. Contudo, direcionamos nossa atenção ao p-valor isolado para o recorte “*status* do português”, o qual foi de 0.071, muito próximo ao já sabido valor α de 0,05, tomado como referência para saber se há ou não interferência de uma variável no julgamento da amostra. Para compreendermos essa situação, exibimos a Figura 33 abaixo:

Figura 33 - percepção para a sentença “A3” pelo status do português



Fonte: A autora (2023).

Como vimos, apesar da mediana de ambos os grupos ter ficado no ponto 5 da escala, o intervalo das respostas totais divergiu, assim como também houve distorções. Essa figura ilustra a diferença na avaliação dos juízes, a qual, na análise descritiva, torna-se visível, no entanto, com base na análise estatística, que considera outros fatores, tal variação não se apresenta como relevante.

5.2.2 O item de testagem “correção gramatical”

Acerca do item de testagem “correção gramatical”, selecionamos 20 sentenças para julgamento dos participantes, estando 10 delas sem a aplicação padrão da regra de concordância e 10 delas com a aplicação da regra de concordância investigada neste estudo. Para essas sentenças, os extremos de respostas variavam entre “bom” e “ruim”, com a mesma gradação de cinco pontos em escala linear, como no item anterior.

Iniciamos nossa análise com a sentença B1, “pessoas de outras religião”:

Tabela 4 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B1

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	19.824	1	19.824	9.005	0.004
Localização	12.786	1	12.786	5.808	0.019
Status do português x Localização	0.066	1	0.066	0.030	0.863
Residual	145.302	66	2.202		

Fonte: A Autora (2023).

Na Tabela 4, verificamos que, diante de uma sentença em que a regra de concordância não foi aplicada, tanto o fator “status do português” quanto o fator “localização” mostraram-se estatisticamente relevantes para o julgamento dos participantes, visto que ambos foram inferiores a 0,05. Em outras palavras, o fato de um indivíduo ser oriundo de uma ZR ou de uma ZU da Guiné-Bissau, bem como ter o português como sua L2 ou L3, exerce influência sobre sua atitude linguística em relação à forma apresentada. Outra informação que obtivemos dessa rodada no JASP em Análise de Variância (ANOVA), foi que a associação entre as variáveis, por sua vez, não foi estatisticamente significativa, uma vez que obtivemos o p-valor igual a 0.863.

Na Tabela 5, a seguir, visualizamos o resultado obtido para a sentença “os pontos negativo do lugar” (B2):

Tabela 5 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B2

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.512	1	0.512	0.265	0.608
Localização	0.324	1	0.324	0.168	0.683
Status do português x Localização	8.695	1	8.695	4.503	0.038
Residual	127.437	66	1.931		

Fonte: A Autora (2023).

Nessa tabela, observamos que nem o *status* do português tampouco a localização, isoladamente, teve significância estatística (pois ambos os valores foram superiores a 0,05) para a avaliação dos indivíduos acerca da sentença B2, em que não houve aplicação da regra de concordância, uma vez que nem todos os elementos variáveis do sintagma receberam a marca morfológica de plural devida. Contudo, constatamos que a interação entre essas variáveis se apresentou como relevante estatisticamente, pois obtivemos um p-valor de 0,038.

Vejamos, agora, o resultado da Análise de Variância para a sentença “quero rever minha famílias” (B3):

Tabela 6 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B3

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	19.053	1	19.053	7.972	0.006
Localização	11.170	1	11.170	4.673	0.034
Status do português x Localização	0.143	1	0.143	0.060	0.808
Residual	157.745	66	2.390		

Fonte: A Autora (2023).

O resultado p-valor de 0.006, obtido em ANOVA indica, conforme visualizado na Tabela 6, que o *status* do português exerce influência sobre a avaliação subjetiva do indivíduo para a forma apresentada. Do mesmo modo, o fator “localização” também se mostrou estatisticamente relevante para a atitude linguística dos participantes diante da sentença oferecida. Isso implica dizer que, a depender da zona geográfica em que o cidadão resida e do *status* do português para ele, suas referências serão distintas, o que promoverá um julgamento diferente em relação a determinados usos linguísticos. Ainda sobre essa sentença, verificamos que, apesar de cada uma das variáveis ter se mostrado, de forma isolada, estatisticamente relevante para o comportamento linguístico manifestado pelos grupos de indivíduos, o

cruzamento entre elas não foi significativo da mesma forma e não exerceu influência sobre o julgamento realizado.

A seguir, apresentamos a Tabela 7, com o resultado da Análise de Variância para a sentença “alguns problema de queda do governo” (B4):

Tabela 7 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B4

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	3.094	1	3.094	1.525	0.221
Localização	2.601	1	2.601	1.282	0.262
Status do português x Localização	2.601	1	2.601	1.282	0.262
Residual	133.883	66	2.029		

Fonte: A Autora (2023).

Como vimos, para a sentença B4, “alguns problema de queda de governo”, as variáveis não foram estatisticamente relevantes, visto que o valor p obtido foi superior a 0,05, tendo sido 0,221 para o *status* do português e 0,262 para a localização. Da mesma forma, o cruzamento entre essas variáveis não nos apresentou um resultado diferente, posto que o valor p apresentado foi 0,262. Isso, porém, não significa que o julgamento dos participantes foi igual, entretanto, a análise estatística demonstrou que, para essa sentença, não foram as variáveis utilizadas nesta pesquisa que interferiram na avaliação. Além disso, destacamos, em relação à sentença apresentada, que, apesar de o sintagma estar fora do padrão de concordância nominal, a marca morfológica de plural foi posta no quantificador e, conforme verificado por Paraiso (2019: 96), a referida classe de palavras recebeu esse morfema em 97,25% das vezes em que apareceu no sintagma, contra somente 2,8% em que não recebeu. Apontamos, dessa forma, que a presença de um quantificador na sentença pode ter interferido na percepção, assim como interferiu no uso, mas isso não estava relacionado a nenhum dos recortes que utilizamos no momento (*status* do português e localização) de acordo com o resultado estatístico obtido.

Tabela 8 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B5

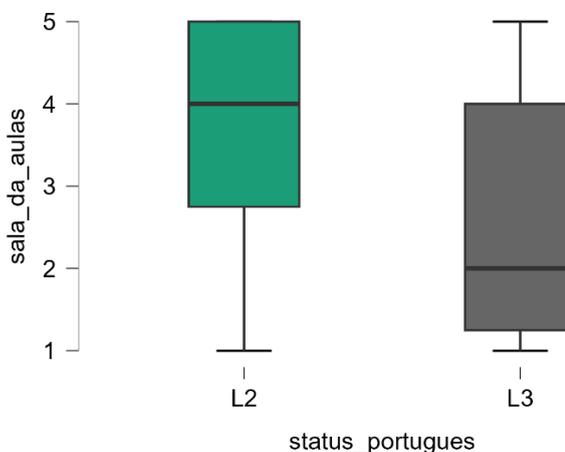
Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	11.724	1	11.724	5.044	0.028
Localização	1.519	1	1.519	0.653	0.422
Status do português x Localização	6.703	1	6.703	2.884	0.094

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Residual	153.407	66	2.324		

Fonte: A Autora (2023).

Na Tabela 8, apresentamos o resultado obtido na Análise de Variância para a sentença B5, “aprendi português com o professor na sala da aulas”, e, assim como na sentença B3 (“quero rever minha famílias”), o recorte “status do português” foi estatisticamente relevante para a percepção dos participantes. Comparamos essas duas sentenças porque, em ambas, há um uso pouco comum tanto no português brasileiro quanto no português europeu, que é a não pluralização de elementos que antecedem o nome pluralizado, neste caso, o artigo contraído à preposição e o pronome possessivo, respectivamente. Em relação às variáveis que pusemos para análise, constatamos que, se o português for L2 o L3 para o indivíduo, isso influenciará no modo como ele avaliará determinado uso, o que pode ser verificado na Figura 34, a seguir, em que tanto o intervalo de resposta quanto o posicionamento da mediana divergiram de acordo com o status do português:

Figura 34 - percepção para a sentença “B5” pelo status do português



Fonte: A Autora (2023)

Entretanto, de acordo com o resultado obtido em ANOVA e apresentado na Tabela 8, nem a localização (p-valor de 0.422) nem o cruzamento da localização com o *status* do português (p-valor de 0.094) mostraram-se significativos estatisticamente para a percepção dos indivíduos acerca da sentença em questão.

A Tabela 9, adiante, exhibe o resultado alcançado acerca da percepção para a sentença B6, “tem alguns parte negativo”:

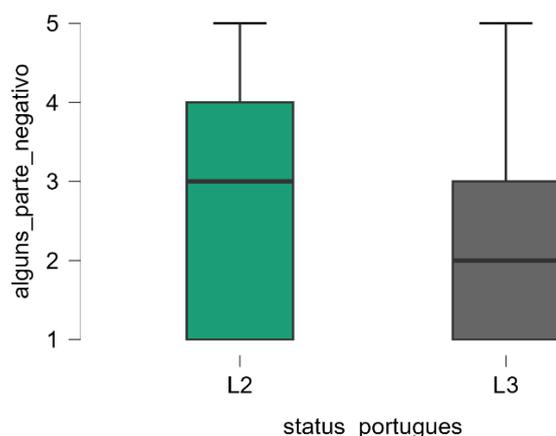
Tabela 9 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B6

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	6.858	1	6.858	3.953	0.051
Localização	2.547	1	2.547	1.468	0.230
Status do português x Localização	0.517	1	0.517	0.298	0.587
Residual	114.492	66	1.735		

Fonte: A Autora (2023).

Para a sentença em questão, verificamos que, em relação ao *status* do português, o resultado obtido está no limite de nosso valor de referência ($\alpha = 0,05$), por isso, exibimos a Figura 35, abaixo, a fim de compreendermos e interpretarmos o significado desse valor obtido:

Figura 35 - percepção para a sentença “B6” pelo status do português



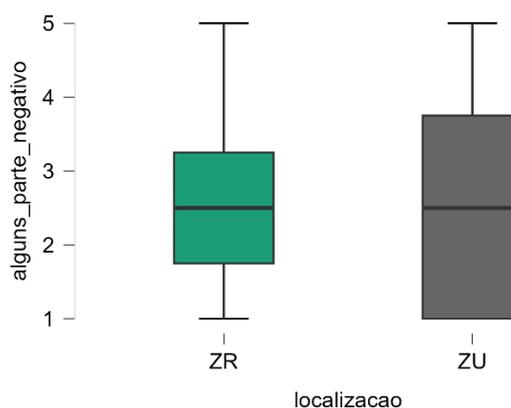
Fonte: A Autora (2023).

Conforme mostrado na figura, para a sentença B6, “tem alguns parte negativo”, a variável, embora muito próxima do valor α (0,05), ainda assim não foi menor (o que indicaria a relevância desse recorte para a percepção dos indivíduos). No entanto, isso não representa a não variação na percepção, de acordo com o *boxplot* apresentado na Figura 29. Nele, observamos divergência tanto no intervalo de respostas quanto no posicionamento da mediana, apesar dessa diferença não ser, segundo a Análise de Variância, devido ao status do português. Acerca da sentença em questão, mais uma vez, salientamos a presença de um quantificador no sintagma e, apesar de nem todos os elementos terem sido pluralizados morfológicamente, a colocação da marca de plural ter sido no quantificador pode, novamente, ter interferido na percepção, assim como interferiu no uso, em consonância, mais uma vez, com o resultado

obtido por Paraiso (2019: 96) para a variável linguística “quantificador” (97,25% +CN e 2,8% -CN), embora isso não esteja, necessariamente, relacionado ao recorte “*status do português*”, de acordo com o resultado estatístico obtido.

Ainda sobre a sentença B6 (“tem alguns parte negativo”), verificamos, com a análise de Variância, que a localização não interferiu na percepção (p-valor de 0.230), como é descrito pelo *boxplot* apresentado na Figura 36, abaixo:

Figura 36 - percepção para a sentença “B6” pela localização



Fonte: A Autora (2023).

Nesse *boxplot*, observamos que, apesar do intervalo de respostas ter variado significativamente, a mediana ficou centralizada exatamente no mesmo ponto, o que indica uma média de respostas parecida para ambos os grupos de participantes.

Acerca dessa sentença, por fim, a Análise de Variância demonstrou que a associação da localização com o *status do português* (p-valor de 0.587) também não foi estatisticamente significativa para a percepção dos indivíduos.

A Tabela 10, na sequência, exibe o resultado da Análise de Variância para a sentença B7, “começou as aulas presencial”:

Tabela 10 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B7

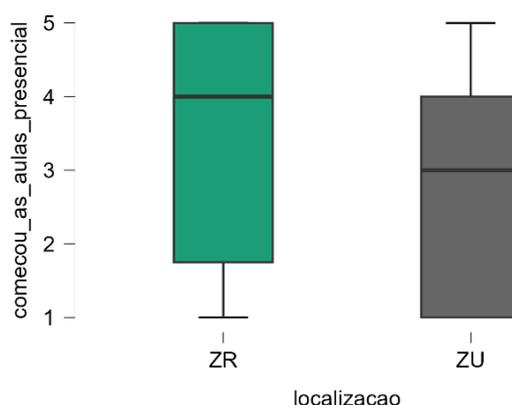
Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	8.757	1	8.757	3.564	0.063
Localização	12.557	1	12.557	5.110	0.027
Status do português x Localização	0.497	1	0.497	0.202	0.654
Residual	162.180	66	2.457		

Fonte: A Autora (2023).

Como pode ser visto, o p-valor obtido, por um lado, para o recorte “*status do português*”, foi de 0.063 e, sendo maior que nosso valor de referência α (0,05), não se apresentou como

relevante para a percepção dos indivíduos a respeito da sentença apresentada. Por outro lado, obtivemos o p-valor de 0.027 para a variável “*status* do português”, o que indica a relevância dessa variável para o julgamento dos participantes, isto é, a depender da região geográfica do cidadão guineense participante (zona urbana ou zona rural), sua avaliação para a sentença é diferente, conforme visualizamos na Figura 37, a seguir:

Figura 37 - percepção para a sentença “B7” pela localização



Fonte: A Autora (2023).

Nessa figura, observamos que, para os guineenses oriundos de zonas rurais da Guiné-Bissau, o intervalo de respostas variou do ponto 2 ao ponto 5 da escala, e a mediana ficou centralizada no ponto 4. Ou seja, a maioria deles avaliou positivamente a sentença em questão (“começou as aulas presencial”), em que a regra de concordância nominal não foi aplicada por completo. Para aqueles oriundos de zonas urbanas, o intervalo de respostas variou do ponto 1 ao ponto 4 da escala linear, tendo a média de respostas ficado no ponto 3, o que representa a opção pela neutralidade em relação à correção gramatical da sentença. Relacionamos esse resultado com aquele obtido por Paraiso (2019: 96) acerca da interferência da variável classe gramatical “adjetivo” para a aplicação da regra concordância nominal, em que os valores encontrados foram de 85,8% para a forma +CN e de 14,2% para a forma -CN. Entre todas as classes gramaticais verificadas pela autora, a dos adjetivos foi a que apresentou menor percentual de aplicação da regra analisada, e isso pode indicar certa familiaridade dos guineenses pela não marcação morfológica de plural desse elemento no sintagma, representada pela avaliação predominantemente positiva dos indivíduos da ZR, por exemplo.

Para concluir a análise da percepção acerca da sentença B7, vimos que a associação entre as variáveis “*status* do português” e “localização” não se mostrou significativa estatisticamente para o julgamento dos participantes.

A seguir, verificamos o resultado da Análise de Variância para a sentença B8, “nos seus próprios país”:

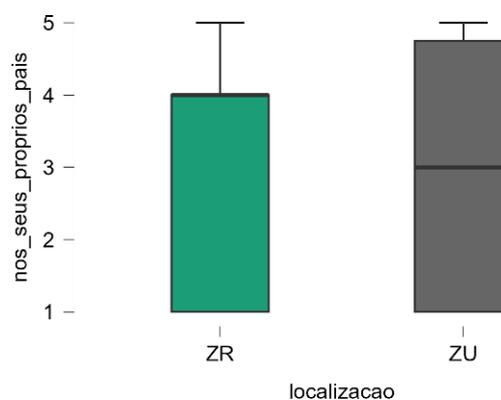
Tabela 11 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B8

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	3.657	1	3.657	1.407	0.240
Localização	2.625	1	2.625	1.010	0.319
Status do português x Localização	0.616	1	0.616	0.237	0.628
Residual	171.585	66	2.600		

Fonte: A Autora (2023).

Nessa tabela, nos é mostrado que nem a variável “*status* do português” (p-valor de 0.240) tampouco a variável “localização” (p-valor de 0.319) mostraram-se relevantes para a percepção dos indivíduos acerca da sentença apresentada. Da mesma forma, o cruzamento entre essas variáveis também não indicou, estatisticamente, que houve interferência para a avaliação realizada pelos participantes (p-valor de 0.628). Nessa sentença, temos um sintagma nominal em que o seu núcleo está na quarta posição e, embora esse fator não seja foco de análise nesta pesquisa, é relevante mencionarmos que tal distanciamento do núcleo nominal contribui para a não marcação morfológica de plural neste elemento, ainda que todos os itens anteriores tenham recebido a devida marca de pluralização. Essa informação é comprovada em Paraiso (2019: 100), cujo resultado obtido para a variável posição linear e sua interferência na aplicação da regra de concordância foi de 60% para a forma +CN e de 40% para a forma -CN em sintagmas nos quais o elemento não pluralizado estava na quarta posição. Esse fato pode ter influenciado na avaliação predominantemente positiva para a sentença pelos indivíduos participantes, independentemente de sua localização (se ZR ou ZU) ou do status do português (L2 ou L3), conforme visualizamos nas Figura 38 e 39, a seguir:

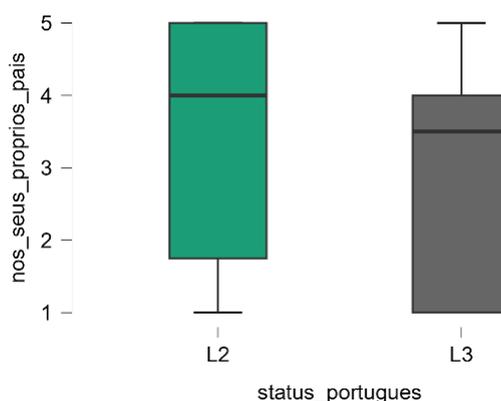
Figura 38 - percepção para a sentença “B8” pela localização



Fonte: A Autora (2023).

Na Figura 38, observamos que o intervalo de respostas variou de acordo com a localização dos participantes, mas que a mediana daqueles oriundos de zonas rurais ficou centralizada no ponto 4 da escala, representando uma avaliação positiva. No caso dos indivíduos oriundos de zonas urbanas, a mediana ficou no ponto 3 da escala, o que, apesar de representar a neutralidade, sabemos que não representa, necessariamente, que aquele participante avaliaria negativamente. Ou seja, em ambos os grupos, não houve avaliação negativa declarada.

Figura 39: percepção para a sentença “B8” pelo status do português



Fonte: A Autora (2023).

Na Figura 39 apresentada, observamos, mais uma vez, um intervalo de respostas variado a depender do *status* do português e, novamente, não vemos respostas médias indicando avaliação negativa da forma em questão. Para os indivíduos que têm o português como L2, o intervalo variou do ponto 2 ao ponto 5, e a mediana ficou centralizada no ponto 4; enquanto,

para os indivíduos que têm o português como L3, o intervalo foi do ponto 1 ao ponto 4, com mediana entre os pontos 3 e 4.

Abaixo, mostramos a Tabela 12, com o resultado da Análise de Variância para a sentença B9, “não é caro comprar nos mercados guineense”:

Tabela 12 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B9

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	5.801×10^{-6}	1	5.801×10^{-6}	2.547×10^{-6}	0.999
Localização	1.361	1	1.361	0.597	0.442
Status do português x Localização	5.851	1	5.851	2.569	0.114
Residual	150.328	66	2.278		

Fonte: A Autora (2023).

Nela, verificamos que o elemento do sintagma que não recebeu a marca morfológica de plural foi, assim como na sentença B7 (“começou as aulas presencial”), um adjetivo. Contudo, diferente daquela sentença, em que o fator “localização” foi estatisticamente relevante para a avaliação dos indivíduos, nesta que observamos agora, nenhuma das variáveis mostrou-se significativa. Em outras palavras, nem o *status* do português nem a localização, tampouco a associação entre esses dois fatores foi relevante para o julgamento dos participantes. Esse fato também pode estar relacionado à comum ausência de morfologia flexional de número nos adjetivos no guineense, o que ocasiona percepções diversas, ainda que os grupos sejam distintos e essa distinção não interfere no julgamento.

Exibimos, adiante, a Tabela 13, com o resultado da Análise de Variância para a sentença B10, “fala-se português nos países africano colonizado”:

Tabela 13 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B10

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	1.287	1	1.287	0.482	0.490
Localização	2.237	1	2.237	0.837	0.364
Status do português x Localização	16.287	1	16.287	6.096	0.016
Residual	176.345	66	2.672		

Fonte: A Autora (2023).

Nessa tabela, observamos que o sintagma em análise é constituído de 4 elementos e os dois últimos, também da classe dos adjetivos, não receberam a marca morfológica de plural. Para essa sentença, a avaliação dos guineenses não recebeu influência nem do *status* do

português nem da localização geográfica dos participantes, no entanto, o cruzamento dessas duas variáveis mostrou-se estatisticamente significativo na percepção deles.

A próxima sentença apresentada foi “a Guiné-Bissau envia os seus jovens para fora do país” (B11). Com relação a ela, apresentamos, a seguir, a Tabela 14, que traz o resultado da Análise de Variância:

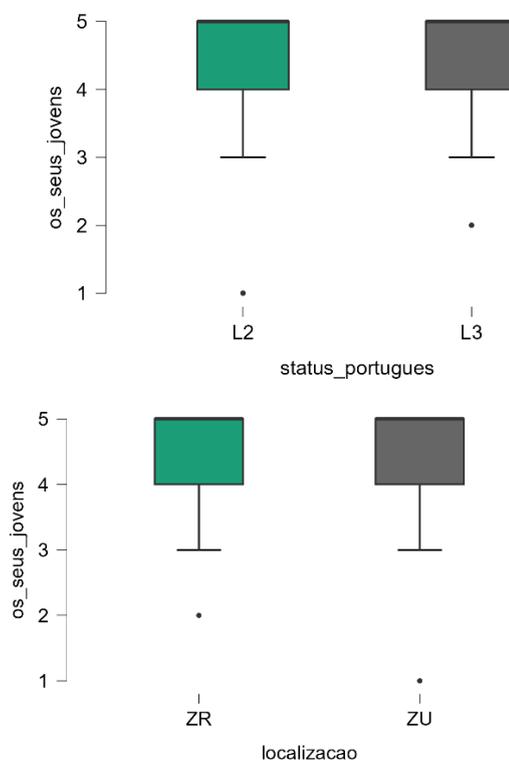
Tabela 14 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B11

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.064	1	0.064	0.084	0.773
Localização	0.110	1	0.110	0.146	0.704
Status do português x Localização	2.391	1	2.391	3.159	0.080
Residual	49.958	66	0.757		

Fonte: A Autora (2023).

Como vimos, nenhuma das variáveis exerceu influência na avaliação dos participantes e a Figura 40, abaixo, mostra-nos que tanto o intervalo de respostas quanto a mediana de cada grupo de participantes foi semelhante, salvas algumas raras distorções, isto é, alguns pontos fora da curva de respostas:

Figura 40 - percepção para a sentença B11 pelo status e pela localização



Fonte: A Autora (2023).

Da mesma forma, a Tabela 15, a seguir, demonstra que nenhuma das variáveis exerceu, estatisticamente, influência sobre a percepção dos indivíduos acerca da sentença “cada etnia fala as suas línguas maternas”:

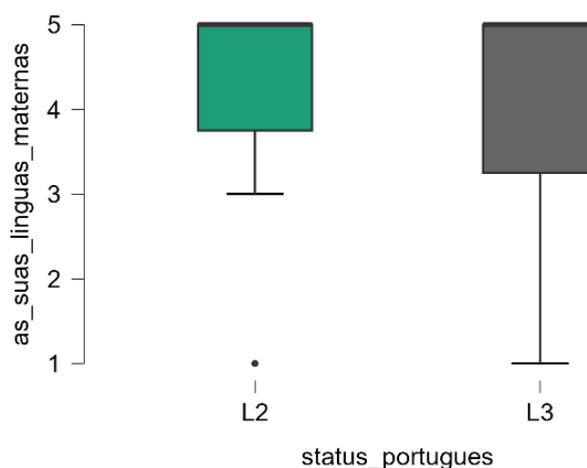
Tabela 15 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B12

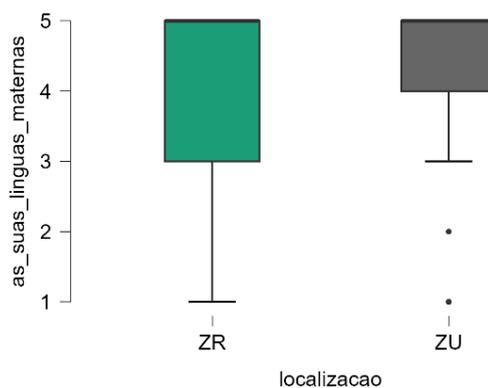
Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.040	1	0.040	0.020	0.887
Localização	0.057	1	0.057	0.029	0.865
Status do português x Localização	0.104	1	0.104	0.053	0.818
Residual	129.189	66	1.957		

Fonte: A Autora (2023).

Novamente, trata-se de uma sentença em que a aplicação da regra de concordância foi realizada de forma padrão e, conforme podemos ver na Figura 41, abaixo, não houve variação na média das respostas para nenhum dos grupos verificados, ainda que o intervalo de respostas tenha variado e mesmo com a presença de alguns *outliers*. De acordo com os *boxplots* gerados pelo *JASP*, apresentados na Figura 41, a maioria dos participantes avaliou positivamente e no ponto máximo da escala linear oferecida:

Figura 41 - percepção para a sentença B12





Fonte: A Autora (2023).

Em relação à sentença B13, “nossos próprios dirigentes não cuidam do país”, apresentamos o resultado da Análise de Variância a seguir, na Tabela 16:

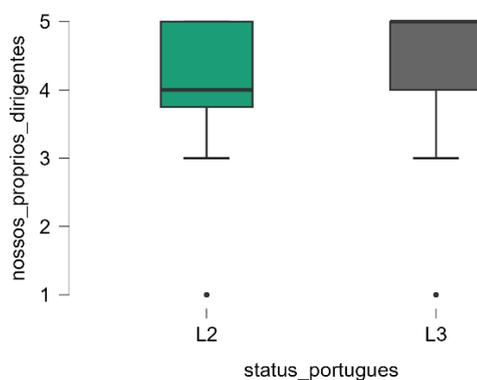
Tabela 16 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B13

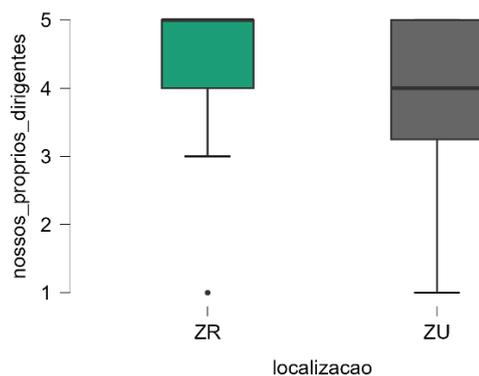
Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.209	1	0.209	0.128	0.721
Localização	0.737	1	0.737	0.453	0.503
Status do português x Localização	5.750	1	5.750	3.536	0.064
Residual	107.345	66	1.626		

Fonte: A Autora (2023).

Com mais uma rodada dos dados no ANOVA, verificamos que as variáveis “*status do português*” e “*localização*”, assim como a associação entre elas, não exerceram influência na percepção dos indivíduos. Demonstramos como se comportaram as respostas na Figura 42, adiante:

Figura 42 - percepção para a sentença B13





Fonte: A Autora (2023).

Como pode ser visto, em relação aos *status* do português, o intervalo de respostas variou das proximidades do ponto 4 até o ponto 5 para os guineenses que declararam ter o português como L2, com mediana centralizada no ponto 4; e do ponto 4 para o ponto 5, com mediana centralizada no ponto 5, para os guineenses que declararam ter o português como L3. Ademais, observamos que, para os indivíduos de ZR, o intervalo de respostas variou do ponto 4 ao ponto cinco, com mediana posicionada no ponto 5; e, para os indivíduos de ZU, o intervalo variou das proximidades do ponto 3 até o ponto 5, com mediana posicionada no ponto 4.

Ao associarmos o fator L2 ao fator ZU, verificamos que, apesar do intervalo de respostas ter divergido, a mediana ficou centralizada no ponto 4 em ambos. De forma semelhante, ao cruzarmos a variável L3 à variável ZR, observamos tanto o intervalo de respostas quanto o posicionamento da mediana praticamente idênticos.

As sentenças avaliadas em B11, B12 e B13 mostram que as variáveis que selecionamos não exercem, estatisticamente, influência sobre a avaliação dos indivíduos, ainda que as respostas tenham variado de alguma forma. O que chama atenção, nessas sentenças, é que, como elas apresentam a aplicação padrão da regra de concordância, percebemos uma tendência dos guineenses em reconhecer esse uso padrão e em avaliar positivamente essas sentenças, ficando as medianas posicionadas entre os pontos 4 e 5 da escala linear oferecida.

A Tabela 17, a seguir, também nos mostra que nem a variável “*status* do português” nem a variável “localização” foram significativas para o julgamento dos participantes acerca da sentença “o uso de línguas étnicas nas zonas urbanas e rurais”. Do mesmo modo, o cruzamento entre essas variáveis também não se mostrou relevante para a avaliação subjetiva dos indivíduos:

Tabela 17 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B14

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.140	1	0.140	0.147	0.703
Localização	0.052	1	0.052	0.055	0.816
Status do português x Localização	2.522	1	2.522	2.649	0.108
Residual	62.826	66	0.952		

Fonte: A Autora (2023).

Em continuidade à apresentação dos resultados deste estudo, exibimos a Tabela 18, a seguir, que mostra o resultado da Análise de Variância para a sentença “tem muito problema nas escolas”:

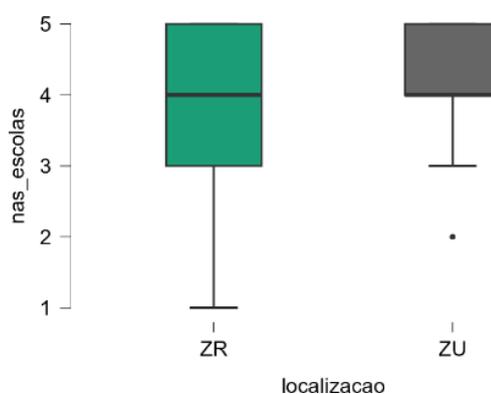
Tabela 18 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B15

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	4.818	1	4.818	3.938	0.051
Localização	5.480	1	5.480	4.480	0.038
Status do português x Localização	1.171	1	1.171	0.957	0.331
Residual	80.734	66	1.223		

Fonte: A Autora (2023).

Nessa tabela, diferente do que vinha acontecendo até a sentença anterior, verificamos que a variável “localização” se mostrou relevante para a avaliação dos guineenses acerca da sentença oferecida e o comportamento das respostas apresentamos na Figura 43, apresentada a seguir:

Figura 43 - percepção para a sentença “B15” pela localização



Fonte: A Autora (2023).

De acordo com essa figura, para os participantes oriundos de ZR, o intervalo de respostas variou do ponto 3 ao ponto 5, com mediana posicionada no ponto 4; e para os participantes oriundos de ZU, o intervalo de respostas variou do ponto 4 ao ponto 5, com mediana centralizada no ponto 4 e com a presença de uma distorção, indicada pelo ponto isolado, ponto à altura do número 2 na escala, entre as respostas da ZU, o que indica que houve uma resposta que destoou da média de resposta dos demais participantes. Apesar das duas medianas terem ficado em pontos iguais da escala, a variação dos intervalos mostra-nos que há certa diferenciação no padrão de respostas dos guineenses, que pode ter sido evidenciado com a rodada dos dados dessa sentença no ANOVA.

As demais sentenças, a saber: B16: “tem que considerar a complexidade dos grupos étnicos”; B17: “os nossos alunos falam crioulo”; B18: “as línguas dialéticas são importantes”; B19: “tem que melhorar esses setores da sociedade”; B20: “eles falam as línguas locais” também não indicaram que houve influência das variáveis na avaliação dos indivíduos, tampouco na associação entre essas variáveis. Podemos verificar esses resultados estatísticos nas Tabelas 19, 20, 21, 22, 23 e 24, a seguir:

Tabela 19 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B16

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.568	1	0.568	0.804	0.373
Localização	0.029	1	0.029	0.041	0.841
Status do português x Localização	0.010	1	0.010	0.015	0.904
Residual	46.659	66	0.707		

Fonte: A Autora (2023).

Tabela 20 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B17

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.005	1	0.005	0.013	0.910
Localização	0.908	1	0.908	2.385	0.127
Status do português x Localização	0.326	1	0.326	0.856	0.358
Residual	25.134	66	0.381		

Fonte: A Autora (2023).

Tabela 21 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B18

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.022	1	0.022	0.046	0.831
Localização	0.538	1	0.538	1.113	0.295
Status do português x Localização	0.415	1	0.415	0.857	0.358
Residual	31.934	66	0.484		

Fonte: A Autora (2023).

Tabela 22 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B19

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.711	1	0.711	0.456	0.502
Localização	0.711	1	0.711	0.456	0.502
Status do português x Localização	0.303	1	0.303	0.195	0.661
Residual	102.911	66	1.559		

Fonte: A Autora (2023).

Tabela 23 - Resultado da Análise de Variância para a sentença B20

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.080	1	0.080	0.034	0.854
Localização	0.520	1	0.520	0.223	0.638
Status do português x Localização	0.068	1	0.068	0.029	0.865
Residual	153.807	66	2.330		

Fonte: A Autora (2023).

Como dissemos no início desta seção, para este item de testagem, havíamos oferecido 20 sentenças para que os participantes avaliassem se eram boas ou ruins do ponto de vista da correção gramatical. O que observamos nessas avaliações foi que as variáveis “status do português” e “localização”, bem como a associação entre elas, foram mais significativas e exerceram influência no julgamento dos indivíduos nas sentenças em que a regra padrão de concordância não havia sido aplicada.

Nesta etapa do estudo, o que tínhamos em análise eram 10 sentenças escritas na forma não-padrão e, para cada uma, 3 aspectos foram verificados em ANOVA, no teste de Análise de Variância, a saber: o *status* do português e a localização, assim como uma associada à outra, totalizando, para as 10 frases, 30 situações para sabermos se aquele aspecto exercia ou não

interferência nas atitudes, com base em dados estatísticos. O mesmo quantitativo se aplicava às 10 sentenças escritas na forma padrão. Como resultado, obtivemos, nas sentenças em que não havia aplicação da regra de concordância, 8 situações (26,67%) em que uma das variáveis ou ambas ou, ainda, que a associação entre elas interferiu nas atitudes dos participantes. No caso das sentenças em que havia a aplicação da regra de concordância, verificamos somente uma situação em que um dos fatores analisados se mostrou relevante para as atitudes linguísticas dos participantes, a qual foi exposta na Tabela 19, sobre a sentença B15, e o fator que interferiu foi a localização.

5.2.3 O item de testagem “sonoridade”

O outro item de testagem sobre o qual realizamos a Análise de Variância foi a sonoridade. Para tanto, verificamos as atitudes dos participantes em três situações que apresentamos acerca do modo de falar da sua cidade, que poderia ser da zona urbana ou da zona rural, sob o recorte da localização geográfica propriamente e do *status* do português.

Tínhamos, neste item, uma sentença: “acho a fala (modo de falar) da minha cidade”, a qual o participante deveria avaliar como agradável ou desagradável; melodiosa ou sem melodia; lenta ou rápida. Como nos demais testes que realizamos neste estudo, as respostas poderiam ser dadas numa gradação que ia do ponto 5 (totalmente agradável/melodiosa/lenta); passando pelo ponto 4 (mais ou menos agradável/melodiosa/lenta); seguida do ponto 3 (opção neutra), passando pelo ponto 2 (mais ou menos desagradável/sem melodia/rápida); finalizando no ponto 1 (totalmente desagradável/sem melodia/rápida). Os resultados obtidos na Análise de Variância (ANOVA) são apresentados a seguir.

Tabela 24 - Resultado da Análise de Variância para a sentença C1a

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.004	1	0.004	0.004	0.950
Localização	2.778	1	2.778	3.164	0.080
Status do português x Localização	0.087	1	0.087	0.099	0.754
Residual	57.934	66	0.878		

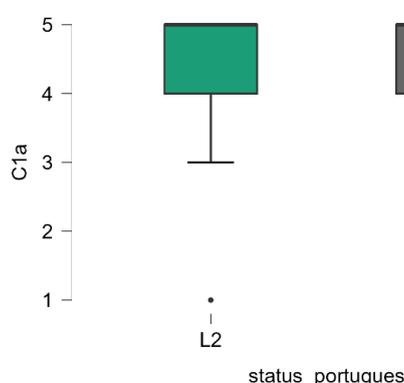
Fonte: A Autora (2023).

Como já informado, as três verificações de atitudes foram realizadas tomando por base a mesma sentença, com diferença somente nas opções de resposta. A sentença oferecida em C1a tinha como opções de avaliação os extremos de resposta “agradável” ou “desagradável” e,

acerca dessa situação, verificamos que os fatores “*status do português*” (p-valor de 0.950) e “*localização*” (p-valor de 0.080) não exerceram influência no julgamento dos indivíduos, uma vez que obtivemos valores “p” superiores ao nosso valor de referência de 0,05. Do mesmo modo, segundo o ANOVA, a associação entre essas variáveis (p-valor de 0.754) também não foi interferiu nas atitudes linguísticas dos participantes.

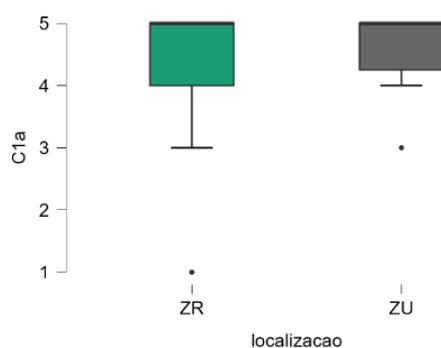
A seguir, apresentamos o *boxplot* criado pelo *JASP* que representa as atitudes linguísticas dos participantes sobre a sentença C1a, a qual questiona se a língua da sua cidade é agradável ou desagradável, com os recortes “*status do português*” e “*localização*”:

Figura 44 - percepção para a sentença “C1a” pelo “*status do português*”



Fonte: A Autora (2023).

Figura 45 - percepção para a sentença “C1a” pela “*localização*”



Fonte: A Autora (2023).

Como vimos, a média de respostas para as quatro situações ficou centralizada no ponto 5, com um pequeno intervalo de respostas dentro do que consideramos um julgamento positivo (avaliações entre os pontos 4 e 5 da escala), com raras distorções, o que indica que a percepção dos guineenses acerca da sua variedade do português é a de uma língua agradável.

A próxima sentença tinha como extremos de respostas o par “*melodiosa*” ou “*sem melodia*”, com a mesmas possibilidades de respostas, com a gradação de 5 a 1. A Tabela 25

exibe os resultados obtidos, através dos quais verificamos que não houve interferência das variáveis “*status do português*” e “*localização*” para a avaliação dos juízes:

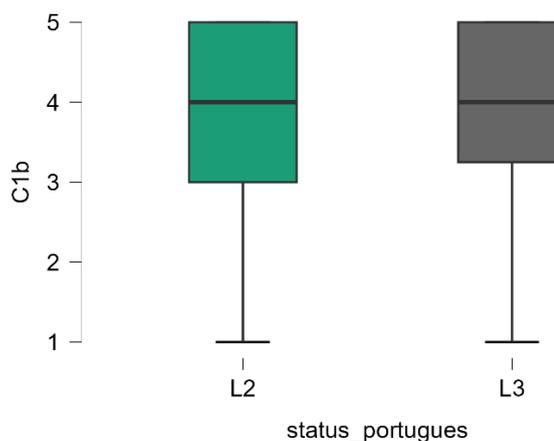
Tabela 25 - Resultado da Análise de Variância para a sentença C1b

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.826	1	0.826	0.676	0.414
Localização	0.380	1	0.380	0.311	0.579
Status do português x Localização	0.786	1	0.786	0.643	0.425
Residual	80.607	66	1.221		

Fonte: A Autora (2023).

Como pode ser observado, o p-valor obtido para o fator “*status*” foi de 0.414; para a “*localização*”, foi de 0.579 e, para a associação entre esses fatores, foi de 0.425, todas ultrapassando o valor de referência de 0.05. Para melhor compreendermos essas atitudes, apresentamos, abaixo, como foram as respostas dos cidadãos guineenses para a questão:

Figura 46 - percepção para a sentença “C1b” pelo “*status do português*”



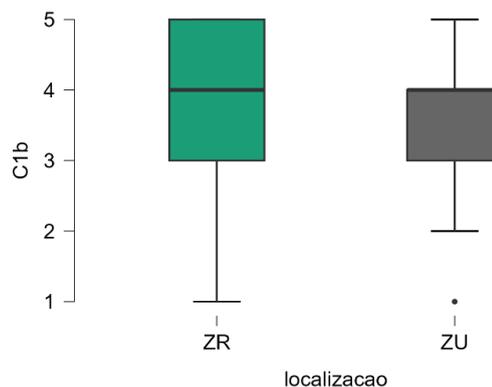
Fonte: A Autora (2023).

Conforme verificado na Figura 47, o intervalo de respostas variou do ponto 3 ao ponto 5, com a mediana posicionada no ponto 4, para os guineenses que declararam ter o português como L2. Para o grupo que declarou ter o português como L3, o intervalo foi bastante semelhante e a mediana ficou centralizada no mesmo ponto 4 que a do outro grupo. Essa situação indica que os participantes deste estudo consideram o seu modo de falar português como mais ou menos melodioso.

Em relação ao recorte da localização, observamos um intervalo de respostas indo do ponto 3 ao ponto 5 da escala, com a mediana centralizada no ponto 4, na avaliação dos participantes oriundos de ZR, enquanto, para aqueles oriundos de ZU, o intervalo foi do ponto

3 ao ponto 4, com mediana também posicionada no ponto 4. Essas atitudes indicam o mesmo julgamento dos grupos separados pelo *status* do português: o modo de falar da sua cidade é mais ou menos melodioso, conforme pode ser visto na Figura 47, a seguir:

Figura 47 - percepção para a sentença “C1b” pelo “status do português”



Fonte: A Autora (2023).

Para finalizarmos este item de testagem, exibimos a Tabela 26, a seguir, a qual apresenta os resultados da Análise de Variância para a mesma sentença, porém, com a gradação de respostas entre “lenta” e “rápida”:

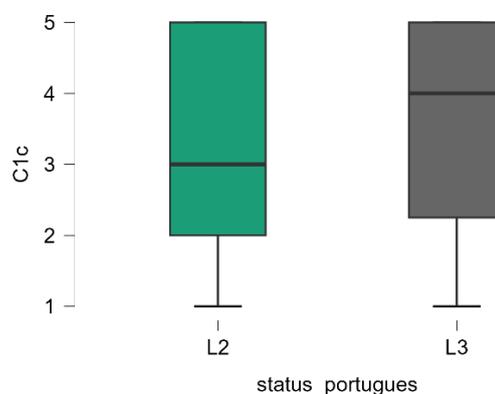
Tabela 26 - Resultado da Análise de Variância para a sentença C1c

Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	p
Status do português	7.464	1	7.464	4.185	0.045
Localização	2.443	1	2.443	1.370	0.246
Status do português x Localização	6.286	1	6.286	3.525	0.065
Residual	117.699	66	1.783		

Fonte: A Autora (2023).

Nessa tabela, é possível observarmos que a variável “*status* do português” foi relevante para o julgamento dos participantes, visto que o p-valor obtido foi de 0,045, menor que a referência de 0,05, ou seja, o fato do português ser L2 ou L3 do indivíduo interfere em sua opinião acerca desse aspecto da sonoridade da língua. No entanto, tanto o recorte “localização” quanto a associação entre os fatores “*status*” e “localização” não foram significativos. Essa situação pode ser melhor compreendida quando visualizamos as Figuras 48 e 49, abaixo, as quais representam o comportamento dos juízes acerca da característica verificada:

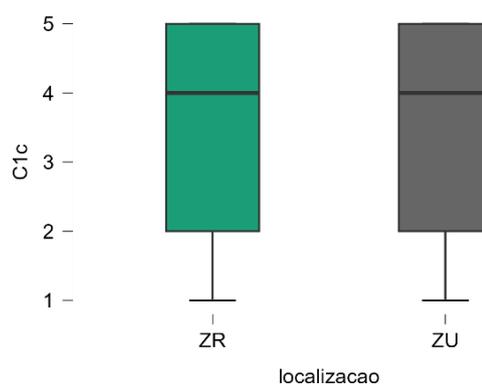
Figura 48 - percepção para a sentença “C1c” pelo “status do português”



Fonte: A Autora (2023).

Na Figura 49, vimos que, apesar do intervalo de respostas ter sido bastante semelhante em ambos os grupos, a média de respostas ficou localizada em um ponto diferente para cada conjunto de participantes, sendo o ponto 3 para os participantes de português como L2, e o ponto 4 para aqueles que o português é a L3. A diferença no posicionamento da mediana nos ajuda a compreender a interferência dessa variável para a avaliação dessa sentença, que indica a opção pela neutralidade (não consideram a fala de sua cidade nem lenta nem rápida) entre os participantes para os quais o português é a L2, e a avaliação de que a fala de sua cidade é mais ou menos lenta para os indivíduos que têm o português como L3.

Figura 49 - percepção para a sentença “C1c” pela “localização”



Fonte: A Autora (2023).

Situação diferente da observada para o recorte “status” acerca dessa sentença, é vista para o fator “localização”. Sob essa perspectiva, as atitudes dos juízes não divergiram, o que representa a não interferência dessa variável para o comportamento dos participantes.

5.2.4 O item de testagem “avaliação”

O quarto item de testagem que verificamos foi o estabelecimento de certa avaliação a determinado uso linguístico por parte dos guineenses que participaram deste estudo. Essa avaliação estava relacionada ao valor simbólico atribuído a determinadas sentenças que mencionavam superioridade de uma variedade do português (PGB, PB ou PE) em detrimento de outra ou, ainda, determinavam a qualidade (valor) através de um juízo crítico sobre o que seria “falar bem” e “falar mal”. Nessa etapa da investigação, 8 afirmações foram oferecidas aos indivíduos para que eles exprimissem concordância ou discordância, com as mesmas cinco opções de gradação nas respostas, numa escala linear que ia do ponto 5 ao ponto 1. Como proposto anteriormente, o ponto 5 indicava a avaliação “concordo totalmente”; o ponto 4 indicava o julgamento “concordo parcialmente; o ponto 3 continuava representando a neutralidade (nem concordo nem discordo); o ponto 2 indicava a resposta “discordo parcialmente”; e o ponto 1 significava “discordo totalmente”.

Colocamos essa sequência de afirmações na categoria D, na qual cada sentença, em ANOVA, foi catalogada como D1, D2, D3 e assim por diante. Os resultados são apresentados nas tabelas e figuras a seguir.

Tabela 27 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D1

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	P
Status do português	0.519	1	0.519	0.242	0.624
Localização	3.111	1	3.111	1.452	0.233
Status do português x Localização	3.648	1	3.648	1.702	0.197
Residual	141.429	66	2.143		

Fonte: A Autora (2023).

Na Tabela 28 que demonstra o resultado da Análise de Variância para a sentença D1 (“o melhor português falado é o que se fala na minha cidade”), observamos que nenhuma das variáveis foi relevante para a avaliação dos participantes, uma vez que, para o *status* do português, obtivemos o p-valor de 0.624; para a localização, obtivemos o p-valor de 0.233; e, o cruzamento dessas variáveis resultou no p-valor de 0.197.

Da mesma forma, para a sentença D2 (“o melhor português falado é o do brasileiro”) não houve interferência das variáveis “status do português” e “localização”, posto que os resultados apresentados foram 0.498 e 0.943, respectivamente para cada um dos fatores de

forma isolada, e 0.412 para a associação entre eles, conforme pode ser visto na Tabela 28, a seguir.

Tabela 28 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D2

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.961	1	0.961	0.464	0.498
Localização	0.011	1	0.011	0.005	0.943
Status do português x Localização	1.414	1	1.414	0.682	0.412
Residual	136.709	66	2.071		

Fonte: A Autora (2023).

Em relação à sentença D3 (“o melhor português falado é o do português”), também não observamos relevância nem para o *status* do português nem para a localização, de acordo com o resultado da Análise de Variância. Os resultados alcançados foram 0.359 para o *status*, 0.140 para a localização e 0.643 para o cruzamento entre elas, conforme verificamos na Tabela 29, adiante:

Tabela 29 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D3

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	P
Status do português	2.040	1	2.040	0.855	0.359
Localização	5.313	1	5.313	2.227	0.140
Status do português x Localização	0.516	1	0.516	0.216	0.643
Residual	157.478	66	2.386		

Fonte: A Autora (2023).

A respeito da sentença D4, “falar bem é utilizar o português falado na escola (a língua culta)”, verificamos que as atitudes dos participantes não sofreram influência da variável “*status* do português” (p-valor de 0.442) e da variável “localização” (p-valor de 0.952). De forma semelhante, a duas variáveis associadas também não mostraram relevância (p-valor de 0.828). Esses resultados são mostrados na Tabela 30 a seguir:

Tabela 30 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D4

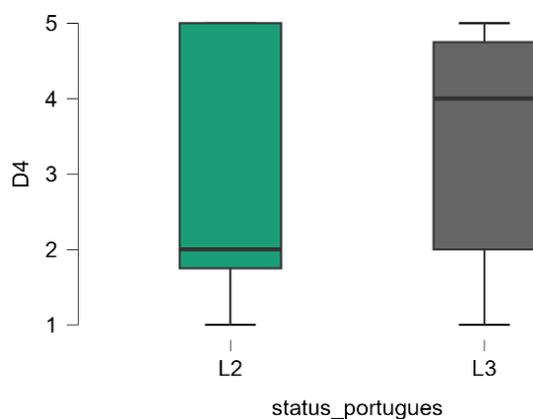
Variáveis	Soma dos quadrados	Df	Quadrado médio	F	P
-----------	--------------------	----	----------------	---	---

Status do português	1.487	1	1.487	0.599	0.442
Localização	0.009	1	0.009	0.004	0.952
Status do português x Localização	0.118	1	0.118	0.047	0.828
Residual	163.969	66	2.484		

Fonte: A Autora (2023).

Sobre a sentença D4, apresentamos, ainda, as figuras a seguir, com a percepção dos indivíduos de cada grupo acerca da afirmação “falar bem é utilizar o português falado na escola (a língua culta)”:

Figura 50 - percepção para a sentença “D4” pelo “status do português”

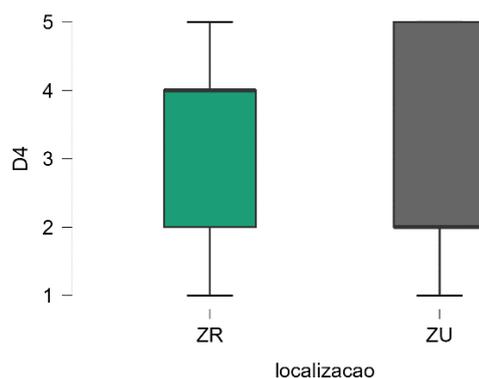


Fonte: A Autora (2023).

Na Figura 50, podemos visualizar grande divergência na percepção dos indivíduos a depender do *status* que o português tem para eles. Para aqueles que o português é uma L2, verificamos um intervalo de respostas entre as proximidades do ponto 2 e o ponto 5, com uma média de respostas centrada no ponto 2, o que indica uma avaliação majoritariamente discordante da sentença proposta. Em relação aos participantes que declararam ter o português como L3, apesar do intervalo de respostas ter sido semelhante, a mediana ficou centralizada no ponto 4, indicando uma avaliação majoritariamente concordante com a sentença. Observando dessa forma, as atitudes dos guineenses foram significativamente divergentes nesse ponto, embora a Análise de Variância não tenha verificado relevância da variável “status do português”.

A Figura 51, a seguir, contém o intervalo de respostas para a mesma sentença D4, com o recorte da localização:

Figura 51 percepção para a sentença “D4” pela “localização”



Fonte: A Autora (2023).

Nela, verificamos que, para os guineenses oriundos de zonas rurais da Guiné-Bissau, as respostas variaram do ponto 2 ao ponto 4, com mediana no ponto 4; enquanto para os guineenses oriundos de zonas urbanas, o intervalo foi do ponto 2 ao ponto 5, com mediana no ponto 5. Acerca desse fator, verificamos que houve sutil divergência nas atitudes dos participantes, embora o ANOVA não tenha resultado, estatisticamente, em interferência real.

Acerca da sentença D5 (“falar bem é expressar-se com clareza”), apresentamos o resultado estatístico obtido em ANOVA:

Tabela 31 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D5

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.241	1	0.241	0.144	0.705
Localização	0.282	1	0.282	0.169	0.683
Status do português x Localização	10.138	1	10.138	6.052	0.017
Residual	110.549	66	1.675		

Fonte: A Autora (2023).

Na tabela anterior, observamos um p-valor de 0.705 para o fator “*status do português*” e de 0.683 para o fator “*localização*”, o que, em ambos os casos, indica que tais variáveis não foram estatisticamente significativas para a ocorrência da variação nas atitudes linguísticas dos participantes. Contudo, a associação entre essas variáveis indicou relevância, visto que o p-valor obtido foi de 0.018, menor que nosso valor de referência 0,05.

Realizamos, também, a Análise de Variância acerca da sentença D6 (“falar bem é falar como o povo”) e encontramos o seguinte resultado estatístico:

Tabela 32 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D6

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
-----------	--------------------	----	----------------	---	---

Status do português	1.712	1	1.712	0.911	0.343
Localização	0.334	1	0.334	0.178	0.675
Status do português x Localização	11.111	1	11.111	5.911	0.018
Residual	124.056	66	1.880		

Fonte: A Autora (2023).

Como vimos, os dois fatores (“status” e “localização”) não apresentaram interferência nas atitudes dos participantes, pois resultaram em valores “p” de 0.343 e de 0.675, respectivamente. No entanto, o cruzamento entre essas variáveis foi significativo, resultando em um p-valor de 0.018.

A sentença D7 (“há pessoas que falam melhor que outras”) apresentou um resultado que indica não haver interferência nem do “*status* do português” nem da “localização”, tampouco da associação entre essas variáveis. Os valores encontrados foram de 0.767 para o *status*, de 0.582 para a localização e de 0.645 para o cruzamento entre essas duas variáveis.

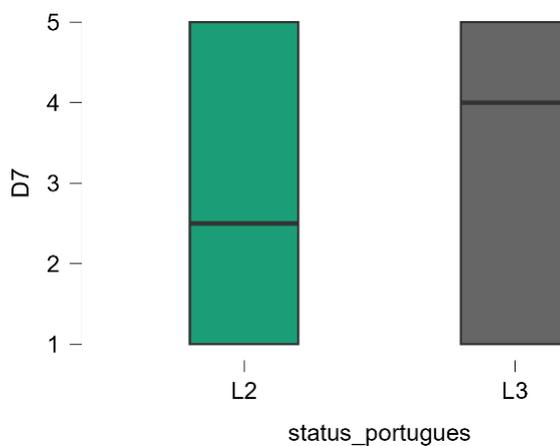
Tabela 33 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D7

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.317	1	0.317	0.089	0.767
Localização	1.091	1	1.091	0.305	0.582
Status do português x Localização	0.767	1	0.767	0.215	0.645
Residual	235.681	66	3.571		

Fonte: A Autora (2023).

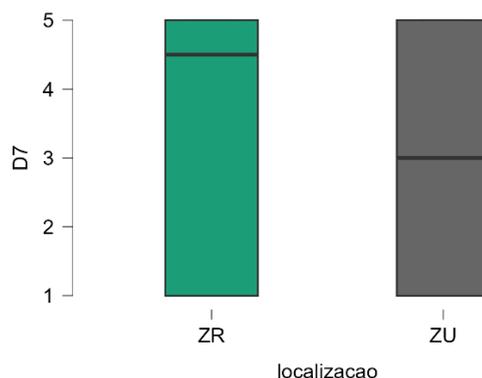
A fim de complementarmos o entendimento acerca da sentença D7, apresentamos, a seguir, os *boxplots* gerados pelo *JASP*, nas Figuras 53 e 54:

Figura 52 - percepção para a sentença “D7” pelo “status do português”



Fonte: A Autora (2023).

Figura 53 - percepção para a sentença “D7” pela “localização”



Fonte: A Autora (2023).

Mais uma vez, verificamos que, apesar da não relevância das variáveis utilizadas para as atitudes linguísticas dos participantes deste estudo, observamos que houve respostas diferentes e que, inclusive, o posicionamento das medianas divergiu para cada um dos grupos em análise. Na verificação da sentença tomando por base o “*status do português*”, o intervalo de respostas foi semelhante, porém, a média de respostas ficou nas proximidades do ponto 2 para os indivíduos de português como L2, e no ponto 4 para os indivíduos de português como L3. Considerando o fator “localização”, o intervalo de respostas também foi parecido, mas os participantes de ZR tiveram resposta média entre os pontos 4 e 5, enquanto os de ZU tiveram a mediana centralizada no ponto 3. O que vemos, portanto, é, além de uma pequena divergência nas respostas, um entendimento diferente sobre determinada sentença ser positiva (de modo que o indivíduo demonstre concordar com ela) ou negativa (de modo que ele demonstre discordância dela).

Para finalizarmos a análise estatística dos resultados para este item de testagem “Valoração”, apresentamos a Tabela 34, abaixo, com a Análise de Variância para a sentença D8 (“a pessoal que não usa o português ensinado na escola fala mal”):

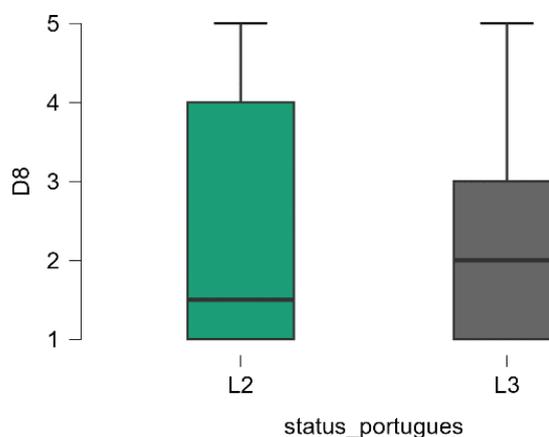
Tabela 34 - Resultado da Análise de Variância para a sentença D8

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.002	1	0.002	0.001	0.974
Localização	0.061	1	0.061	0.031	0.862
Status do português x Localização	5.843	1	5.843	2.936	0.091
Residual	131.336	66	1.990		

Fonte: A Autora (2023).

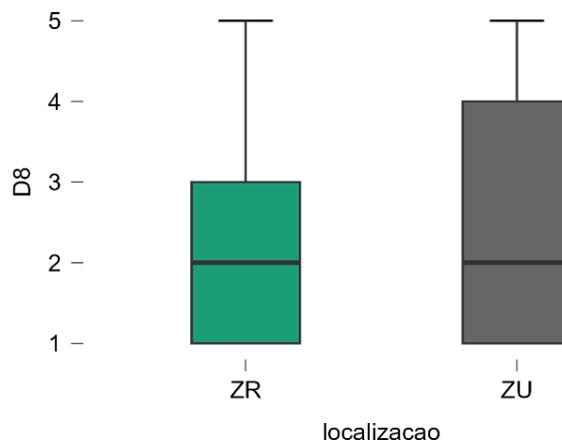
Na Tabela 34 apresentada, verificamos que, assim como na sentença anterior, não houve relevância das variáveis selecionadas, visto que o p-valor obtido para o recorte “*status*” foi de 0.974, para o recorte “localização” foi de 0.862, e a associação entre esses fatores resultou no p-valor de 0.091. Complementarmente a essas informações, exibimos as Figuras 54 e 55, a seguir, com a percepção dos indivíduos de cada grupo analisado. Nelas, percebemos um intervalo de respostas significativamente diferente, mas com respostas médias posicionadas em pontos parecidos. O que chama atenção, na análise desta sentença, é que, com a mediana centrada no ponto 2 ou em sua proximidade, o que temos é uma resposta majoritariamente discordante da sentença proposta, de que “a pessoa que não usa o português ensinado na escola fala mal”, conforme observamos nas figuras a seguir:

Figura 54 - percepção para a sentença “D8” pelo “status do português”



Fonte: A Autora (2023).

Figura 55 - percepção para a sentença “D8” pela “localização”



Fonte: A Autora (2023).

Em síntese, esse resultado demonstra que os guineenses participantes deste estudo já parecem possuir um entendimento de valorização do português de fora do recinto escolar, que pode não ser o mesmo daquele ensinado na escola, visto que, na escola, existe a exigência de se aprender/ensinar/falar o português conforme o padrão europeu. Entretanto, a maioria discorda dessa afirmação, mostrando que é possível a pessoa não usar o português ensinado na escola e não ser considerada como alguém que fala mal.

5.2.5 O item de testagem “relações interpessoais”

Nesse item de testagem, verificamos a relação entre uso da língua e as necessidades dos falantes, como conseguir um bom emprego ou precisar falar de forma diferente com determinadas pessoas. Para essa categoria, havia 5 afirmações com extremos de julgamento em “concordo” ou “discordo”, com possibilidade de graduar essas avaliações entre o ponto 5 (concordo totalmente), o ponto 4 (concordo parcialmente), o ponto 3 (posição de neutralidade, nem concordo nem discordo), o ponto 2 (discordo parcialmente) e o ponto 1 (discordo totalmente).

A seguir, apresentamos a Tabela 35, com o resultado da Análise de Variância para a sentença E1 (“é importante falar bem para obter um bom emprego”):

Tabela 35 - Resultado da Análise de Variância para a sentença E1

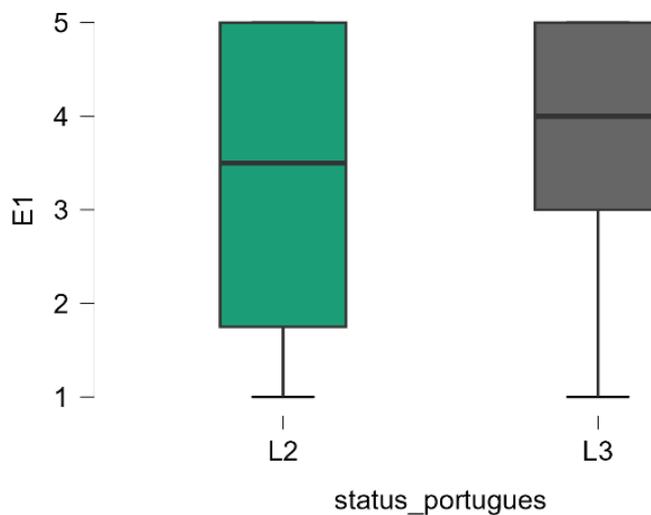
Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.064	1	0.064	0.032	0.858
Localização	14.141	1	14.141	7.043	0.010
Status do português x Localização	8.643	1	8.643	4.305	0.042
Residual	132.505	66	2.008		

Fonte: A Autora (2023).

Nela, verificamos que o fator “*status do português*” não foi estatisticamente relevante para as atitudes dos participantes em relação à afirmação E1 oferecida (p-valor de 0.858), todavia, o fator “*localização*”, com p-valor obtido de 0.010, mostrou-se estatisticamente relevante. Além disso, a associação entre o “*status do português*” e a “*localização*” também foi estatisticamente significativo e exerceu influência nas atitudes dos indivíduos.

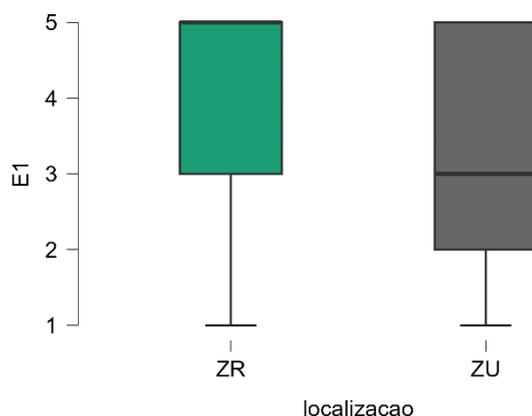
Verificamos, abaixo, os *boxplots* do *JASP* com a exibição do comportamento manifesto pelos indivíduos acerca de sua percepção para a sentença E1:

Figura 56 - percepção para a sentença “E1” pelo “status do português”



Fonte: autora desta pesquisa

Figura 57 - percepção para a sentença “E1” pela “localização”



Fonte: A Autora (2023).

Para o fator “*status* do português”, observamos um intervalo de respostas bastante divergente, mas, em contrapartida, a mediana ficou posicionada de forma muito semelhante (nas proximidades do ponto 4), indicando, majoritariamente, concordância parcial dos indivíduos com a sentença apresentada. Já para o fator “localização”, vimos que tanto o intervalo de respostas quanto a mediana foram significativamente diferentes: a da ZR centrada no ponto 5 (concordância total) e a de ZU centrada no ponto 3 (posição de neutralidade). Nesse resultado, por ser referente a um item de testagem (Relações interpessoais) que verificava a avaliação dos colaboradores sobre ser ou não importante falar bem (PGB) para obter um bom emprego, observamos que, por um lado, o status do português para o indivíduo não importa, o que nos leva a concluir que pode haver outros diferenciais para a obtenção de um bom emprego que não estejam necessariamente relacionados ao uso do PGB pelos cidadãos guineenses. Por outro lado, a localização geográfica se mostrou relevante, sobretudo para os colaboradores oriundos da Zona Rural, os quais, segundo dados obtidos através do questionário sociolinguístico que aplicamos nesta pesquisa, frequentemente se mudam para a zona urbana, possivelmente em busca de alguma forma de ascensão social

A sentença E2 (“uso um bom português ao falar com o servente no trabalho”), através da Análise de Variância feita no ANOVA, nos mostrou que somente a associação entre as duas variáveis selecionadas é que foi estatisticamente relevante para o julgamento dos participantes (p-valor de 0.035). O mesmo ocorreu com a sentença E3 (“uso um bom português ao falar com os irmãos (filhos) em casa”) e com a sentença E4 (“uso um bom português ao falar com o guarda na rua”), para as quais obtivemos valores “p” de 0.031 e de 0.026, respectivamente.

Tabela 36 - Resultado da Análise de Variância para a sentença E2

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.197	1	0.197	0.106	0.745
Localização	0.526	1	0.526	0.283	0.596
Status do português x Localização	8.572	1	8.572	4.624	0.035
Residual	122.363	66	1.854		

Fonte: A Autora (2023).

Tabela 37 - Resultado da Análise de Variância para a sentença E3

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.115	1	0.115	0.053	0.819
Localização	0.010	1	0.010	0.004	0.947
Status do português x Localização	10.566	1	10.566	4.837	0.031
Residual	144.180	66	2.185		

Fonte: A Autora (2023).

Tabela 38 - Resultado da Análise de Variância para a sentença E4

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	0.342	1	0.342	0.171	0.681
Localização	0.342	1	0.342	0.171	0.681
Status do português x Localização	10.333	1	10.333	5.166	0.026
Residual	132.000	66	2.000		

Fonte: A Autora (2023).

Para a sentença E5 (“a pessoa que só usa o português ensinado na escola é chata, antipática”), por fim, indicou, estatisticamente, que não houve interferência das variáveis no comportamento dos participantes. A análise de Variância dessa sentença resultou em um p-valor de 0.349 para o recorte “*status* do português”, um p-valor de 0.496 para o recorte localização, e um recorte de 0.904 para o cruzamento entre esses dois fatores.

Tabela 39 - Resultado da Análise de Variância para a sentença E5

Variáveis	Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	F	p
Status do português	2.573	1	2.573	0.888	0.349
Localização	1.359	1	1.359	0.469	0.496
Status do português X Localização	0.042	1	0.042	0.015	0.904
Residual	191.134	66	2.896		

Fonte: A Autora (2023).

Realizar a Análise de Variância, com o recurso do ANOVA permitiu que verificássemos se determinada variável, de fato, se mostrava relevante para as avaliações subjetivas dos colaboradores que se dispuseram a participar deste estudo. Os resultados nos mostraram que nem sempre, estatisticamente, um fator era significativo e exercia influência direta no comportamento dos participantes, mas que, apesar disso, havia divergência nas atitudes e que, muitas vezes, esses julgamentos diversos resultavam em percepções completamente discordantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta investigação foi investigar o uso e as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número na variedade guineense do português, como foco nas repercussões do contato linguístico e nas implicações desse contexto na identidade sociolinguística dos cidadãos guineenses falantes do PGB. Para tanto, iniciamos a nossa discussão realizando uma delimitação de nosso objeto de estudo, discutindo o conceito de etnicidade e a sua relação com o contexto sociolinguisticamente diverso da Guiné-Bissau, em que há a coexistência de diferentes línguas, entre elas, o PGB e o guineense. Partindo dessas noções, buscamos compreender como se dava o processo identitário do cidadão guineense, inserido no contexto multilíngue do país.

De forma associada a esse processo identitário voltado para questões sociolinguísticas, empreendemos a explanação dos alicerces teóricos que embasaram este estudo, a saber: a Sociolinguística Variacionista (LABOV, [1972] 2008), que dá conta da variação inerente a todas as línguas naturais e, portanto, era imprescindível para verificarmos características do uso do PGB, bem como a tipologia de regra que se aplicava aos dados de fala coletados neste estudo.

Além disso, discutimos alguns aspectos da Psicologia Social (LAMBERT; LAMBERT, [1966] 1981) que se relacionava com a nossa investigação, como: 1) a noção de percepção, constituída pela observação e pelas impressões acerca de determinado fenômeno, em nosso caso, linguístico; e 2) as atitudes, demonstradas através de comportamentos manifestos diante de certos acontecimentos. Além desses pressupostos teóricos, empreendemos, ainda, incursões pelo campo das atitudes linguísticas, de modo que pudéssemos compreender as avaliações dos guineenses acerca de determinados usos linguísticos, e perpassamos, também, por discussões acerca da proposta da psicologia social voltada para situações de bilinguismo/multilinguismo. Feitas essas breves retomadas, elencaremos, adiante, às conclusões as quais chegamos com base nos resultados obtidos nesta investigação.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa consistia em analisar como se dá a coexistência do guineense com o PGB, em particular, no âmbito da concordância nominal de número, tendo em mente a aquisição do português como L2 ou L3. Acerca desse objetivo, verificamos que ambas as línguas coexistem na Guiné-Bissau e possuem o seu domínio e as suas funções. À primeira, cabe o papel de língua nacional, utilizada para comunicação popular de forma geral, negócios e relações comerciais locais, e, ainda, como meio de comunicação interétnica, sobretudo na zona urbana, representada, principalmente, pela capital do país, Bissau, em que se mostra muito comum convivência de indivíduos de diversas etnias, sendo o

uso do guineense imprescindível para garantir essa unidade comunicacional entre a população. Mencionamos a zona urbana porque, de forma geral, conforme apresentado no mapa político com a divisão das regiões da Guiné-Bissau, assim como nos mapas que apresentavam a distribuição dos grupos étnicos no território guineense, algumas localidades são domínios de etnias específicas, sobretudo na zona rural, em que a interação se dá, frequentemente, por meio da língua referente ao grupo étnico. Ainda em relação à coexistência do guineense com o PGB, abordando o âmbito da concordância nominal de número, observamos influência do guineense no PGB, tanto nos dados de fala dos colaboradores - os quais mencionaram que há mistura entre o guineense e o PGB no dia a dia -, quanto nas sentenças produzidas e verificadas no *JASP*, no campo das atitudes linguísticas, como, por exemplo, algumas que reproduziam uma estrutura morfossintática similar a do guineense (como a construção “minha famílias”, morfossintaticamente semelhante à forma “*nha ermons*”), a qual recebeu avaliações majoritariamente positivas.

Em relação ao segundo objetivo específico que elencamos, o qual versava sobre os contrastes possíveis entre a morfologia flexional de número no guineense e no PGB encontrada nos dados em análise, tendo em mente possíveis interferências de uma língua em outra, verificamos outras construções, em PGB, com estruturas semelhantes a algumas vistas em guineense. Exemplos dessas construções são aquelas em que havia a presença de um numeral, o qual seria suficiente para dar a ideia de pluralização em todo o sintagma no caso de uma sentença produzida em guineense, sem que fosse necessário marcar morfologicamente todos os elementos devidos (como em: “*bai cumpra 5 pom*”). É contrastante porque, em PGB, essa situação caracteriza a forma não-padrão, como em: “*80, 90 parte do meu tempo é só estudar*”, em que o morfema “*s*” não foi adicionado no termo após o numeral, forma que seria considerada padrão em guineense, como vemos em: “*dus mininu djiru*” (cuja tradução é “dois meninos inteligentes”), com o substantivo “menino” sem o morfema de plural nesse caso. Situação diferente da vista em “*mininus djiru*”, cuja tradução é “meninos inteligentes” e o substantivo recebe o morfema de plural em guineense. Outra situação é a de sentenças como “*meu colegas*” e “*nossa línguas maternas*”, produzidas em PGB, com estrutura morfossintática semelhante à “*nha ermons*”, pois constituem sintagmas nominais plurais com um possessivo sem marca morfológica de plural, o contraste reside no fato de que, em guineense, essa construção não caracteriza a forma não padrão, enquanto em PGB, sim.

Acerca do terceiro objetivo deste estudo, o qual buscava saber quais são os padrões de concordância nominal de número encontrados na língua falada do PGB, verificamos, com base

nos dados de fala analisados, que a tipologia de regra é variável (LABOV, 2003, p. 243), com um percentual global de 92% para a forma com concordância padrão e de 8% para a forma sem concordância padrão. Verificamos, ainda, que essa tipologia de regra se manteve mesmo quando estratificamos nossa amostra pela localização, zona urbana ou zona rural, ao que obtivemos, para a primeira, os percentuais de 93% e 7% para as formas +CN e -CN, respectivamente; e, para a segunda, os percentuais de 91% e 9% para as formas +CN e -CN, respectivamente.

Por fim, o quarto e último objetivo, sobre as comparações possíveis entre os dados de produção (fala) e os dados de percepção (atitudes linguísticas), tendo em mente a identidade sociolinguística dos falantes do PGB, verificamos que apesar dos dados de fala terem apontado para uma construção identitária baseada, predominantemente, na relação dos participantes com o guineense, suas avaliações subjetivas frente ao PGB foram majoritariamente positivas.

Para alcançar esse objetivo, que propunha a análise dos dados de percepção, empreendemos a investigação dos julgamentos dos colaboradores com base em cinco itens de testagem. Para cada item, além da avaliação dos colaboradores, verificamos quais variáveis foram estatisticamente relevantes para as atitudes linguísticas. O primeiro deles foi o item “estética da variante”, com o qual observamos que a maioria absoluta das avaliações foi positiva no ponto máximo da escala linear, independentemente da estratificação da amostra. Através da observação dos julgamentos para este item, constatamos que os participantes consideram que o PGB é bonito; que tanto a fala de pessoas da cidade quanto a de pessoas que vivem no meio rural também são bonitas; e que o modo de falar de sua cidade (de cada um que respondeu) também é bonito. O resultado da Análise de Variância para este item mostrou que as variáveis não foram estatisticamente relevantes, exceto o cruzamento entre as variáveis “localização” e “*status* do português” para a sentença A2, que questionava se “em comparação a fala de pessoas da cidade, a fala de pessoas que vivem no meio rural” era bonita ou feia, com as gradações da escala. Reiteramos que essas perguntas versavam sobre a variedade guineense do português.

O segundo item de testagem foi a “correção gramatical”. Nesse item, apresentamos aos participantes 20 sentenças em PGB, sendo 10 com a forma +CN e 10 com a forma -CN, para as quais eles deveriam julgar como boas ou ruins dentro da escala linear. Verificamos, mais uma vez, que a maioria das avaliações foi positiva, com algumas posições de neutralidade e raras avaliações negativas, tanto para sentenças com a forma +CN quanto para sentenças com a forma -CN. Em relação à Análise de Variância, as variáveis “*status* do português e localização” se mostraram relevantes em algumas sentenças cuja construção seguia a forma

não-padrão de concordância nominal de número. Já nas sentenças que apresentavam a forma padrão, as variáveis não se mostraram estatisticamente significativas.

O terceiro item de testagem foi a “sonoridade da variante”, para o qual observamos se o colaborador considerava a fala da sua cidade agradável ou desagradável; melodiosa ou sem melodia; lenta ou rápida. Os resultados mostraram uma avaliação centrada predominantemente nos pontos positivos da escala linear, e a Análise de Variância mostrou que somente a variável “*status* do português” para a sentença “acho a fala (modo de falar) da minha cidade”, na escala com extremos em “lenta” e “rápida”, foi estatisticamente relevante.

O quarto item de testagem foi a “valoração” atribuída à variedade do português. Nesse item, também apresentamos sentenças que consideravam o PB e o PE, e, como mencionamos na seção, essa valoração estava relacionada ao valor simbólico atribuído a determinadas sentenças que mencionavam superioridade de uma variedade do português (PGB, PB ou PE) em detrimento de outra ou, ainda, determinavam a qualidade (valor) através de um juízo crítico sobre o que seria “falar bem” e “falar mal”. Observamos, na Análise de Variância, que somente para as sentenças “falar bem é expressar-se com clareza” e “falar bem é falar como o povo” é que o cruzamento das variáveis “*status* do português” e “localização” foram estatisticamente relevantes. Para as demais sentenças, não houve relevância estatística das variáveis. Acerca desse item, as avaliações foram predominantemente positivas, havendo raras posições neutras e raros julgamentos em pontos negativos da escala.

O quinto e último item de testagem verificava as “relações interpessoais” relacionadas ao uso do PGB. Nesse item, observamos, mais uma vez, que houve predominância nas avaliações positivas pelos colaboradores, e a Análise de Variância demonstrou que, para a sentença “é importante falar bem para obter um bom emprego”, a variável localização foi estatisticamente relevante; assim como para as sentenças “uso um bom português para falar com o servente no trabalho” (E2) e “uso um bom português para falar com os irmãos (filhos) em casa” (E3) o cruzamento entre as variáveis “*status* do português” e “localização” se mostrou estatisticamente relevante. Além dessas, não houve relevância estatísticas em outras situações no item de testagem em questão.

Com análise dos aspectos mencionados acerca do último objetivo específico desta pesquisa, verificamos que é possível comparar os dados de produção com os dados de percepção, levando em consideração que tanto a fala dos guineenses quanto as suas atitudes linguísticas demonstram identificação com o PGB, ainda que subjetivamente, visto que as avaliações foram predominantemente positivas em todos os itens de testagem e que, além da

influência do guineense no PGB e *vice-versa* - que promove a transferência de algumas estruturas morfossintáticas entre uma língua e outra, provocando uma variação característica do PGB, devido ao contato linguístico com o guineense -, verificamos, também, que, poucas variáveis se mostraram estatisticamente relevantes para as atitudes linguísticas dos colaboradores deste estudo. Em outras palavras, independentemente da estratificação, considerando as variáveis que elencamos, as avaliações se comportariam da mesma forma, ou seja, continuariam sendo predominantemente positivas.

Em relação ao objetivo geral desta pesquisa, que visava investigar o uso e as atitudes linguísticas sobre a concordância nominal de número na variedade guineense do português, assim como as repercussões do contato linguístico e as implicações na identidade sociolinguística, verificamos que: 1) tanto o uso quanto as atitudes linguísticas dos cidadãos guineenses demonstram grande repercussão do contato linguístico existente no país, no sentido de que observamos influência de uma língua em outra (PGB e guineense), no que diz respeito à estrutura morfossintática, ao léxico e a outros aspectos; e que: 2) esse contexto sociolinguístico implica na identidade sociolinguística dos guineenses, os quais, ao mesmo tempo em que demonstram grande identificação, admiração e desejo pela manutenção da língua guineense nas relações do país - segundo a análise qualitativa dos dados de fala acerca da construção identitária dos participantes deste estudo -, avaliaram de forma majoritariamente positiva as sentenças em PGB, inclusive algumas apresentadas na forma não-padrão; assim como demonstraram que a estratificação a partir das variáveis que elencamos não apresentou grande relevância estatística nas atitudes linguísticas. Isso demonstra, também, que eles admiram o PGB (com base nas avaliações positivas registradas em *boxplots* do *JASP*), e reconhecem-no como uma variedade do português que possui características próprias oriundas da situação sociolinguística da Guiné-Bissau.

Por fim, uma vez concluída a pesquisa que aqui empreendemos, sugerimos, para trabalhos futuros, a ampliação dos estudos acerca de variedades não europeias do português. Propomos, dessa forma, a continuidade das investigações com o fenômeno da concordância no sintagma nominal, com a possibilidade de que se estude a concordância de gênero no PGB ou, ainda, que se aprofunde a discussão a respeito do uso e das atitudes linguísticas pelo viés da Sociolinguística e no domínio da Psicologia Social.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 105-112. 2008.
- BIRKS, Margaret. **Discrimination among Jewish and Protestant Children**. Tese de Mestrado, inédita, Universidade McGill, 1957.
- BRANDÃO, S. F. **O cancelamento da marca de número nominal na variedade urbana não standard do Português de São Tomé**. Documentos del XVI Congreso Internacional de la ALFAL. CD-Rom. Alcalá de Henares: ALFAL, 2011.
- BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. **Alfa**, v. 53, n. 3, p. 1035-1064, 2012.
- BRASIL. **Acordo ortográfico da língua portuguesa: atos internacionais e normas correlatas**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. 100 p.
- CÁ, V. J. B. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. 2015.
- CASTILHO, A. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTRO, P. P. **As construções interrogativas, de tópico e de foco na língua crioula de Guiné-Bissau**. 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- COELHO, I. L. et al. **Para conhecer a sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CORBARI, C. C. **Atitudes linguísticas em localidades sociolinguisticamente complexas: atributos que designam crenças e avaliações das línguas e de seus falantes**. II Seminário Internacional e III Seminário Nacional em Estudos da Linguagem. 2014.
- CORDEIRO, M. B. G. Teste de percepção: como alunos do ensino fundamental e médio avaliam traços estigmatizados da língua? **Vocabulo – Revista de Letras e Linguagens midiáticas**. v. 3. 18 p. 2016.
- COUTO, H.; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau – um país da CPLP. **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, v. 20, n. 1, p. 11-253, jan./dez. 2010.
- DA HORA, D. Atitude: um conceito teórico, um conceito de vida. **Revista do GELNE**. Natal-RN. Vol. 14. Número Especial: 367-386. 2012.
- FREITAG, R. M. K. Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural do Português Brasileiro. **D.E.L.T.A.**, p. 889-917, 2016.
- GARRET, P., COUPLAND, N.; WILLIAMS, A. **Investigating language attitudes - Social Meanings of Dialect, Ethnicity and Performance**. University of Wales Press. 2003.
- GOSS-SAMPSON, M. **ANÁLISE ESTATÍSTICA NO JASP: UM GUIA PARA ESTUDANTES**. Tradução de FARO, A.; LEITE, M. F.; SILVA, L. S. Inglaterra: University of Greenwich. 2021.

HAGEMEIJER, T. As línguas de S. Tomé e Príncipe. **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**. ISSN 1646-7000, p. 1-27. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31026/1/Hagemeijer%202009a%20%28RCBLPE%29.pdf>. Acesso em: 06 Jan 2021.

_____. **O português em contacto em África**, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31040/1/Hagemeijer2016%28MLP%29.pdf>. Acesso em: 06 Jan 2021.

INTUMBO, I. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra, 139 p., 2007.

JON-AND, A. **Variação, contato e mudança linguística em Mocambique e Cabo Verde**. Stockholm: Stockholm University, 2011.

KERSWILL, P. Children, Adolescence, and Language Change. In: CACOULLOS, R. T.; STANFORD, J. N. (Ed.). **Language variation and change**. Cambridge: Cambridge University Press. v. 8, 1996.

LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford: Blackwell, p. 235-250, 2003.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, [1972] 2008.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia social**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1966] 1981.

LAMBERT, W. E. A social psychology of biligualism. In: WHITELEY, W. H. (Ed.) **Language use and social change: Problems of Multilingualism with Special Reference to Eastern Africa**. Nova Iorque: Routededge. [1971] 2018.

LIKERT, R. The method of constructing an attitude scale. In: FISHBEIN, M. (Org.). **Readings in attitude theory and measurement**. New York: John Willy & Sons, 1967 [1932]. p. 90-107.

LUCCHESI, D., e BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-024.

MALTA, D. P. L. N. **A natureza da morfologia de flexão verbal e o parâmetro do sujeito nulo em dados escritos de variedades africanas do português: uma análise contrastiva**. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

MOLLICA, M. C. Fundamentação Teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 09-14.

MOLLICA, M. C. Relevância das variáveis não linguísticas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 27-32.

NASCIMENTO, F. B. et al. **Corpus África: as cinco variedades africanas do português**. XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, p. 373-384, 2008.

- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- OSGOOD, C. E. Cross-cultural comparability in attitude measurement via multilingual semantic differentials, In: FISHBEIN, M. (Org.) **Readings in attitude theory and measurement**. New York, John Wiley & Sons, 1963.
- OSGOOD, C. E.; SUCI, G. J.; TANNENBAUM, P. H. **The measurement of meaning**. Urbana, University of Illinois. 1957.
- PARAISO, T. C. F. **O uso da concordância nominal de número em redações produzidas em português por estudantes guineenses e timorenses: um estudo contrastivo**. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.
- PEREIRA, Déreck K. Ferreira. **Avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca da realização de artigo definido feminino diante de antropônimo masculino no português brasileiro**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.
- PETTER, M. M. T. Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. **Revista PAPIA**, v.19, p. 201-220. Universidade de São Paulo. 2009.
- PETTER, M. M. T. **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto. 2015.
- SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1988.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: GIOVANNI, R. (Org.). **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 509-523, 1998.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 107-129, 1º sem. 2006.
- SILVA, C. L.; CARVALHO, G. L. **Multilinguismo na Guiné-Bissau: a interferência do crioulo na língua portuguesa falada e escrita por guineenses**. 22 f. Artigo (Graduação) - Curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras - IHL, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.
- SILVA, H. C.; AGUILERA, V. A. **O poder de uma diferença: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas**. São Paulo: Alfa. 2014. p. 703-723.
- SILVA, V. L. P. Relevância das variáveis linguísticas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 67-72.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- TIMBANE, A. A. A variação linguística e o ensino do português em Moçambique. **Revista Confluências**. n. 43, 2.sem. Rio de Janeiro. p. 263-286, 2013
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola. [2006] 2016.

APÊNDICE A – Contato com a pesquisadora
FORMULÁRIO GOOGLE

(Link: <https://forms.gle/SAFTDv8FpgTNtdz79>)

03/06/2022 14:07

CONTATO COM A PESQUISADORA

CONTATO COM A PESQUISADORA

ENVIE SUA SOLICITAÇÃO DIRETAMENTE PARA A PESQUISADORA

*Obrigatório

1. NOME (opcional)

2. E-MAIL *

3. CONTATO TELEFÔNICO *

4. O QUE VOCÊ DESEJA SOLICITAR?

Marcar apenas uma oval.

- TIRAR DÚVIDAS SOBRE A PESQUISA
- ALTERAR INFORMAÇÕES FORNECIDAS
- SOLICITAR A RETIRADA DOS SEUS DADOS DA PESQUISA
- CANCELAR PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – Guia de entrevista

(Adaptado de PISSURNO, 2017)

I. LOCAL / LAZER E ESPORTES / EDUCAÇÃO / SAÚDE / TRANSPORTE

1. O que você acha do lugar onde mora/morava na Guiné-Bissau? Quais são os pontos positivos e os pontos negativos desse lugar?
2. Como são as opções de lazer de lá? Existem pracinhas, campos de futebol, teatro, cinema etc.? O que as pessoas costumam fazer para se divertir?
3. Como é a educação na localidade? Como são as escolas? Há escolas públicas para todos? Quais são os pontos positivos e problemáticos das escolas públicas?
4. E as escolas particulares, como são? Você acha que as escolas particulares são melhores do que as públicas?
5. Sobre o sistema de saúde, há hospitais públicos e postos de atendimento médico para todos? Como são os hospitais? Quais são os pontos positivos e os pontos problemáticos dos hospitais? Se possível, poderia contar alguma experiência que já tenha passado em relação a atendimento médico?
6. Em relação ao transporte, como funciona? O que você acha que deixaria o transporte desse lugar melhor?

II. OCUPAÇÃO

1. Qual é/era a sua ocupação na Guiné-Bissau?
2. Como são/eram as atividades diárias da sua ocupação?
3. Quais são/eram as suas principais dificuldades?
4. Quais são/eram as suas principais vantagens?

III. POLÍTICA / SOCIEDADE / CUSTO DE VIDA

1. O que acha da vida política (local/nacional)?
2. Qual a sua opinião em relação ao progresso do país (está melhorando ou piorando)?
3. O que poderia ser feito para melhorar a vida dos cidadãos?
4. Como é o custo de vida e a relação com a renda média das pessoas no local onde você morava/morava?

IV. FAMÍLIA / RELIGIÃO

1. O que pensa sobre as famílias atuais e sobre a criação/educação dos filhos?

2. O que é necessário para se educar bem um filho?
3. Atualmente, a criação dos filhos é parecida ou diferente da forma como você foi criado?
4. Em relação aos hábitos religiosos, como funciona essa questão na localidade?
5. Quais religiões podem ser vistas e como é a convivência entre elas?
6. Quais são as religiões mais típicas da localidade?

V. UTOPIAS

1. Quais são seus sonhos em relação à sua vida profissional, à sua família, aos seus filhos?
2. Sobre planos de viagem, você gostaria de visitar outro país de língua portuguesa? Por quê?

VII. LINGUAGEM

1. Como funcionam essas questões da língua em seu país? Todos falam Português?
2. Como você aprendeu Português? E a sua família?
3. Você fala línguas locais? Quais? Em quais contextos?
4. Você percebe diferenças entre o Português do seu país e o de Portugal e o do Brasil?

Cite algumas.

5. Você acha que há lugares que falam português melhor do que em outros lugares? Quais seriam esses lugares?
6. Você acha que o português do seu país tem características próprias?
7. Você percebe mistura entre as línguas locais e o português?
8. Nas escolas só se fala português? E as escolas bilíngues, você é a favor delas? Por quê?

APÊNDICE C – Questionário Sociolinguístico

(Adaptado de CARDOSO, 2014)

FORMULÁRIO GOOGLE

(Link: <https://forms.gle/gHAJbrbUAKMryFPg8>)

03/06/2022 02:25

ATITUDES E PERCEPÇÕES LINGUÍSTICAS (CARDOSO, 2014, Adaptado)

ATITUDES E PERCEPÇÕES LINGUÍSTICAS (CARDOSO, 2014, Adaptado)

Teste de percepção

***Obrigatório**

1. E-mail *

Gostaríamos de saber o que você acha do Português da Guiné-Bissau. Para isso, elaboramos um questionário, o qual você deverá completar. Damos uma lista de pares de palavras contrárias com cinco espaços entre elas. Você pode marcar sua opinião na alternativa que melhor corresponder ao que você pensa. Em cada pergunta, você deve marcar o número que corresponde à sua percepção. Não há resposta "correta" ou "errada".

Eis um exemplo, supondo que o item seja o seguinte:

2. O português da Guiné-Bissau tem uma sonoridade agradável. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Concordo	<input type="radio"/>	Discordo				

Se você

- Concorda totalmente**, marcar **1**;
- Concorda parcialmente**, marcar **2**;
- Não concorda nem discorda**, marcar **3**;
- Discorda parcialmente**, marcar **4**;
- Discorda totalmente**, marcar **5**.

03/06/2022 02:25

ATITUDES E PERCEPÇÕES LINGUÍSTICAS (CARDOSO, 2014, Adaptado)

Antes de iniciarmos o teste propriamente dito, gostaríamos de solicitar o preenchimento do seguinte questionário sociolinguístico:

3. Nome completo *

4. Etnia *

5. Cidade em que nasceu *

6. Esta cidade fica no meio urbano ou no meio rural? *

Marcar apenas uma oval.

Urbano

Rural

7. Cidade da Guiné-Bissau em que mora atualmente (ou que morava antes de mudar para o Brasil)

8. Esta cidade fica no meio urbano ou no meio rural?

Marcar apenas uma oval.

Urbano

Rural

03/06/2022 02:25

ATTITUDES E PERCEPÇÕES LINGUÍSTICAS (CARDOSO, 2014, Adaptado)

9. Caso não more na cidade em que nasceu, com que idade a mudança ocorreu? *

10. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

11. FAIXA ETÁRIA *

Marcar apenas uma oval.

18 a 35 anos

36 a 55 anos

56 a 75anos

12. NÍVEL DE INSTRUÇÃO *

Marcar apenas uma oval.

Ensino Primário

Ensino Secundário

Ensino Superior Completo

Ensino Superior Incompleto

13. Se Ensino Superior Incompleto, indicar o curso e o período *

03/06/2022 02:25

ATTITUDES E PERCEPÇÕES LINGÜÍSTICAS (CARDOSO, 2014, Adaptado)

14. Tipo de escola em que concluiu o Ensino Secundário *

Marcar apenas uma oval.

- escola pública
- escola privada
- não possuo Ensino Secundário, apenas Primário

15. A língua portuguesa, para você, é *

Marcar apenas uma oval.

- primeira língua
- segunda língua
- terceira língua
- Outro: _____

16. Idade em que adquiriu o Português: *

17. Como adquiriu o português? *

Marcar apenas uma oval.

- em casa, com a família
- com amigos
- na escola

03/06/2022 02:25

ATITUDES E PERCEPÇÕES LINGUÍSTICAS (CARDOSO, 2014, Adaptado)

18. Língua(s) dominada(s): *

Marcar apenas uma oval.

- fala apenas Português
- fala Português e apenas compreende um pouco as línguas locais
- é fluente em Português e uma (ou mais) línguas locais
- usa o Português somente em casos de necessidade

19. Fala a língua nacional guineense (o crioulo)? *

Marcar apenas uma oval.

- sim
- não

20. Que língua/s étnica/s fala? *

Marque todas que se aplicam.

- Balanta
- Fula
- Manjaco
- Mandinga
- Pepel
- Bijago
- Felupe
- Mancanha
- Beafada
- Outro: _____

ATITUDES E PERCEPÇÕES LINGUÍSTICAS (CARDOSO,
2014, Adaptado)Teste de
percepção

A partir de sua experiência como falante do português, seguem algumas questões a serem respondidas. Atenção: considere e emita sua opinião sobre o uso do português e NÃO sobre o assunto tratado no conteúdo da sentença.